

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL MESTRADO**

**THAÍS DA ROSA ALVES**

**ENTRE A POLÍTICA E O MOVIMENTO:**

**As concepções e as práticas políticas de mulheres negras no Morro da Polícia/  
Porto Alegre**

**São Leopoldo**

**2018**

THAÍS DA ROSA ALVES

**ENTRE A POLÍTICA E O MOVIMENTO:**

**As concepções e as práticas políticas de mulheres negras no Morro da  
Polícia/Porto Alegre**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira

São Leopoldo

2018

A474e Alves, Thais da Rosa.  
Entre a política e o movimento: as concepções e as práticas políticas de mulheres negras no Morro da Polícia/ Porto Alegre / Thais da Rosa Alves. – 2018.  
119 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2018.  
“Orientadora: Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira.”

1. Negras. 2. Antropologia política. 3. Ativistas comunitários. 4. Mulheres. I. Título.

CDU 396

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Bruna Sant’Anna – CRB 10/2360)

THAÍS DA ROSA ALVES

**ENTRE A POLÍTICA E O MOVIMENTO:  
As concepções e as práticas políticas de mulheres negras no Morro da  
Polícia/Porto Alegre**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em 28 de fevereiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira (Orientadora) – UNISINOS

---

Profa. Dra. Laura Cecília Lopez – UNISINOS

---

Profa. Dra. Alinne de Lima Bonetti – UNIPAMPA

À minha família, em especial à minha mãe, Clea.

## AGRADECIMENTOS

Ao final de mais um ciclo, faz-se de extrema importância agradecer a todas as pessoas que, de certa forma, estiveram envolvidas para a concretização deste trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, por ter me proporcionado o aprofundamento dos meus estudos no campo das Ciências Sociais, bem como a oportunidade de vivenciar novas experiências acadêmicas.

Agradeço com muito carinho a minha orientadora Miriam Steffen Vieira, pela dedicação e atenção nestes seis anos de parceria, é uma honra poder compartilhar esta trajetória junto a uma pessoa que admiro muito.

Gostaria de agradecer à querida Maristela Simon por ser tão atenciosa e prestativa com as alunas e os alunos do PPGCS.

Agradeço à professora Alinne Bonneti pelas contribuições na Banca de Defesa e à professora Laura López pelas contribuições na Banca de Qualificação e Defesa desta pesquisa. A soma de diferentes olhares perante este tema que é tão caro para mim colabora com meu amadurecimento como pesquisadora que se aventura no mundo antropológico.

O caminho que me trouxe até aqui também é recheado de afetos que foram de extrema importância para a conclusão desta trajetória.

Agradeço aos meus pais, João e Clea, meus maiores incentivadores e que vibram a cada conquista minha.

Ao Lucas, meu companheiro de vida e que esteve ao meu lado em mais esta etapa, muito obrigada pelos incentivos e o auxílio em todo este processo. Ao Sebastião, por ser essa criança linda que topa participar de “aventuras antropológicas” comigo.

Às minhas queridas “sociolindas”: Anelise, Cris, Suélen e Angélica pelas risadas, pelos passeios, pelos encontros, pelos desabafos, pelas mensagens no *whatsApp*. Vocês foram muito importantes para deixar tudo isso mais leve. À Carol Montiel e Carol Schenatto, minhas mestras, meus orgulhos. E, as novas amigas que o mestrado me trouxe: Kellen, Patrícia, Evandra, Damaris por dividirem angústias e alegrias neste fechamento do mestrado.

E, em especial, agradeço do fundo do coração às *mulheres guerreiras* da Associação de Mulheres Unidas pela Esperança do Morro da Polícia que acolherem a mim e a presente pesquisa. Estar presentes com vocês me levou a refletir sobre minha própria posição no mundo, meus privilégios e nossas barreiras: Vitória, Dona Verinha, Tati, Elenir, Michele e tantas outras que lutam por um amanhã melhor.

*Milhões de mulheres estão hoje preocupadas com empregos, condições de trabalho, salários mais altos e violência racista. Elas estão preocupadas com o fechamento de fábricas, com a falta de moradia e com a legislação migratória repressiva. Estão preocupadas com a homofobia, o idadismo e a discriminação contra pessoas com deficiências físicas. Estamos preocupadas com a Nicarágua e a África do Sul. E compartilhamos com nossas crianças o sonho de que um amanhã esteja livre da ameaça de um onicídio nuclear. Essas são algumas das questões que devem ser incluídas na luta geral pelos direitos das mulheres, caso exista um compromisso sério com o empoderamento daquelas mulheres que têm sido historicamente submetidas à invisibilidade. Essas são algumas das questões que devemos considerar se queremos erguer-nos enquanto subimos. (DAVIS, 2017)*



## RESUMO

Esta pesquisa insere-se no conjunto de estudos sobre ativismo de mulheres de camadas populares. A partir de um diálogo com a antropologia da política e com o feminismo negro, principalmente desde a perspectiva interseccional, esta dissertação tem como objetivo analisar como um grupo de mulheres negras compreende suas práticas em uma associação comunitária localizada no Morro da Polícia, na periferia de Porto Alegre. Desde uma abordagem etnográfica, acompanhei as práticas cotidianas das integrantes da Associação e, em especial de Rosa, durante os meses de julho a setembro de 2018, totalizando três meses de trabalho de campo. Neste período, acompanhei eventos organizados pela Associação na localidade e, também, acompanhei as integrantes em demais eventos nos quais minhas interlocutoras participaram. Ao acompanhar o dia-a-dia da Associação, esta dissertação evidenciou diferentes níveis de atuação e de percepção da política neste espaço, articuladas com elementos que se interseccionam no ativismo dessas mulheres.

**Palavras-chave:** Ativismo comunitário. Mulheres negras. Antropologia da política. Interseccionalidade. Morro da Polícia.

## **ABSTRACT**

This research is part of a series of studies on women activists from popular classes. From a dialogue with political anthropology and black feminism, especially from the intersectional perspective, this master thesis aims to analyze how a group of black women understands their practices in a community association located in Morro da Polícia, in a rough area of Porto Alegre. Based on an ethnographic approach, I followed the daily practices of the members of the Association, especially Rosa, between July and September 2018, totaling three months of field survey. In this period I followed events organized by the Association in the locality and also accompanied the members in other events where my interlocutors participated. In accompanying the daily routine in the Association, this thesis evidenced different levels of action and policy perception in this space, articulated with elements that intersect in the activism of these women.

**Key-words:** Community Activism. Black women. Political Anthropology. Intersectionality. Morro da Polícia.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Localização do Morro da Polícia.....	39
Imagem 2 – Localização da Associação .....	42
Imagem 3 – Entrada do beco que leva até a casa/sede da Associação .....	42
Imagem 4 – Festa junina .....	43
Imagem 5 – Localização das associações ACOVISMI e Clara Nunes.....	44
Imagem 6 – Layout da <i>vaquinha online</i> .....	45
Imagem 7 – Desfile nas Escadarias da Borges.....	46
Imagem 8 – Rosa segurando a bandeira da Associação .....	75
Imagem 9 – Oficina de turbante .....	80
Imagem 10 – Pedras na porta da casa de Rosa .....	82
Imagem 11 – Cartazes do protesto da UBS.....	84
Imagem 12 – Livros da biblioteca da Associação.....	85
Imagem 13 – Homenagem ao Dia da Mulher Negra 2015 .....	89
Imagem 14 – Convite da Homenagem ao Dia da Mulher Negra 2017 .....	94
Imagem 15 – Momento mais que beleza .....	95
Imagem 16 – Dona Lélia declamando.....	96
Imagem 17 – Apresentação do monólogo.....	98
Imagem 18 e 19 – Desfile em homenagem às mulheres negras .....	101

**LISTA DE SIGLAS**

ACMUN	Associação Cultural de Mulheres Negras
ACOVISMI	Associação Comunitária Vila São Miguel
AMNB	Articulação de Mulheres Negras Brasileiras
AMUE	Associação das Mulheres Unidas pela Esperança
APLP	Associação das Promotoras Legais Populares
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CODENE	Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra
COMDIM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
ENMN	Encontro Nacional de Mulheres Negras
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
NUAP	Núcleo de Antropologia da Política
ONG	Organização não governamental
PLP	Promotora Legal Popular
PSPN	Promotora de Saúde da População Negra
SIM	Serviço de Informação à Mulher
SSP/RS	Secretaria da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 CAMINHOS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS: O ATIVISMO POLÍTICO DE MULHERES DE CAMADAS POPULARES.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 A Perspectiva da Antropologia da Política .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 Olhares Teóricos sobre o Ativismo Político de Mulheres de Camadas Populares .....</b>	<b>23</b>
2.2.1 A “Maternidade Militante”: A Extensão do Doméstico no Político.....	25
2.2.2 Nem Mães, Nem Feministas: as <i>mulheristas</i> do Sul e do Nordeste.....	28
<b>2.3 Raça, gênero e classe no ativismo de mulheres de camadas populares.....</b>	<b>30</b>
2.3.1 “ <i>Enegrecendo o Feminismo</i> ”: feminismo negro brasileiro e as interseccionalidades entre raça, gênero e classe no debate teórico e político.....	33
<b>3 O CAMPO DA PESQUISA E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>39</b>
<b>3.1 “<i>Não vi, não sei, não diga a ninguém</i>”: a (in)visibilidade do Morro da Polícia .....</b>	<b>39</b>
<b>3.2 <i>Só com esperança para isso aqui mudar</i>: a Associação das Mulheres Unidas Pela Esperança .....</b>	<b>43</b>
<b>3.3 Dentro do campo: impressões, negociações e percursos metodológicos..</b>	<b>48</b>
<b>4 “TEM O POLÍTICO E TEM NÓS...” AS CONCEPÇÕES SOBRE A POLÍTICA....</b>	<b>59</b>
4.1 “Eu sou do movimento”: <i>encontrando Rosa</i> .....	59
4.2 O movimento <i>versus</i> a política .....	65
4.2 Os jogos de honra: as relações com as organizações do Morro da Polícia	71
<b>5 PELO DIREITO DE TER VOZ: AS INTERSECCIONALIDADES NAS PRÁTICAS DA ASSOCIAÇÃO .....</b>	<b>76</b>
5.1 Por dentro da Associação: as interseccionalidades entre gênero, raça e geração .....	77
5.2 Por dentro da festa: os bastidores da homenagem ao Dia da Mulher Negra .....	91
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação indaga sobre o ativismo de mulheres negras de camadas populares<sup>1</sup> de Porto Alegre-RS.

Meu interesse em pesquisar este determinado tipo de ativismo surgiu por meio dos caminhos percorridos durante minha formação acadêmica, no qual incluem experiências de estágio acadêmico na Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS). Local no qual realizei o monitoramento estatístico dos Boletins de Ocorrência enquadrados na Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha, principalmente nos casos de feminicídio, durante os anos de 2012 e 2013.

Neste mesmo período, ingressei como bolsista de iniciação científica em três projetos de pesquisa, sendo dois sobre o tema da violência de gênero<sup>2</sup> e um sobre saúde da população negra<sup>3</sup>.

Esta minha breve trajetória me levou a pesquisar, no final do curso de graduação em Ciências Sociais, as práticas das Promotoras Legais Populares (PLPs) que são ativistas dos direitos humanos das mulheres ligadas a uma Organização não-governamental (ONG) feminista de Porto Alegre, no Serviço de Informação à Mulher, o SIM-Tudo Fácil<sup>4</sup>. (ALVES, 2015).

Durante a pesquisa realizada no SIM-Tudo Fácil, entrei em contato com o trabalho de liderança comunitária realizado por algumas PLPs nos bairros de periferia no município de Porto Alegre. Este contato acabou por fomentar o interesse em aprofundar alguns aspectos que ficaram em evidência no período, mas que não era o foco naquele momento.

No decorrer da pesquisa de campo, conheci o ativismo comunitário realizado por um grupo de mulheres que atuam na Associação das Mulheres Unidas pela

---

<sup>1</sup> O conceito popular refere-se a um recorte analítico com enfoque nas experiências de vida e valores culturais de grupos de baixa renda. De acordo com Fonseca (2000; 2005), corresponde a diferentes modos de vida de indivíduos situados em uma sociedade de classes demarcada pelas desigualdades sociais. Já o ativismo de mulheres de camadas populares pode ser verificado em Bonetti (2007).

<sup>2</sup> Respectivamente “Processos de produção de categorias jurídicas sobre violência de gênero num contexto de importação de legalidades (Praia/ Cabo Verde)” e “Dinâmicas de gênero e violência em Praia, Cabo Verde”. Ambos os projetos coordenados pela professora Miriam Steffen Vieira (PPGCS – Unisinos), com bolsa na modalidade Pratic/Unisinos.

<sup>3</sup> “Políticas, significados e redes em torno da Saúde da População Negra: um estudo sócio-antropológico na cidade de Porto Alegre”, coordenado pela professora Laura Cecília López (PPGCS e PPGSC – Unisinos), com bolsa na modalidade Probic/FAPERGS.

<sup>4</sup> O SIM-Tudo Fácil era um local de atendimento localizado na central Tudo-Fácil, no Centro Histórico de Porto Alegre. No SIM, as PLPs informam às mulheres sobre seus direitos, principalmente em casos envolvendo questões familiares – reconhecimento de paternidade, violência doméstica, pensões alimentícias, guarda de filhos, etc.

Esperança (AMUE)<sup>5</sup>, no Morro da Polícia. A Associação, que até então tem como sede a residência de uma de suas integrantes, que também é PLP, tem como ações a doação de alimentos, a realização de oficinas de artesanato entre outras atividades ofertadas para mulheres, jovens e crianças da região.

O trabalho social realizado pelas mulheres do Morro da Polícia possui objetivos de melhorar a perspectiva de vida daqueles em situação de vulnerabilidade social e a capacitação de mulheres para geração de renda, sendo estas o principal público alvo. A Associação também realiza ações culturais e educacionais junto aos movimentos negro e feminista locais, além de parcerias com o poder público e privado.

Pensando a política como um processo constante que se faz – e refaz – no plano da vida cotidiana. (NUAP, 1998; GOLDMAN, 2006), meu objeto de pesquisa tem como foco analisar as concepções e as práticas políticas das mulheres negras integrantes da Associação de Mulheres Unidas pela Esperança no Morro da Polícia.

Ao enfatizar as perspectivas dessas mulheres, compartilho da ideia de Miguel (2014), em seguir as perspectivas sociais de determinados grupos em posição subalterna sobre processos sociais desde as suas posições, pelo fato de que os mesmos “[...] têm vivências comuns indisponíveis a quem não os integra .” (MIGUEL, 2014, p. 79-80).

Ao longo do meu convívio com as integrantes da Associação, pude compreender as diversas formas pelas quais as mesmas criam e atribuem sentidos para suas práticas através deste ativismo e que se relaciona com suas vivências e com os demais agentes como associações de dentro e de fora do Morro, movimentos sociais, ONGs, políticos e representantes do Estado.

Assim como Bobadilla (2016) encontrou na favela de Vila Prudente, existe uma forte presença de elementos relacionados à identidade e ao território no qual as mulheres realizam seu ativismo. Muitas destas identificações, como *mulheres do Morro* ou até mesmo *negrinhas do Morro*<sup>6</sup> passam a ser ressignificadas e carregam em si intersecções entre raça, gênero e classe que serão aprofundadas ao longo deste trabalho.

---

<sup>5</sup> Neste trabalho optei por utilizar o termo Associação, embora, entre minhas interlocutoras, o termo ONG também é usual para se referir à entidade.

<sup>6</sup> De acordo com Rosa, este termo foi utilizado como forma de depreciar a presença dela e das outras mulheres da Associação em alguns espaços políticos.

Como forma de conhecer mais a fundo as práticas políticas deste ativismo, foram formuladas três questões que buscam dar conta de tal objetivo: (1) como se dá a relação das mulheres com os demais agentes políticos (movimentos sociais, associações, instituições públicas e privadas)? (2) Como elas organizam suas pautas e engajamentos? (3) Como diferentes eixos de poder interseccionam-se nestas práticas?

Para dar conta destas questões, realizei uma etnografia na Associação das Mulheres Unidas pela Esperança do Morro da Polícia durante os meses de julho a setembro de 2017, como forma de apreender as dinâmicas presentes na ação destas mulheres. Durante meu período em campo para a produção dos dados etnográficos, pude presenciar como as interlocutoras organizam-se diante do ativismo, bem como suas práticas na localidade do Morro da Polícia bem como em outros locais nos quais as mesmas estavam como representante do coletivo.

O estar em campo também modificou a forma como eu havia planejado construir esta pesquisa. Em um primeiro momento, minha intenção era de *seguir* narrativas (FLEISCHER, 2011) das integrantes da Associação, porém, pelo fato do meu contato ter se dado de forma mais aproximada com uma delas, optei deslocar meu objeto para o seu olhar sobre a política e o ativismo, complementando-o com as demais interlocutoras com quem me deparei neste exercício etnográfico.

Foi durante o campo que reflexões de como eu iria elaborar meu conjunto de dados surgiram. A escolha por não realizar entrevistas em quantidade ou a não gravação das conversas que tínhamos foi uma delas. Outra questão que surgiu durante a elaboração da pesquisa foi a utilização ou não dos nomes verdadeiros das minhas interlocutoras. Percebi que, para algumas delas, a utilização de seus nomes não era motivo de problema, muito pelo contrário, representaria uma forma de reconhecimento de seu trabalho, porém, uma das integrantes se mostrou desconfortável com isso. Dessa forma, optei pela troca dos nomes para manter uma postura ética da pesquisa<sup>7</sup>. Sendo assim, minhas interlocutoras ganharam novos nomes, mas que não desconfiguram suas identidades. Por este motivo, cada uma delas recebeu o nome de mulheres negras que possuem importância na construção

---

<sup>7</sup> Para a utilização das imagens das integrantes da Associação em determinadas atividades obtive autorização das mesmas.



e disseminação do feminismo negro e da luta pelos direitos civis<sup>8</sup>: Rosa, a integrante e minha principal interlocutora, Lélia, Ângela, Bell, Patrícia e Audre, foram os nomes escolhidos para cada uma delas.

Mesmo assim, mantive o nome da Associação, pois compreendo que o mesmo também traz a questão identitária destas mulheres e como forma de não esvaziar o sentido político que o nome possui, bem como a sua escolha.

Como forma de organizar analiticamente as minhas experiências no campo, lancei mão de um olhar que me possibilitasse acessar a política desde as suas perspectivas bem como compreender o ativismo ali praticado.

Desta forma, me aproximei de duas vertentes epistemológicas que me auxiliaram nesta tarefa: a antropologia da política e o feminismo negro.

A partir da perspectiva antropológica da política proposta pelo Núcleo de Antropologia da Política (NUAP)<sup>9</sup>, realizei uma imersão nos diversos **fazer**es e **saber**es políticos desde a prática destas mulheres para além de rótulos essencialistas ou culturalistas (GOLDMAN, 2006).

Ao observar e conhecer as representações sociais pelas quais a política constitui um elemento que é pensado e vivido (PALMEIRA; BARREIRA, 2004) pelas interlocutoras pude perceber uma utilização de variados termos e categorias que constituem tais fazeres e saberes como “política”, “luta” e “prática” em seus vocabulários para dirigir-se aos *fazer*es políticos.

Já o feminismo negro, como uma abordagem epistemológica e teórica, é fundamental para pensar este ativismo de mulheres negras. Esta escolha deve-se pelo fato de que ao direcionar tal pesquisa sobre as mulheres negras ativistas populares da periferia, posiciono-me como mulher branca com a responsabilidade de não apropriação das experiências dessas mulheres, mas sim, de repercuti-las a partir do meu lugar na produção do conhecimento situado e corporificado. (HARAWAY, 1995). Posto isto, ao considerar a pluralidade de condições implicadas em **ser mulher**, considerei a teoria do “ponto de vista” (COLLINS, 2012), na qual enfatizo as perspectivas das mulheres negras do Morro da Polícia desde as suas experiências concretas e situadas que transparecem nas atividades da Associação.

---

<sup>8</sup> Respectivamente: Rosa Parks, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Bell Hooks, Patricia Hill Collins e Audre Lorde.

<sup>9</sup> Fundado no ano de 1997, o NUAP reúne pesquisadoras e pesquisadores de diversas instituições. O principal objetivo do Núcleo é o de examinar a política vivida desde a realização de etnografias junto aos mais diversos grupos sociais.

Para dar conta deste objeto de pesquisa, esta dissertação está dividida em quatro capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta as escolhas teóricas e epistemológicas que orientaram esta pesquisa. O segundo capítulo apresenta as principais questões metodológicas e a construção do campo de pesquisa. Em um primeiro momento, apresento os locais nos quais esta pesquisa foi realizada: o Morro da Polícia e, mais precisamente, a Associação de Mulheres Unidas pela Esperança. Logo após, introduzo a minha inserção no campo bem como as principais questões metodológicas que surgiram nesta pesquisa.

No terceiro capítulo, discorro sobre as concepções em torno da política e os diferentes significados atribuídos pelas integrantes da Associação, em especial de Rosa, sobre as suas práticas desde suas posições como ativistas populares. A princípio apresento Rosa, integrante da Associação e minha principal interlocutora, em seguida, trago as suas perspectivas em torno da política e das práticas da sua organização. Ao final, abordo como as integrantes da Associação relacionam-se com as demais entidades da localidade.

No quarto capítulo, descrevo como as interseccionalidades estão presentes nas práticas da Associação. Começo por abordar os elementos que se articulam dentro da Associação como aspectos raciais, de gênero e geracionais e, em seguida, trago a minha experiência nos bastidores da preparação e realização do evento em alusão ao Dia da Mulher Negra, realizado na Associação.

## 2 CAMINHOS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS: O ATIVISMO POLÍTICO DE MULHERES DE CAMADAS POPULARES

Realizar uma pesquisa em torno da política não se constitui em uma tarefa fácil na conjuntura atual. A polarização ideológica e os recorrentes escândalos políticos tornaram o tema em uma *persona non grata*. Porém, compreender o comportamento político, principalmente das classes populares, vem ressurgindo na pesquisa acadêmica.

Um exemplo recente foi a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em abril de 2017. A pesquisa intitulada “Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo” tinha como um de seus objetivos “compreender, de forma profunda e detalhada, os elementos que têm formado a visão de mundo e o imaginário social nas periferias da cidade de São Paulo”. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017, p.2).

A partir de métodos qualitativos, como entrevistas em profundidade e grupos focais<sup>10</sup>, dentre as conclusões em torno deste objetivo apareceram os seguintes elementos: superficialidade na formulação e debate sobre a política; presença de um denominado “liberalismo popular” no qual o Estado é visto como inimigo; supervalorização da meritocracia; noção de mercantilização da esfera pública; voto por identidade e não por ideologia e descrédito da política como ferramenta de mudança social.

Ao visualizar os elementos acima, percebe-se que os critérios para avaliar as concepções de mundo dos moradores das periferias de São Paulo – a maior cidade da América Latina – basearam-se em modelos explicativos normativos sobre o sistema político nacional, retroalimentando tendências já contestadas na produção de análises sobre o comportamento político brasileiro. (GOLDMAN; SANT’ANA, 1999).

Dado este contexto atual, realizar uma pesquisa na qual busca-se compreender práticas e acontecimentos políticos desde o ativismo de mulheres negras de camadas populares despendeu um trabalho reflexivo minucioso. Como forma de dar conta deste desafio, lancei mão de uma bibliografia que pudesse me

---

<sup>10</sup> De acordo com a publicação, foram realizadas 63 entrevistas em profundidade e 5 grupos focais com 8 a 12 participantes.

auxiliar na apreensão destas práticas e acontecimentos políticos a partir das perspectivas dessas mulheres sobre a política, assim como deste tipo de ativismo.

Neste capítulo, apresentarei alguns posicionamentos conceituais em torno da antropologia da política e do ativismo de mulheres de camadas populares. Em um primeiro momento, abordarei o desenvolvimento conceitual sobre a política nos estudos antropológicos até o momento atual, propiciado pela virada da antropologia da política (PALMEIRA; BEZERRA; 2004; GOLDMAN, 2006), que busca realizar um movimento de aproximação do tema ao cotidiano das pessoas.

Logo em seguida, apresentarei reflexões sobre o ativismo de mulheres de camadas populares. Primeiramente, a abordagem que vincula a participação pública das mulheres de classes populares através de uma politização da maternidade (CHANEY, 1987; ALVAREZ, 1988). Neste item, também apresento a abordagem de Bonetti (2000; 2007) que argumenta a partir da categoria nativa “mulherista”, quanto ao surgimento de uma prática política para além da categoria mulher enquanto sujeito empírico, mas reivindica um sentido político para a atuação de mulheres de camadas populares. Em seguida, proponho pensar a respeito deste tipo de ativismo a partir das interseccionalidades entre raça, gênero e classe (GONZALEZ, 1988; BAIROS, 1995; COLLINS, 2012; 2015), que rompe com uma noção homogênea que muitas vezes a nomenclatura “popular” enfatiza tais práticas apenas pela questão de classe, deixando de lado diferentes especificidades que podem estar presentes e que influenciam neste tipo de experiência.

## **2.1 A Perspectiva da Antropologia da Política**

Como forma de amparar os fazeres políticos das ativistas do Morro da Polícia, defini a utilização da antropologia da política como embasamento teórico-epistemológico para amparar as concepções em torno da política. Dito isto, apresento como este tema se consolidou na discussão antropológica.

A política constitui-se como um tema recorrente nas Ciências Sociais, tanto que possui um campo específico para os estudos do universo político. Porém, podemos compreender a política como um objeto de estudos que atravessou as fronteiras acadêmicas.

Na tradição antropológica isto não foi diferente. O poder como objeto esteve no centro da antropologia desde a sua constituição, principalmente por conta do

modelo evolucionista no final do século XIX até início da década de 1920, no qual o objeto antropológico resumia-se na comparação e classificação dos sistemas de poder das consideradas sociedades sem Estado – “primitivas” – e das sociedades com Estado – “evoluídas”.

Embora a política não fosse o objeto central da antropologia, a proposta era a criação de uma linha de evolução da organização política que ia do “primitivo” ao Estado “moderno”. (KUSCHNIR, 2007). De acordo com a autora, os primeiros estudos da antropologia política correspondem às obras *African Political Systems* de Fortes e Evans-Pritchard e os Nuer de Evans-Pritchard, ambos publicados originalmente em 1940.

A análise desde a dimensão macro realizada pelos antropólogos da escola estrutural funcionalista britânica na teoria sistêmica passou a ser criticada pelo caráter substantivista na década de 1950. Como contraposição aos sistemas políticos surgiu a segunda teoria da antropologia política: a processualista. A teoria processualista na antropologia deslocou a política da esfera dos sistemas e das instituições e a trouxe para as interações sociais em uma análise micro. (GOLDMAN, 2006).

A teoria processualista, embora valorizasse o processo político, não deixou de carregar críticas. Uma delas foi a redução da análise tanto no campo teórico como empírico por se limitar a situações localizadas deixando de lado outras dimensões nas quais também ocorrem a política, como o próprio Estado e suas relações. (NUAP, 1998).

Além do mais, a teoria processualista, de acordo com Goldman (2006), ao trazer uma concepção formalista da política, acabou por confundir o político com o social, ocasionando em uma reificação do político ao reduzir todas as suas dimensões em relações de poder, abandonando assim a experiência total, na qual a política é apenas uma dimensão.

As duas teorias principais da antropologia política – sistêmica e processualista – embora tenham diferenças quanto à análise antropológica, possuem características semelhantes por serem dualistas, nas quais há a clara oposição entre os indivíduos e suas interações com a sociedade e por substancializarem a política e o poder, ao localizar a mesma em um subsistema específico ou pelo fato de concebê-la em todas as relações sociais. (NUAP, 1998).

A antropologia política entrou em crise no momento em que a evidência empírica da totalidade voltou a ser a orientação da antropologia. Ao mesmo tempo, os questionamentos da universalidade da noção de poder e da dominação social na política auxiliaram na perda de prestígio e legitimidade da especialidade. (NUAP, 1998).

No caso brasileiro, os estudos antropológicos voltados para a política ressurgem a partir de dois acontecimentos que expandiram a perspectiva antropológica para campos até então explorados pela sociologia e ciência política: a redemocratização na década de 1980, que trouxe uma vasta mudança nas configurações políticas, e a introdução dos estudos sobre o Estado a partir das políticas migratórias, as relações com as populações indígenas e com os movimentos sociais. (COMERFORD; BEZERRA, 2013).

Os estudos da antropologia brasileira acabaram por se desvincular da antropologia política, tal como se originou em meados do século XX, para uma antropologia *da* política. O termo, cunhado pelo antropólogo Moacir Palmeira, tem como principal objetivo

[...] refletir sobre a política para além das definições legais ou modelares numa sociedade que pensa as atividades políticas como constituindo um domínio à parte de tantos outros – o econômico, o jurídico, o artístico, etc. – envolvendo agentes sociais específicos, quando não ‘especialistas’ ou ‘profissionais’. (PALMEIRA; BEZERRA, 2004, p. 9).

Esta perspectiva pretende olhar para a política “[...] tal como definida por diferentes grupos e sociedades, com ‘olhos de antropólogo’, isto é, com olhos e todos os outros sentidos acionados na prática do pesquisador treinado de um modo singular”. (PALMEIRA; BARREIRA, 2004, p. 9).

Quando falamos em antropologia da política, um dos principais pontos é de que o local de onde partimos é nossa própria sociedade. Ou seja, ao contrário de uma antropologia clássica que buscava além-mar aqueles tidos como os “outros”, para assim acessar suas diferenças com intuito de comparação, na antropologia contemporânea, a qual pode-se incluir uma abordagem *da* política, a diferença, ou melhor, as alteridades são acessadas dentro de um campo compartilhado entre esta pesquisadora e suas interlocutoras.

Seguindo os argumentos de Goldman (2006), uma análise antropológica da política não se resume a explorar o nosso próprio sistema político pelas narrativas

negativas da falta, isto é, por um ponto de vista que atribui aos problemas do sistema à ausência de elementos considerados essenciais. Mas sim, em revelar um entendimento sobre o funcionamento mais palpável sobre o sistema político, como também, romper com “[...] julgamentos de valor, quase inevitáveis quando um tema tão central em nossas vidas é submetido à análise”. (GOLDMAN, 2006, p. 29).

Ainda de acordo com o autor, deve-se, ao estudar antropologicamente a política, ter o cuidado de não cair nas armadilhas ao analisar a “sociedade do observador”<sup>11</sup> que podem levar a dois caminhos de risco. O primeiro está relacionado ao fato de buscar fenômenos considerados “marginais”, ou seja, distantes da esfera dominante e o segundo, ao contrário, centra-se em eixos de poder com intuito de retomar aos formatos privilegiados pela antropologia tradicionalmente. Os riscos, segundo ele,

“No primeiro caso [...] é o de conferir privilégio quase exclusivo a fenômenos ou dimensões ‘marginais’, ou seja, incapazes de tornar inteligíveis processos de estruturação mais amplos. No segundo, pode-se acabar adotando uma perspectiva por demais afinada com as dominantes (provocando a perda da originalidade da abordagem antropológica) ou passar a tratar como exótico ou inessencial aquilo que é estruturante”. (GOLDMAN, 2006, p. 36).

Ao se ter como objeto de pesquisa dimensões que são consideradas centrais pela comunidade intelectual, como é o caso da política e a democracia, é preciso refletir até que ponto a centralidade está presente ou não para aqueles e aquelas que estudamos. Para tanto, é imprescindível considerar as práticas nativas como teorias políticas, ou seja, passar a ver os processos políticos a partir do ponto de vista deslocado do nativo para a produção de um olhar alternativo e a partir disso, realizar a análise antropológica sobre a política. (GOLDMAN, 2006, p. 37).

Para esta tarefa, Goldman (2006) afirma no que tange uma abordagem política a partir do ponto de vista nativo, é preciso elaborar uma teoria etnográfica que tenha três características principais. A primeira corresponde em descartar os argumentos colocados por reformadores sociais, bem como compreender que a política não corresponde apenas em um conceito ou categoria, mas sim, em uma experiência vivida pelos interlocutores, desta forma procura-se evitar a utilização normativa ou impositiva das categorias, pois,

---

<sup>11</sup> Refere-se ao conceito cunhado nos anos de 1960 para designar a virada dos estudos realizados nas sociedades “primitivas” para as demais sociedades denominadas como sociedades complexas. (PEIRANO, 1983).



“Nossa tarefa consiste, assim, não apenas em abordar abstratamente as conceptualizações nativas, mas de apreendê-las em ato, ou seja, no contexto em que aparecem e segundo modalidades concretas de sua atualização e utilização, levando o esforço de restituição das dimensões êmicas das noções até as últimas conseqüências”. (GOLDMAN, 2006a, p. 41).

A segunda característica está relacionada com as narrativas relacionadas aos pontos negativos da política – ausências, ideologias e manipulações – evitando que as concepções dominantes sobre a política não contaminem as concepções dos interlocutores.

E, em terceiro lugar, visa a ampliação do campo de análise ao incluir o que não se contempla usualmente nos estudos sobre a política, ao buscar restituir a política na dimensão do cotidiano.

Dessa forma, a antropologia da política surge como uma proposta de olhar alternativo para as práticas políticas, afastando tendências que reproduzem certa negatividade e a busca da prática democrática ideal. Ao adicionar elementos postergados, como a subjetividade e as concepções nativas, a disciplina gerou novas lentes para se olhar como a política se desenvolve no plano cotidiano. Este trabalho se insere neste esforço analítico em torno das concepções e das práticas políticas de ativistas comunitárias do Morro da Polícia.

## **2.2 Olhares Teóricos sobre o Ativismo Político de Mulheres de Camadas Populares**

Durante a segunda metade do século XX houve um significativo aumento da participação de mulheres no espaço público. Esse fenômeno foi resultado do crescimento econômico proporcionado pela industrialização e urbanização, que demandou a entrada das mulheres no mercado de trabalho, provocando mudanças marcantes nas estruturas e nas formas de organização. (GODINHO, 2004).

No Brasil, na década de 1970, ressurgiu o movimento feminista, que tinha tido como última grande conquista o voto feminino, em 1932. (ABRAMOVAY; CASTRO, 1998). O movimento tinha como principal reivindicação a luta pelos direitos das mulheres, porém estas pautas localizavam-se principalmente entre as mulheres brancas, de classe média e intelectualizadas que se consideravam “emancipadas” (SINGER, 1983).



Esta característica privilegiada que o movimento feminista histórico brasileiro possui, diferenciava-se das demais mobilizações organizadas por mulheres em seus mais diversos locais. Em um contexto urbano, as reivindicações sociais das mulheres que viviam nas periferias urbanas<sup>12</sup> durante esta conjuntura histórica, giravam em torno da garantia e acesso a direitos básicos como creches, escolas, postos de saúde, acesso à água e ao transporte público nas grandes cidades. As mulheres das camadas populares se organizavam, em sua maioria, através das Comunidades Eclesiais de Base<sup>13</sup> (CEBs). (SINGER, 1983).

Foram através das CEBs, que a participação das mulheres dentro de organizações comunitárias – os denominados “clubes de mães” – idealizaram alguns movimentos políticos de nível nacional com grande destaque no período do regime militar, como o Custo de Vida; o Movimento de Luta por Creches e o Movimento Feminino pela Anistia. (ALVAREZ, 1988).

Segundo Alvarez (1988), durante a década de 1970, os movimentos pelo Custo de Vida e de Luta por Creches localizavam-se nas periferias urbanas das grandes cidades. O primeiro consistia na mobilização de donas de casa da periferia que denunciavam que o aumento do custo de vida acabava por agravar os problemas da população pobre, como transporte, saúde e alimentação que eram precários. O segundo era uma iniciativa das mulheres da classe trabalhadora que não tinham lugar adequado para deixarem seus filhos enquanto cumpriam sua jornada de trabalho. Ambas as mobilizações nasceram e se desenvolveram nos movimentos de base.

Já o Movimento pela Anistia era formado por mulheres que tiveram seus pais, filhos e maridos banidos ou presos pelo regime militar. De acordo com Blay (1988), o movimento questionava a ação do Estado que retirou o direito à cidadania de certos indivíduos, sendo assim, o mesmo não se localizava na luta pela igualdade de recursos econômicos ou sociais como os dois movimentos anteriores.

Dentro deste contexto, algumas análises sobre este tipo de movimento de mulheres foram realizadas. Estes diferentes olhares sobre o ativismo de mulheres

---

<sup>12</sup> A periferia urbana corresponde em uma perspectiva geográfica a uma área da cidade que se localiza aos arredores do espaço urbano. De um ponto de vista sócioantropológico, corresponde a setores periféricos, que possuem diferentes características. (CÓRREA, 1986).

<sup>13</sup> As Comunidades Eclesiais de Base, ou CEBs, são comunidades ligadas às religiões cristãs, principalmente da Igreja Católica inspiradas pela Teologia da Libertação.

de camadas populares tensionam-se na busca por definir as motivações para tal mobilização feminina que se diferenciava do movimento feminista.

### 2.2.1 A “Maternidade Militante”: A Extensão do Doméstico no Político

O ativismo de mulheres de camadas populares, de uma maneira mais geral, passou a ser investigado durante a década de 1980, principalmente no período de redemocratização no Brasil e demais países latino-americanos. Estes estudos buscavam compreender o movimento de mulheres que não se encaixavam, no então considerado movimento feminista que havia voltado à cena. (SINGER, 1983).

Tais pesquisas buscavam categorizar analiticamente este tipo de ativismo que tinha como principais protagonistas as mulheres de classes populares. Singer (1983), em seu texto clássico sobre o movimento de mulheres da periferia de São Paulo do início da década de 1980, reforça a forma como estas mobilizações passariam a ser consideradas neste período. Para o autor, as reivindicações deste tipo de movimento popular seriam voltadas para responder a uma demanda que não era inerente às mulheres, mas sim ao coletivo, como a luta por creches, contra a carestia, pela infraestrutura urbana (escolas, transporte coletivo, saneamento básico, etc.).

Assim, estas demandas responderiam aos interesses das mulheres como uma forma de exercer a cidadania, mas não poderiam ser consideradas como ações propriamente feministas, pois tais reivindicações não giravam em torno de questionar o papel das mulheres na sociedade, pelo menos de forma explícita. A partir desta diferenciação entre um ativismo feminista e de mulheres, buscou-se aprofundar mais as características desse tipo de ativismo de caráter popular com demandas voltadas para questões mais pontuais.

Uma das chaves analíticas para pensar o ativismo de mulheres de camadas populares no Brasil foi a ideia de politização da maternidade. Este modelo explicativo também esteve presente no contexto latino-americano nas décadas de 1960 a 1980.

Um dos principais estudos sobre a mulher no cenário político Latino-americano com este enfoque na maternidade foi o de Elsa Chaney (1987). A autora realizou uma pesquisa para compreender se as condutas políticas de mulheres acarretavam mudanças na “cultura política”, entendida como um conjunto de

aspectos subjetivos que regem comportamentos políticos<sup>14</sup>, na análise de dois países: Peru e Chile entre as décadas de 1960 e 1970. Para tal pesquisa, a autora entrevistou mulheres que estavam em cargos políticos ou administrativos nos governos municipal ou nacional de ambos os países.

Chaney (1987) observou na participação política destas mulheres uma forte reprodução do papel tradicional da mulher como mãe e dona de casa, sendo assim, na esfera pública as mulheres estenderiam este papel próprio do âmbito doméstico nos assuntos públicos, o que a autora irá denominar de “supermadre”,

Um funcionário do sexo feminino geralmente se define a si mesmo como uma espécie de supermadre, que atende as necessidades de sua grande família na grande ‘casa’ da municipalidade ou da nação. [...] É quase como se as mulheres acreditassem que não têm direito ou capacidade para tratar qualquer outro assunto relativo à sociedade. [...] É perfeitamente natural que os primeiros atos que têm se aventurado as mulheres na arena pública tem sido por marcar sua vocação tradicional de esposas e mães e devem dar ênfase nos valores morais. (CHANEY, 1987, p. 39-40, tradução nossa).

Tal fenômeno descrito pela autora compreende as mulheres que estão no espaço político na época e, portanto, que correspondem às classes mais altas destes dois países, como provenientes de uma condição feminina que não condiz com o universo político que é completamente masculino. Dessa forma, ao adentrarem este espaço, elas carregam consigo tudo o que uma “feminilidade latino-americana”, pelos olhos da autora, transparece: submissão, pureza e sacrifício que complementam a imagem de mãe e esposa.

Esta noção na qual a maternidade torna-se um papel universal da mulher e que a mesma leva-a para a prática política foi também a chave analítica pela qual Sonia Alvarez (1988) observou o ativismo de mulheres de camadas populares da cidade de São Paulo, no período da redemocratização brasileira na década de 1980. Ao buscar compreender como ocorria a participação das mulheres na conjuntura política nacional nos processos de redemocratização e de uma politização de gênero, a autora enfatizou a mobilização das mulheres de classes populares que, segundo a mesma, eram as principais beneficiárias de políticas públicas que enfatizavam as questões voltadas para a família, como creches e planejamento familiar, visto a sobrecarga de trabalho que estas desempenhavam na sociedade.

---

<sup>14</sup> Sobre uma maior conceitualização do termo cultura política, ver Kuschmir (2005).

Neste ponto, Alvarez (1988) salienta que a principal estratégia das mulheres de classes populares havia sido a utilização da maternidade como uma instituição social ao invés de um “instinto natural” para adentrarem no campo político. Sendo assim, politizaram a sua maternidade ao defenderem seus “direitos” como mães e esposas, direitos que eram negados pelo contexto político e econômico na época da ditadura militar brasileira.

Embora esta pesquisa tenha sido desenvolvida em um contexto e com um grupo de mulheres diferentes do que Chaney (1987) pesquisou, percebe-se uma semelhança neste reforço do papel materno como um subterfúgio para a participação política. É a partir do desempenho deste papel que as mesmas se inseriram na política e é também o que orienta a forma como fazem política. Ao considerar que as mulheres de classes populares, que se organizavam em “clubes de mães”, possuíam demandas que estavam atreladas à família, a autora também traz a ideia de extensão do espaço doméstico para o público.

Embora os clubes de mães e as associações de mulheres dos bairros não conscientizassem necessariamente as mulheres com relação a sua classe, raça e gênero na sociedade brasileira, forneceram contexto organizativo para a formação de uma articulação entre as mulheres das classes populares. [...] A criação desta extensiva infra-estrutura mobilizatória, combinada com a ‘abertura’ política do regime e talvez por este hesitar em ser abertamente repressivo com as ‘esposas e mães’ do Brasil, aumentou o espaço político para a expressão de novas reivindicações políticas, oriundas de ameaças palpáveis à economia doméstica das classes populares, na qual as mulheres são as principais produtoras e reprodutoras. (ALVAREZ, 1988, p. 325)

O conceito “maternidade militante” passou a ser utilizado para contextualizar a mobilização de mulheres de camadas populares no cenário brasileiro e latino-americano durante os anos de 1980 e 1990 (ALVAREZ, 1988). Embora tenha sido uma chave analítica carregada de atributos políticos ao tratar a maternidade como uma instituição que viabilizou a participação das mulheres em espaços públicos, tal categoria foi criticada pela reprodução de estereótipos femininos direcionados para as mulheres de camadas populares, como abnegação, altruísmo e cuidado. (BONETTI, 2007).

### 2.2.2 Nem Mães, Nem Feministas: as *mulheristas*<sup>15</sup> do Sul e do Nordeste

Ao buscar compreender a participação política de mulheres de camadas populares de Porto Alegre que haviam realizado um curso de capacitação sobre direitos oferecido por uma ONG feminista local, tornando-se Promotoras Legais Populares (PLPs), Bonetti (2000) encontrou na categoria nativa “mulherista” uma alternativa para pensar este ativismo sem reforçar os estereótipos femininos presentes em um olhar voltado para a politização da maternidade.

Tal categoria, embora se assemelhe na nomenclatura, não corresponde à noção essencialista do termo presente na teoria feminista hegemônica, mas sim, de acordo com as próprias ativistas, significa um grupo de mulheres que conhece as reais necessidades das mulheres. Ser “mulherista” vai além do uso da categoria empírica mulher ao carregar no seu sentido um marcador de pertencimento social que se contrapõe a um elitismo do feminismo, percebido pelas PLPs como distante de suas classes (BONETTI, 2007).

Dentro do contexto porto alegreense dos anos de 1990, a autora encontrou uma ampla participação política das PLPs. Esta participação era decorrente de algumas iniciativas do governo municipal que enfatizava a participação popular, como os Orçamentos Participativos (OP) e os Conselhos Tutelares (CT). Sendo assim, algumas PLPs já estavam envolvidas com a política local ao serem delegadas do OP ou conselheiras tutelares. Após a formação, estas mulheres, segundo Bonetti (2000), constituíam um novo sujeito político que ressignificava o campo político local por meio de suas experiências como mulheres de base, juntamente com concepções próprias sobre o feminismo, ou seja, a categoria “mulherista”.

Como uma forma de aprofundar esta categoria, a autora realizou uma nova pesquisa em um contexto bem diferente da experiência de Porto Alegre. Em Recife, Bonetti (2007) novamente enfatizou o ativismo das mulheres de camadas populares em relação ao campo político e feminista local nos anos 2000. Fugindo de uma

---

<sup>15</sup> A categoria “mulherismo” e “mulherista” será apresentada entre aspas com o objetivo de diferenciar do mulherismo proposto pela escritora e ativista negra norte-americana Alice Walker na década de 1980 e do mulherismo africano, que visa discutir questões de gênero a partir de uma visão afrocêntrica. (URASSE, 2016). Embora as palavras utilizadas sejam iguais, seus significados diferenciam-se conforme o olhar teórico-epistemológico.

análise que reforça atributos considerados “femininos”, tal como a maternidade militante propõe, a autora expõe a pluralidade mobilizatória que o ativismo popular de mulheres possui.

Este ativismo, conforme Bonetti (2007), não se restringe apenas a questões familiares, mas sim à interseccionalidade entre gênero e classe, aspecto que resulta em uma experiência diferenciada do feminismo hegemônico<sup>16</sup> e que não se encerra na politização da maternidade.

Em ambas as pesquisas, Bonetti (2000; 2007) articula a participação política das “mulheres de base”, tanto no Sul como no Nordeste, com os conceitos de “projeto” e “campo de possibilidades” de Velho (1981). Para a autora, esta participação política volta-se como uma estratégia para a realização de um projeto de vida que viria a ser concretizado a partir da ampliação do campo de possibilidades – inserção na política local por meio de políticas de participação e a aproximação com o feminismo hegemônico. O resultado desta participação seria a formação de uma carreira política e profissional que objetivasse tal projeto: a mudança de *status* social.

Esta tentativa de realização de projetos individuais, que são em grande medida sociais como sustenta Velho, atualiza-se sobretudo na busca de consolidação de um espaço de atuação [...] que seja reconhecido e legitimado no cenário político municipal. Há todo um investimento por parte destas mulheres na obtenção de um capital simbólico [...] para uma potencial reversão futura em capital financeiro – uma possibilidade de profissionalização da sua atividade, a qual encerraria uma remuneração. (BONETTI, 2000, f. 136-137).

Para realizar uma análise que se contrapõe a uma essencialização do feminino ligada às mulheres de classes populares como mães e esposas, além de diferenciar tal ativismo do movimento feminista hegemônico, Bonetti (2000; 2007) privilegiou uma abordagem crítica, desde a perspectiva dos capitais, de Bourdieu, de forma que a pluralidade de ativismos destas mulheres acabou subsumida na questão da mobilidade social.

---

<sup>16</sup> Idealizado tanto como movimento como corrente teórica a partir de experiências de mulheres, brancas, classe média, intelectualizadas e heterossexuais. Este feminismo acabou por difundir a ideia de uma mulher universal no qual gênero passou a ser a categoria analítica por excelência para explicar a opressão feminina diante do sistema-gênero imposto, ou seja, o patriarcado. (LOZANO, 2010).

Esta revisão sobre o tema apresenta as tensões presentes na bibliografia sobre o ativismo de mulheres de camadas populares. Observa-se que a categoria popular se manteve como a principal diferença entre o feminismo hegemônico e as práticas das mulheres de camadas populares, o que, de certa forma, homogeneiza tais mobilizações pela questão de classe, não enfatizando diferentes especificidades que podem estar presentes e que influenciam neste tipo de experiência.

### **2.3 Raça, gênero e classe no ativismo de mulheres de camadas populares**

A produção latino-americana sobre o ativismo de mulheres de camadas populares durante o fim da década de 1980 e início dos anos 2000, focalizou as questões de classe e o acesso aos direitos, no qual demais aspectos que poderiam fazer parte destas práticas mobilizatórias foram invisibilizados ou deixados em um plano secundário, como a questão racial.

Como uma forma de contemplar as demais especificidades presentes no ativismo de mulheres de camadas populares, o feminismo negro mostra-se como uma possível lente analítica.

O feminismo negro como prática política tornou-se conhecido desde as experiências de mulheres negras norte-americanas que foram excluídas do movimento de mulheres que passaram a integrar o movimento abolicionista no século XIX. (DAVIS, 2016).

Estas mulheres, na sua maioria branca e de classe média, aproximaram-se do abolicionismo, de acordo com Davis (2016), devido à construção de um imaginário social da inferioridade feminina. Esta inferioridade estava relacionada à redução das atividades consideradas femininas causada pelo avanço da industrialização, o que contribuiu para reforçar o espaço doméstico/privado como o lugar da mulher.

Dessa forma, as mulheres brancas de classe média e operárias, passaram a referir as suas opressões vividas como esposas e trabalhadoras como uma escravidão. (DAVIS, 2016). A partir disso, estas mulheres foram atraídas para o movimento abolicionista, sendo que as mulheres brancas de classe média integraram a organização de campanhas antiescravagista no país.

Foi na luta pela abolição, que as mulheres brancas tiveram contato com a opressão, o que as motivou a aprenderem sobre suas próprias subordinações.



Dessa forma, o movimento abolicionista foi uma porta de entrada para estas também protestarem contra a sua exclusão no espaço político e público.

As mulheres brancas ativistas da abolição passaram a reivindicar cada vez mais seus direitos, iniciando assim um novo movimento que tinha como pauta principal a conquista da igualdade das mulheres, formando assim o movimento sufragista. O movimento sufragista, formado e liderado por mulheres brancas de classe média e só depois incorpora as mulheres brancas trabalhadoras, considerava o voto como o elemento emancipatório das mulheres.

Porém, tal luta que é considerada como a pioneira do feminismo hegemônico, excluiu totalmente as mulheres negras, fracassando, de acordo com Davis (2016), na conscientização antirracista.

Dessa forma, a abolição da escravidão e o fim do sufrágio para as mulheres brancas não trouxe transformações efetivas para a população negra e, em específico, para as mulheres negras. A escravidão foi substituída pelo racismo como o critério “moderno” de desigualdade e o sufrágio feminino branco acabou por excluir as mulheres negras, não apenas do voto, mas também da categoria mulher. (JABARDO, 2012).

Diante deste cenário, as mulheres negras criaram organizações para discutir sobre sua condição imposta pela história norte-americana marcada fortemente pelas questões raciais. Davis (2016) remonta a história das mulheres negras norte-americanas, no que denominou de “legado da escravidão”, para compreender como as mulheres negras foram constituídas na sociedade norte-americana em oposição às mulheres brancas. Este legado constitui

[...] as experiências acumuladas por todas essas mulheres que labutaram sob o chicote de seus senhores, trabalharam para sua família, protegendo-a, lutaram contra a escravidão e foram espancadas, estupradas, mas nunca subjugadas. Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher. (DAVIS, 2016, p. 45).

Já na metade do século XX, a denominada “segunda onda” do feminismo, surge trazendo suas teóricas clássicas nas décadas de 1960 e 1970, este período pode ser considerado a instauração do feminismo moderno.



Foi durante a década de 1980 que as feministas negras passaram a criticar esta noção parcial do que é ser mulher colocada pela teoria feminista clássica das décadas de 1960 e 1970, que excluiu todas aquelas que possuíam diferentes experiências de ser mulher. Além disso, o feminismo negro passa a questionar a proposição do patriarcado como a opressão sofrida por todas as mulheres, ao inserir a discussão sobre as articulações de diferentes opressões que afetam as mulheres como gênero, raça, classe e sexualidade. (LOZANO, 2016).

Como forma de gerar um pensamento do próprio feminismo negro, criou-se uma epistemologia alternativa com o objetivo de desconstruir e reconstruir as lógicas postas pelo discurso dominante. Entre suas principais autoras está Patricia Hill Collins. As contribuições de Collins (2012), ao considerar a epistemologia feminista negra uma terceira via na qual conhecimento, consciência e empoderamento estão conectados, consistem na redefinição do conceito de opressão para a ideia de interseccionalidade como forma de compreender as imbricações das opressões no campo das relações sociais, o que ela denominou de “sistema de dominação”.

Primeiramente, nós temos que reconhecer que nossas diferentes experiências com a opressão criam problemas nos relacionamentos entre nós. Cada um de nós vive em um sistema que nos concede variados graus de poder e privilégios. Essas diferenças de poder, quer estruturadas ao longo dos eixos raça, classe, gênero, idade ou orientação sexual, moldam nossas relações. (COLLINS, 2015, p. 30).

A partir da teoria do “ponto de vista”, a autora salienta as perspectivas das mulheres negras sobre sua própria opressão como forma de produzir discussões epistemológicas a respeito deste sistema de dominação que gera um duplo posicionamento ao negar a possibilidade de um ponto de vista hegemônico ao mesmo tempo em que cria um ponto de vista coletivo.

Dado que estes fatores influenciam em diversas respostas aos desafios comuns, é importante assinalar que não existe um ponto de vista homogêneo da *mulher* negra. Não há uma mulher negra essencial ou arquetípica cujas experiências sejam ‘normais’, normativas e, portanto, autênticas. Um entendimento essencialista do ponto de vista da *mulher* negra suprime as diferenças entre as mulheres negras na busca de uma ilusória unidade grupal. No lugar disso, seria mais exato dizer que existe um ponto de vista coletivo das *mulheres* negras caracterizado pelas tensões que correspondem às diferentes respostas aos desafios comuns. (COLLINS, 2012, p. 111-112, grifos da autora, tradução nossa).

Ao trazer as perspectivas das mulheres negras norte-americanas para o centro de sua análise, mas sem privilegiar tais experiências (JABARDO, 2012), Collins assume o argumento de que não existe um único ponto de vista feminista, pois o mesmo é parcial, ou seja, é produzido a partir de conhecimentos situados, ao contrário da universalidade proposta pelo feminismo hegemônico.

O feminismo negro norte-americano como prática e teoria abriu as portas para diversas vertentes feministas tidas como dissidentes do feminismo hegemônico que se baseiam em práticas e epistemologias críticas, que podem ser denominados de feminismos decoloniais, como o feminismo indígena, o feminismo lésbico e os movimentos de mulheres de camadas populares. Mesmo reconhecendo que cada contexto modifica como cada tendência se originou, existem certos aspectos que aproximam tais vertentes em um projeto em constante movimento heterogêneo (LOZANO, 2016).

### 2.3.1 “*Enegrecendo o Feminismo*”<sup>17</sup>: feminismo negro brasileiro e as interseccionalidades entre raça, gênero e classe no debate teórico e político

No Brasil, o movimento feminista negro surgiu das contradições enfrentadas pelas mulheres negras diante da necessidade de definir uma identidade política com relação aos movimentos negro e feminista hegemônico cujas temáticas e propostas gerais eram partilhadas.

Tal vertente mobilizatória e teórica surgiu a partir de críticas relacionadas à reprodução de práticas sexistas no interior do movimento negro e da falta de contemplação das práticas que acabavam por apagar as especificidades raciais do então movimento feminista que voltava ao cenário político nacional nos finais da década de 1970.

Embora houvesse a presença de mulheres negras, principalmente intelectuais, envolvidas com um ativismo político, é a partir da década de 1980 que começa a se construir uma base teórica e política desde o que viria a ser o feminismo negro brasileiro. (RIOS, 2017).

---

<sup>17</sup> Expressão utilizada pelas feministas negras brasileiras como forma de visibilizar suas trajetórias no movimento feminista brasileiro. Tal expressão serve para apontar que a construção do movimento feminista se deu a partir de um olhar branco e ocidental, sendo assim, o mesmo foi insuficiente ao tentar abranger dentro de suas práticas e teorias a pluriculturalidade e a multiracialidade. (CARNEIRO, 2003).

Lélia Gonzalez (1988) aponta o “esquecimento” por parte do movimento feminista brasileiro da época sobre a questão racial devido a sua origem eurocentrada e neo-colonialista. Dessa forma, a universalização de propostas na luta das mulheres, segundo Carneiro (2003), além de frágil, demonstrou-se inviável como forma de enfrentamento ao racismo.

Assim como Davis (2016), o pensamento feminista brasileiro denuncia a diferença na construção de experiências sociais das mulheres brancas e negras desde um “legado da escravidão” que perpetuaram-se na sociedade brasileira pós-abolição. De acordo com Caldwell (2000, p. 99)

[...] problemas presumivelmente comuns, como sexualidade, saúde reprodutiva e trabalho remunerado passaram a ter significações diferentes para mulheres negras e brancas. Ao reconhecer essas diferenças, as mulheres negras no movimento feminista passaram a desafiar noções generalizadas da opressão de mulheres que não levavam em conta a relação entre ideologia patriarcal e racismo.

De acordo com Gonzalez (1988), as desigualdades raciais e de gênero articulam-se, corroborando para a opressão e exploração que as mulheres negras e indígenas vivenciam enquanto inseridas em um contexto capitalista, sexista e racista, acentuado pelas questões de classe.

Como uma forma de construir e afirmar a colonialidade, Gonzalez (1988) aponta dois fatores que influenciaram na maneira como as questões raciais (não) foram discutidas no Brasil: o branqueamento e o mito da democracia racial. A autora aponta que estes elementos estão tão enraizados na formação do país, assim como do continente latino-americano, que a própria esquerda durante um bom período não foi capaz de avançar neste debate, reduzindo-se apenas às discussões em torno das contradições de classe.

Luiza Bairros (1995), ao trazer o conceito do “ponto de vista” proposto por Collins (2012) citado anteriormente, nos auxilia a refletir acerca das diferentes experiências de ser mulher, bem como as interseccionalidades entre raça, gênero e classe presentes na sociedade brasileira, marcada pelas desigualdades raciais e sexistas.

Ao negar a ideia de “somatório” de opressões, mas sim, de pontos de vistas diferenciados sobre ser mulher, a autora destaca como raça e gênero demarcam de forma indissociável as vivências das mulheres negras.

Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação política uma não existe sem a outra. (BAIRROS, 1995, p. 461).

Neste sentido, a perspectiva interseccional, que visibiliza as articulações entre diversos eixos de poder tal como raça, gênero e classe, passa a ser, para além de uma perspectiva de análise, uma posição política que define as estratégias do feminismo negro brasileiro (BAIRROS, 1995; RIBEIRO, M, 2008; LÓPEZ, 2014).

O movimento feminista negro teceu críticas tanto ao movimento negro quanto ao feminista hegemônico pela invisibilidade e subordinação das questões específicas das mulheres negras. (RIBEIRO, M., 2008). Especificamente ao movimento negro, criticou-se a reprodução de práticas sexistas em seu interior, o que levava à exclusão das mulheres nos locais de decisão. Já dentro do movimento feminista hegemônico, as mulheres negras não eram contempladas pelas práticas que acabavam por apagar as suas especificidades raciais. (GONZALEZ, 1988).

As mulheres negras organizadas foram classificadas primeiramente como ativistas populares, de acordo com Gonzalez (1988), isso deve-se ao fato de que é nessa vertente mobilizatória que existia a maior participação de mulheres negras que organizavam-se devido suas posições sociais articuladas como a discriminação racial e sexual tendem a sentir de forma mais severa os efeitos da crise, dessa maneira os coletivos buscam garantir melhores condições de vida para suas famílias.

A autora ainda critica a forma como a categoria popular acabou desracializando e descolorindo as mulheres negras por não inserir a categoria racial. Matilde Ribeiro (2006) acrescenta que as mulheres negras acabaram ficando em segundo plano dentro dos discursos e na produção teórica, permanecendo como sujeitos implícitos.

Embora houvesse a participação das mulheres negras em eventos como o Encontro Nacional de Mulheres, que ocorreu no final de década de 1970, o discurso feminista negro no Brasil ganha força apenas no III Encontro Feminista Latino-americano, realizado em 1985. De acordo com Djamila Ribeiro. (2015), isto deve-se

ao fato de que muitas mulheres negras rejeitavam a identidade de feministas por justamente não se identificarem com tal movimento constituído por uma maioria branca, classe média, intelectualizada e pela falta de empatia na compreensão de que as mulheres negras possuem especificidades que precisam ser priorizadas, como a questão racial.

No final da década de 1980, já com o processo de redemocratização brasileira, irrompeu-se um cenário de intensa mobilização política no qual surgiram várias organizações de mulheres negras no Brasil que adentraram em espaços do Estado, como os conselhos instituídos pela pressão dos movimentos feministas e de mulheres. (RIOS, 2017).

De acordo com Rios (2017), foram nestes espaços, bem como na sociedade civil, que as mulheres negras organizadas conseguiram inserir algumas pautas que envolvessem questões de gênero e raça como forma de dar vistas para a situação da população negra, em especial das mulheres negras.

As disparidades do grau de escolaridade por grupos de cor, bem como o tipo de inserção dos negros no mercado de trabalho, foram algumas das reflexões apresentadas [...] que demonstraram existir desigualdades raciais no interior do segmento feminino. Um dos pontos que mais chamaram a atenção era o fato de que, na década de 1980, as mulheres negras viviam em condições altamente precárias, apresentando baixa escolaridade, contrastadas com as mulheres brancas no estado de São Paulo. (RIOS, 2017, p. 241).

O ano de 1988 foi de grande importância para a mobilização política do movimento negro brasileiro. Neste ano, marcado pelo Centenário da Abolição da Escravatura, houve uma profunda reflexão crítica quanto as precariedades vividas pela população negra no país (GELEDÉS, 1993).

Este momento político oportunizou a visibilidade das mulheres negras como organização política. Um marco deste processo foi a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) realizado no Rio de Janeiro que contou com um número expressivo de participantes não apenas brasileiras, mas também de países como Equador, Canadá e Estados Unidos (GELEDÉS, 1993).

Neste mesmo período, surgiram importantes coletivos, grupos e ONGs formadas por mulheres e feministas negras. Uma destas organizações foi o Geledés. Fundado em São Paulo no ano de 1988, tem como missão o combate contra o racismo e o sexismo, bem como a valorização da mulher negra e de toda a

comunidade negra. O Geledés realiza várias intervenções próprias ou em parceria nas áreas dos direitos humanos, saúde, educação, comunicação e capacitação visando as questões raciais e de gênero (GELEDÉS, 2016). Além disso, o Instituto mantém um portal no qual são divulgadas suas atividades e notícias.

A ONG Maria Mulher, fundada em Porto Alegre em 1987, consiste na entidade feminista negra mais antiga no Brasil e que ainda está em atividade. A organização iniciou com cerca de trinta mulheres que estavam ligadas aos movimentos negro, feminista e sindical, como também mulheres que nunca haviam participado de nenhum movimento. (MARIA MULHER, ([2016?])).

O grupo localiza-se na Vila Cruzeiro, no bairro Santa Tereza, e realiza ações que visam o enfrentamento às discriminações sexista, raciais e sociais tendo como foco as mulheres da região, que são majoritariamente negras.

Outro espaço de importante atuação política de mulheres negras, que se aproxima do trabalho desenvolvido pelas mulheres do Morro da Polícia, é da Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN). A ACMUN foi uma iniciativa de mulheres negras de camadas populares que se encontravam em um clube de mães na Vila Maria da Conceição, localizada na periferia de Porto Alegre, no ano de 1989.

Encabeçado por mulheres negras líderes comunitárias que se encontravam para estudar a “cultura negra”, formaram um grupo que passou a realizar atividades ligadas à geração de renda, principalmente a partir da costura de cobertores e *roupas afro* (ACMUN, ([2017?])). A partir deste movimento mais comunitário, as mulheres conseguiram conquistar um espaço, propondo demandas e realizando ações envolvendo direitos da população negra daquela região.

Atualmente a ACMUN possui um espaço localizado no Centro Histórico de Porto Alegre, com ações voltadas para os direitos humanos, saúde e educação da população negra.

Já nos anos 2000, o movimento de mulheres negras se consolidou no cenário político nacional. Esta afirmação como uma expressão política se deu nos preparativos da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, mais conhecida como Conferência de Durban. (CARNEIRO, 2002).

Uma das iniciativas criadas pelas mulheres negras para o evento foi a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), na qual participaram as ONGs Maria Mulher/Porto Alegre, Criola/Rio de Janeiro e o Instituto Geledés/São Paulo.

De acordo com Carneiro (2002), a AMNB levou para o debate internacional como as interseccionalidades entre raça e gênero são vivenciadas pelas mulheres negras. A partir disso, foi construído, em colaboração com diversas mulheres negras, o diagnóstico intitulado “Mulheres Negras: Um Retrato da Discriminação Racial no Brasil” no ano de 2001, no qual as mesmas reivindicavam um plano político voltado para as suas especificidades em diversas áreas.

Mais recentemente, por conta de uma agenda política voltada para ações afirmativas que buscam a igualdade racial, juntamente com a criação de instituições do Estado direcionadas às questões de raça e gênero<sup>18</sup>, observa-se, segundo Rios (2017), um estreitamento de laços entre o movimento negro e feminista com o governo federal o que propiciou uma maior participação nestes espaços de poder.

Neste contexto de institucionalização destes movimentos, a formulação e implementação de políticas públicas passaram a se aproximar do conceito de interseccionalidade ao levarem em consideração as diferentes especificidades das mulheres. De acordo com Carneiro (2002), esta aproximação corresponde a uma articulação entre os diversos movimentos de mulheres e feministas brasileiros em torno de uma colaboração conjunta em algumas ações voltadas para o combate ao racismo e sexismo.

Embora estejamos em um momento de incertezas políticas, principalmente com relação à perda de direitos conquistados através da contextualização feita neste capítulo, as mulheres da periferia, como é o caso das minhas interlocutoras do Morro da Polícia, permanecem, no que elas denominam, na *luta*, como forma de *resistência*.

No próximo capítulo, apresentarei o campo no qual foi realizada a pesquisa: o Morro da Polícia e a Associação de Mulheres Unidas pela Esperança. Juntamente, descreverei como foi o meu ingresso no mesmo e os caminhos metodológicos escolhidos para a construção de uma etnografia que visa o ativismo de mulheres negras de camadas populares e seus *fazeres* políticos.

---

<sup>18</sup> Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) respectivamente.



### 3 O CAMPO DA PESQUISA E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Durante nossa conversa Rosa me contou que iria ser realizada uma reunião na Associação com as alunas do curso de Design da Uniritter para os últimos acertos do novo *blog* e da *vaquinha online*. Frente a esta oportunidade de ingressar no campo, me convidei para participar da reunião. Prontamente Rosa respondeu: “Claro, claro, pode ir será bem-vinda. Já agendamos agora. Pode aparecer lá, vai ser bem-vinda, até porque pra ti vai ser uma realidade que não é mostrada. Tu vai te apavorar, tu vai ver, não é nada, a gente não tem nada e dali a gente faz tudo”. (Rosa, integrante da Associação, diário de campo, doravante DC, 1/07/2017).

Este trecho extraído do meu diário de campo corresponde a minha primeira conversa com Rosa, realizada no Centro Histórico de Porto Alegre. Ao afirmar que gostaria de conhecer a Associação, Rosa, deduzindo que eu não conhecia o local, gentilmente me “preparou” para o que eu iria encontrar no Morro da Polícia.

Neste capítulo me dedicarei a apresentar o campo no qual a pesquisa foi realizada, bem como as minhas escolhas metodológicas. Em um primeiro momento, apresentarei o Morro da Polícia, como o mesmo se originou, alguns dados estatísticos e os principais “problemas” da comunidade. Em seguida discorro sobre a Associação das Mulheres Unidas pela Esperança, local no qual a etnografia foi realizada de fato. Por último descrevo o meu trabalho de campo, como se deram as negociações e as escolhas metodológicas que fiz durante o percurso para a produção dos dados etnográficos.

#### 3.1 “*Não vi, não sei, não diga a ninguém*”: a (in)visibilidade do Morro da Polícia

“O próprio poder público não vê a comunidade do Morro da Polícia. A comunidade do Morro da Polícia, até na semana de Porto Alegre, se tu prestar atenção na música, eles falam: ‘não vi, não sei, não diga a ninguém’. Não é pra dizer para ninguém que existe esse Morro, tu entendeu?”. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

A localização do Morro da Polícia é controversa. Ao acessar algumas fontes oficiais disponibilizadas pela Prefeitura de Porto Alegre, constatei que o mesmo aparece como parte dos seguintes bairros: Cascata, Glória e Coronel Aparício Borges. De acordo com Jobim e Klauck (2000), isso se deve ao fato de que estes bairros surgiram do desdobramento do antigo arraial da Glória, portanto, os limites oficiais são popularmente ampliados.



Porém, para localizar mais precisamente onde fica a ONG em questão, realizei uma pesquisa a partir das informações disponibilizadas pelo *blog* ONG, que consta como localizada no bairro Coronel Aparício Borges.

A origem do bairro Coronel Aparício Borges se deu por conta da ocupação iniciada durante a segunda metade do século XIX, porém, sua criação como bairro foi oficializada no ano de 1959. (SAAVEDRA, 2013). O seu nome consiste em uma homenagem ao Tenente Coronel Aparício Borges, morto na batalha de Buri/SP durante a Revolução Paulista em 1932. No bairro localizam-se a Academia de Polícia Militar, o Regimento Bento Gonçalves e a Penitenciária Estadual – Presídio Central.

De acordo com Saavedra (2013), a presença destes serviços ligados à Brigada Militar foi um dos responsáveis pela região ter sido “batizada” como Morro da Polícia. O mesmo ainda é conhecido como Morro da Glória ou Morro da Embratel<sup>19</sup>. O Morro da Polícia é uma área de ocupação irregular, portanto, não existem indicadores oficiais sobre esta localidade que possui uma realidade específica, que difere da realidade do bairro Coronel Aparício Borges ou de qualquer outro ao qual se vincula.

O Morro da Polícia é um dos pontos mais elevados de Porto Alegre, com 286 metros de altitude. Consiste em uma área em constante processo de transformação na qual localiza-se o maior número de ocupações em área de risco, por corresponder a uma área de preservação ambiental. (LINDAU; ROSA, 2004).

---

<sup>19</sup> Devido a presença de antenas de rádio e televisão instaladas no local.

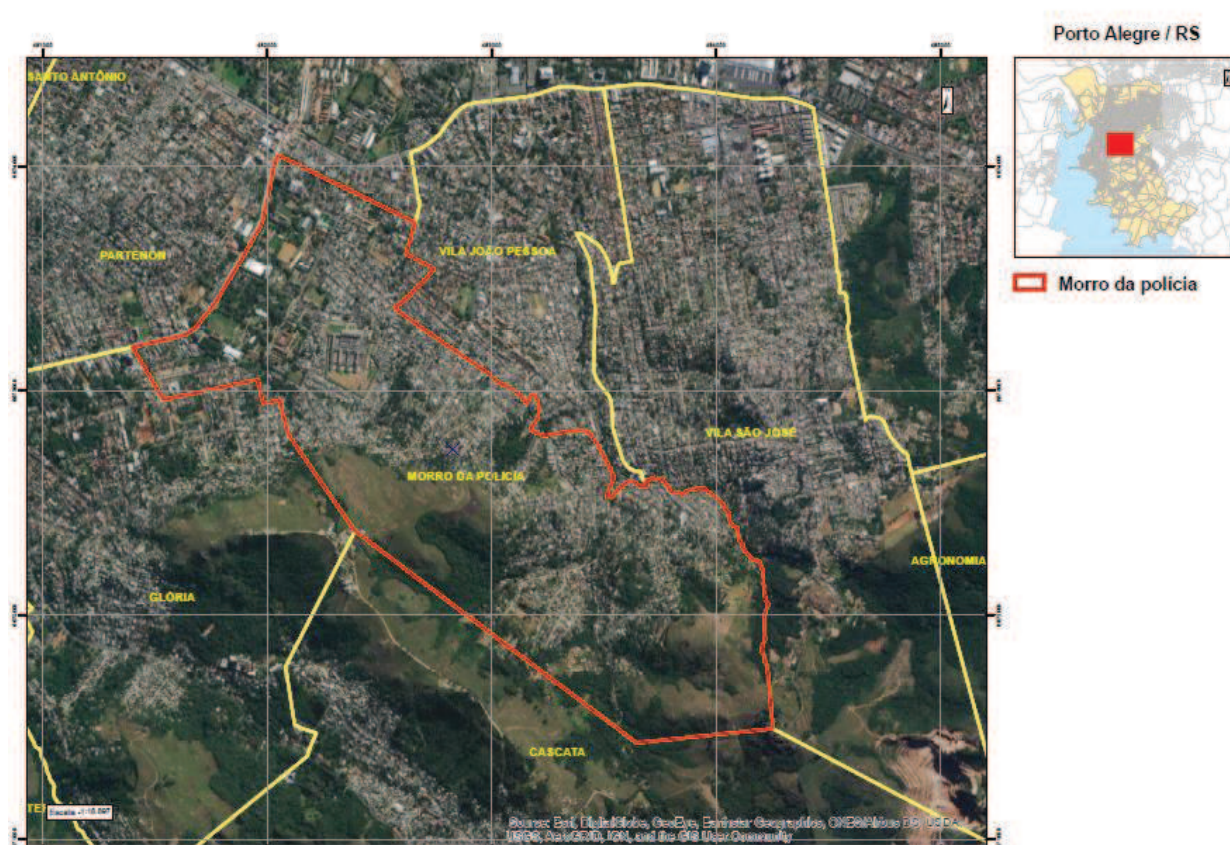


Imagem 1: Mapa do Morro da Polícia  
Fonte: Google Maps, 2017.

A ocupação do Morro da Polícia iniciou-se por conta da sua proximidade com o quartel da Brigada Militar, sendo assim, os familiares dos militares que foram residir nas proximidades do Morro acabaram por ocupá-lo de forma desordenada. (SAAVEDRA, 2013). Mais recentemente, a ocupação do Morro passou a ser feita por familiares de presidiários e por pessoas envolvidas com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), que se estabeleceram em uma área de preservação ambiental – zona da mata – no qual se localizam algumas nascentes de água sendo assim, imprópria para moradia.

A zona da mata, segundo dados de Saavedra (2013)<sup>20</sup>, é composta por população predominantemente negra, sendo a maioria (53%) mulheres. Quanto aos domicílios, os mesmos são ocupações irregulares chefiados em sua maioria por mulheres<sup>21</sup> que possuem baixa escolaridade. Os moradores que foram ocupar esta

<sup>20</sup> Por conta da localização não ser oficial, a autora construiu os respectivos dados a partir de conversas com moradores e a partir do projeto “Divindade das Águas” da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.

<sup>21</sup> Em uma conversa com Rosa, a mesma disse que no Morro da Polícia 80% dos domicílios eram chefiados por mulheres.

região, além da proximidade do presídio, o fizeram por já terem sido expulsos de outras localidades na qual residiam também de forma irregular.

Durante a minha pesquisa de campo, questionei Rosa sobre estes dados. Ao descrever a realidade da população do Morro da Polícia ela confirmou os mesmos. De acordo com ela, o Morro é composto por um grande número de famílias negras chefiadas por mulheres *guerreiras que lutam* para manter suas casas, pois muitos homens encontram-se presos.<sup>22</sup>

Com relação ao trabalho e renda, as ocupações predominantes são ligadas ao cuidado – idosos, crianças e doméstico – e materiais recicláveis. A presença do Estado nesta região se faz visível através de um aparato ligado à segurança pública que marca a origem do Morro, sendo assim, existe uma falta de demais serviços públicos, principalmente nas áreas da saúde e educação.

No local existem duas escolas de ensino fundamental, uma da rede municipal e outra da rede estadual. Não há escola de educação infantil pública, devido isso há uma grande circulação de crianças pela vizinhança que *repara* para que as mães possam trabalhar.

Existe apenas um posto de saúde para atender a população da região que possui falta de médicos, como ginecologista e pediatra, o que faz com que as mulheres tenham que se deslocar até as emergências de hospitais para conseguir consultas, visto que os postos de saúde que atendem comunidades vizinhas, como o Campo da Tuca, não atendem os moradores do Morro da Polícia por conta da regionalização das equipes médicas.

Estas são algumas situações relatadas por Rosa e moradores do local que reforçam uma invisibilidade por parte do Estado, como a fala de Rosa no início, com a população que vive no Morro. Por conta disso, há um histórico de mobilizações sociais, como a formação de organizações comunitárias que visam garantir direitos para a população (JOBIM; KLAUCK, 2000), assim como o trabalho desenvolvido pela AMUE

---

<sup>22</sup> Segundo relato de Rosa, em registro no meu diário de campo.

### **3.2 Só com esperança para isso aqui mudar: a Associação das Mulheres Unidas Pela Esperança**

Esse nome [da Associação] foi da gente, porque só com esperança para isso aqui mudar, já que a gente não tem nada, né. (Rosa, integrante da Associação, DC, 05/07/2017).

Meu conhecimento sobre a Associação das Mulheres Unidas pela Esperança no Morro da Polícia (AMUE) ocorreu durante a realização do trabalho de campo realizado para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Serviço de Informação à Mulher, o SIM – Tudo Fácil<sup>23</sup>, em 2015. Na ocasião, entrevistei Rosa que atuava como Promotora Legal Popular (PLP)<sup>24</sup> no espaço de atendimento.

A organização foi idealizada por um grupo de mulheres negras de uma família moradoras do Morro da Polícia, no ano de 2007 que já possuíam um histórico em movimentos sociais. A Associação é registrada desde 2008 e por não ter uma sede própria funciona na casa de Rosa, uma das fundadoras da mesma.

---

<sup>23</sup> O SIM – Tudo Fácil foi uma parceria entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a ONG Themis e a Associação das Promotoras Legais Populares (APLP). A parceria terminou em agosto de 2015 devido o fim do convênio mantido entre as partes.

<sup>24</sup> As Promotoras Legais Populares (PLPs), são mulheres que receberam capacitação legal sobre os direitos humanos das mulheres. O curso de capacitação é oferecido há mais de vinte anos por uma ONG feminista em Porto Alegre. As PLPs, na grande parte, realizam o curso por serem lideranças comunitárias.





Imagem 2: Localização da AMUE.  
Fonte: Google Maps, 2017.



Imagem 3 – Entrada do beco que leva até a casa/sede da Associação.  
Fonte: Google Maps, 2017.



O trabalho social realizado pela AMUE possui objetivos de melhorar a perspectiva de vida daqueles em situação de vulnerabilidade social. As áreas em que a Associação atua giram em torno da saúde, geração de renda, inserção no mercado de trabalho e cultura. As atividades focalizam a defesa dos direitos humanos, a promoção de ações de defesa ao meio ambiente e do desenvolvimento sustentável e ações que possibilitem diminuir as desigualdades econômicas e sociais existentes com enfoque nas mulheres negras. (SAAVEDRA, 2013).

No *blog* da Associação estão presentes fotos das atividades realizadas pelas ativistas, como festas tradicionais de páscoa, natal e eventos mais específicos como o Dia da Sopa, Dia da Mulher Negra e Latino-americana e Caribenha e oficinas de costura e artesanato.



Imagem 4: Festa junina.  
Fonte: Facebook da AMUE, 2017.

Além das atividades exclusivas da associação, a mesma faz parte da campanha Ponto Final da Violência contra as Mulheres e Meninas, da Semana da Consciência Negra da Câmara Municipal de Porto Alegre, do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CODENE) na questão de gênero, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

A falta de uma sede própria é apontada pelas ativistas como o principal problema a ser enfrentado. Por conta disso, elas utilizavam espaços cedidos por

outras associações da localidade como a Associação Comunitária Vila São Miguel (ACOVISMI) e a Associação Clara Nunes.

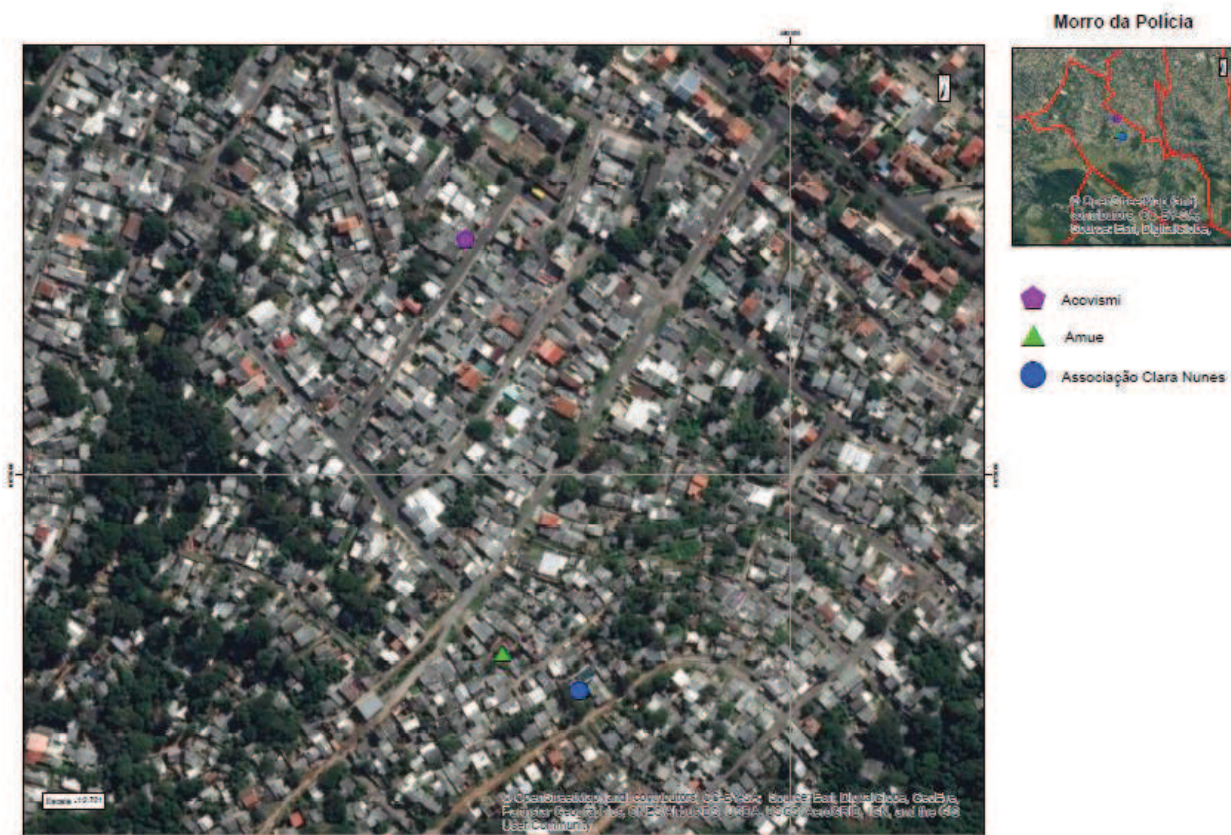


Imagem 5: Localização das associações ACOVISMI e Clara Nunes  
Fonte: Google Maps, 2017.

Atualmente a Associação não tem mais acesso aos espaços destas duas associações. De acordo com Rosa e as demais integrantes, esta mudança se deu desde a troca da gestão da ACOVISMI e por conta do encerramento das atividades da Associação Clara Nunes depois que o presidente e idealizador do projeto faleceu, em 2015.

Também houve uma tentativa de obter um terreno cedido pelo governo do Estado. Rosa e as demais integrantes entraram com um pedido para a Secretaria da Habitação, de acordo com elas já estava tudo certo, o terreno a ser doado estava inclusive cercado, localizado perto da caixa d'água de abastecimento do Morro, mas, com o final da gestão do governo estadual, o processo foi *engavetado* e a cedência do terreno não aconteceu.

Mas este fato não é visto como algo negativo por elas, muito pelo contrário. Segundo Rosa, se a cedência tivesse sido efetivada, o Estado ia querer *coordenar*

*junto* e isso elas não querem. Sendo assim, a busca por uma sede continua de outras formas.

Desde 2016, um grupo de alunos dos cursos de design e engenharia da UniRitter vem desenvolvendo alguns projetos com a AMUE, entre eles foi a construção de uma *vaquinha online*<sup>25</sup> com intuito de arrecadar quantias mensais para ajudar a manutenção e a construção da sede que vai ser feita no terreno da casa de Rosa, que irá ceder um pedaço para a Associação.



Imagem 6: Layout da página da *vaquinha online*

Diante desde novo cenário, a Associação vem estabelecendo novas parcerias, no que as mesmas denominam uma nova etapa para a organização. Uma delas é a criação da marca “Mulheres do Morro”, na qual pretendem lançar uma linha de turbantes, além das roupas customizadas, guardanapos, lençóis e abayomis<sup>26</sup>. Dentre as atividades realizadas com maior frequência, encontram-se as oficinas de turbante e os desfiles com moradoras e moradores do Morro da Polícia.

<sup>25</sup> A “vaquinha online” corresponde a uma página criada em uma plataforma colaborativa nas quais organizações do chamado Terceiro Setor podem receber doações em dinheiro. Nesta página de doação *online* há a possibilidade de doar apenas uma vez ou em formato de assinatura mensal. Os valores vão de R\$ 30,00 à R\$ 500,00 reais.

<sup>26</sup> As abayomis são pequenas bonecas feitas de tecidos trançados. De origem iorubá, as bonequinhas tem o objetivo de servir como um amuleto de proteção. A criação das abayomis remonta





Imagem 7: Desfile na Escadaria da Borges, Centro de Porto Alegre.

Fonte: *Facebook* da AMUE, 2017.

A seguir apresento algumas reflexões do meu ingresso no campo bem como as escolhas metodológicas realizadas para a produção de dados.

### 3.3 Dentro do campo: impressões, negociações e percursos metodológicos

Após a minha saída do campo, ocorreu o momento de refletir sobre o período no qual estive em intenso contato com as mulheres da associação, principalmente com Rosa. Esta reflexão serviu não apenas para a construção de um *corpus* etnográfico, mas também repensar a minha própria trajetória como pesquisadora, bem como nos aspectos afetivos presentes durante o trabalho de campo, o que Da Matta (1978) denominou da *antropological blues*.

As diversas conversas, entrevistas, participação em reuniões e eventos foram materializadas na escrita do diário de campo, que me possibilitou o acesso a uma grande variedade de experiências, fundamentais para a produção dos *insights* necessários para o desenvolvimento da presente pesquisa que se pretende falar sobre a política.

---

ao período da escravidão, quando as mães, como forma de acalmar as crianças, rasgavam retalhos das suas roupas para confeccionar as bonecas durante as viagens nos navios tumbeiros. (GELEDÉS, 2015).

Embora eu tenha crescido na periferia, antes desta pesquisa não havia *subido o morro*. Esta experiência pessoal e de pesquisa demonstra a heterogeneidade de situações periféricas urbanas (HITA; GLEDHILL, 2010), as quais importam para aquelas que pesquisam bairros populares e as diferentes experiências de se viver em locais periféricos.

Esta heterogeneidade é visível dentro do próprio Morro da Polícia, no qual há aqueles que moram *lá embaixo* e outros que moram *lá em cima*. Esta divisão assemelha-se com o que foi encontrado por Fleischer (2011), ao realizar uma etnografia sobre a prática das parteiras na cidade de Melgaço, no Pará. Neste contexto, de uma cidade ribeirinha do norte do país, a autora ouviu constantemente dos moradores a divisão entre o *povo da frente* e o *povo de trás*. A parte da *frente* consiste na área mais valorizada da cidade, com asfalto, iluminação, saneamento e casas de alvenaria enquanto que a parte de *trás* era constantemente relacionado ao atraso, com ruas de areia, sem iluminação pública, sem saneamento e com casas pequenas de madeira. Segundo Fleischer (2011), *frente*, de acordo com os moradores, era a parte moderna e *atrás*, o interior, mais próximo da natureza, portanto, o local aonde a modernidade não havia chegado.

Esta descrição corresponde, em certo ponto, com as falas de Rosa e Dona Lélia sobre as mulheres que moravam *lá em cima* e as que moravam *lá embaixo*. *Lá em cima* do Morro da Polícia é uma área ocupada de forma irregular, conhecida como zona da mata. Nesta local, que consiste em uma área de proteção ambiental, as residências são mais precárias, no qual não se tem luz regularizada e a água encanada chegou há pouco tempo, sendo que a maioria dos moradores são mulheres chefes de família. Por ser no alto do Morro, não é possível o acesso ao transporte público e, segundo os relatos, por conta da falta do comprovante de residência, muitas não conseguem matricular os filhos em uma escola próxima, tendo que descer e subir à pé as lombas que são bem íngremes. Também, por conta disso, muitas não conseguem atendimento no posto de saúde. Já os que moram *lá embaixo* possuem outra “realidade”. As ruas são asfaltadas, as casas, na sua maioria de alvenaria, têm acesso à água, luz, telefone e internet. Na parte de *baixo* se vê a presença de carros e ônibus, o que facilita o deslocamento.

Discorri sobre esta caracterização espacial e social do Morro da Polícia, pois a mesma me foi relatada por Rosa antes da minha inserção no campo, durante o nosso primeiro encontro “oficial” que ocorreu fora do Morro, no “asfalto”, mais

precisamente na região central de Porto Alegre, em um assentamento urbano ligado ao movimento de luta pela moradia. Este encontro foi marcado via *facebook*. Chegando ao local combinado, nos encontramos para uma primeira conversa, a qual solicitei para que fosse gravada. Rosa pensou que a pesquisa seria apenas a realização da entrevista, no momento então expliquei para ela que seria mais extensa que eu gostaria de ir até a sede/casa dela para conhecer o trabalho desenvolvido pela Associação. Ela aceitou participar e então marcamos um novo encontro no qual eu iria finalmente *subir o Morro*.

Chegado o dia, uma quarta-feira, rumei para Porto Alegre. Primeiramente peguei o trem e logo após o Alameda 347 – Presídio Central que me levaria até o Morro da Polícia. Nas quartas, ocorrem visitas ao presídio, não foi minha surpresa a enorme fila que se formava na Avenida Salgado Filho em Porto Alegre, formada principalmente por mulheres com sacolas contendo roupas e cobertores. O ônibus já saiu do ponto praticamente lotado, entrei e pedi para a cobradora me informar a parada da Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Selima, local que eu deveria descer.

Depois de uma cansativa subida, finalmente encontrei a sua casa/sede. Rosa estava com uma de suas netas olhando televisão, chamei ela na porta, a mesma me recebeu com um abraço, perguntando se eu havia achado fácil a sua casa. Respondi que sim, cansada pela subida. Entrei e ficamos conversando, enquanto Rosa me ofereceu um copo de suco de maracujá. Rosa me indagou sobre a pesquisa, disse que a cunhada, Ângela, que também faz parte da associação e é mestrande de Sociologia gostaria de saber da minha pesquisa e ela não soube responder. Falei novamente do que se tratava e ficamos conversando durante o resto do dia.

Durante nossa conversa, várias vezes éramos interrompidas por pessoas que iam lhe chamar: os meninos que estavam arrumando o beco, suas noras com seus netos, sua sobrinha que vende bombons, seu irmão que foi *colocar cabelo* ou seus vizinhos que necessitavam de alguma ajuda – uso do computador, doação de roupas e alimentos, solicitação de algo emprestado, etc.

Aqui a gente faz com que a gente tem. Se o telefone é cortado já vem uma e paga ou eu faço umas tranças em troca do pagamento do telefone ou eu carrego o TRI [cartão do transporte coletivo] de outra na troca, é isso aí. A gente *tá* aí desse jeito. (Rosa, integrante da Associação, DC 01/07/2017).

Notei que estas situações fazem parte do cotidiano do local. Em uma etnografia realizada na Vila do Cachorro Sentado, também na periferia de Porto Alegre, na década de 1980, Fonseca (2000) encontrou a mesma situação, o qual ela denominou de “interdependência funcional dos habitantes” estas pequenas “trocas de favores” fundamentais para a manutenção da vida cotidiana de grupos de camadas populares.

Na casa de Rosa é a pequena sala e o pátio que ela divide com a Associação, além de uma peça que serve para guardar as roupas para doações e demais materiais para a confecção de cobertores, também há uma estante com livros da biblioteca. Como uma forma de aproximação menos formal, resolvi não gravar a nossa conversa, até porque havia um grande movimento na casa e por tentar acessar questões mais cotidianas que pudessem ser inibidas pela utilização de um gravador, ainda mais pela minha presença: uma pesquisadora de *fora*.

Por conta disso, procurei ter cautela diante da minha presença no campo, visto que minha escolha por observar a experiência destas mulheres não é neutra, ela se alinha com o meu posicionamento no mundo. Sendo assim, busquei refletir sobre esta presença dentro de um grupo enquanto “estrangeira”. (ZALUAR, 2004).

Assim como reconheço que minha postura como pesquisadora não é neutra, a relação que se estabeleceu entre nós – interlocutoras e eu –, também expõe outro ponto do trabalho etnográfico: as assimetrias, que embora possam parecer diluídas enquanto estávamos em contato direto por conta da proximidade e amizade que estabelecemos, tornam-se visíveis, como alerta Mintz (1984), quando partimos do campo. É neste momento que percebemos que, como pesquisadora, retomo as minhas atividades no “conforto do gabinete” enquanto aquelas que pude observar, conversar e conviver, continuam na sua *luta* diária por recursos, doações, espaço físico, etc.

Não foram raras as vezes nas quais elas esperavam que eu “assumisse” uma posição pelo grupo, como quando me convidaram para falar sobre elas em um evento que iria ocorrer em parceria com um coletivo de mulheres negras, quando fiquei na posição de “testemunha” do convite para a participação deste evento, ou então, quando Dona Lélia, após o final de uma roda de conversa, veio pedir desculpas se havia falado algo “errado” e que eu poderia corrigi-la.

Compreendi no momento que estas situações correspondiam a tentativa por parte delas para que eu assumisse, respectivamente, um papel de porta voz ou de

educadora, por ser apresentada como *pesquisadora da Unisinos*. (ZALUAR, 2004). Em ambas as situações, posicionei-me no grupo como ouvinte e observadora, explicando para elas que meu papel ali era de conhecer as suas práticas, sem julgamentos. Porém, ao final do campo, percebi que tais atitudes se relacionavam mais com o fato de que eu não “abandonasse” o grupo após a pesquisa, por esta razão, Lélia fez questão de enfatizar, ao questionar quanto tempo eu ficaria presente com elas, que eu fazia *parte da família* e, portanto, não deveria abandonar elas com o fim da pesquisa.

Este status – *parte da família* –, que elas atribuíram a minha presença não corresponde com o fato de tornar-me uma nativa, o que em nenhum momento foi minha intenção, visto que, segundo Goldman (2006), a pretensão de “virar nativo” é carregada de futilidade e inutilidade, já que o que importa de fato é a possibilidade de captar ações e discursos no ato. Mas sim, pelo fato de que uma presença estrangeira já foi vivenciada pelo grupo, por parte de universitários de *fora* que realizaram pesquisas ou projetos acadêmicos com elas e, após o final dos mesmos, se afastaram do grupo sem um retorno.

Mesmo assim, tal cautela adotada por mim durante o campo, em vias de não perder a objetividade dos dados etnográficos, permitiu um envolvimento afetivo e efetivo com o grupo através de pequenas trocas como forma de retribuir pelo acolhimento que eu recebi durante o período em que estive em contato direto com elas. Estas negociações variavam de acordo com quem eu estava conversando, mesmo Rosa sendo a minha principal interlocutora pelo fato de ser a integrante da Associação e da mesma ser na sua casa, eu conversei com outras integrantes que em determinado momento estavam presentes, como Ângela.

No nosso primeiro contato, Ângela primeiramente começou a fazer vários questionamentos sobre a minha pesquisa. Ela questionou sobre meu referencial teórico, objeto, objetivos e metodologia. Ao responder suas questões, ela justificou suas perguntas como forma de entender a minha presença para evitar que Rosa e a associação fossem “usadas de má fé” por mim, no caso, que eu pudesse me apropriar do trabalho delas. Após este momento, passamos a “trocar” bibliografias que estávamos utilizando, neste instante, passei então de uma estrangeira para uma “colega” ao compartilharmos as dinâmicas da vida acadêmica.

Além desta situação, outras trocas foram realizadas à medida que ia me inserindo no campo para além das nossas conversas, como a doação de roupas



para distribuição no dia da roda de conversa, ajudar na busca de notícias sobre a Associação na internet, divulgar a *vaquinha online* organizada pelas universitárias na Uniritter e demais atividades da Associação; filmar o evento do Dia da Mulher Negra, envio de notícias e editais que poderiam interessar a elas, etc.

Ainda houve casos, durante algumas reuniões, no qual as mesmas solicitavam minha opinião para temas “polêmicos”, como planejamento familiar, gravidez na adolescência, corrupção e políticas públicas aos quais tentei responder de maneira cuidadosa, para que minhas posições pessoais, mesmo que convergentes ou divergentes, não levassem a ocasionar um mal estar com o grupo, sendo assim, busquei compreender os diferentes posicionamentos que ali surgiam.

Tentei compreender, a partir do campo, como se davam as relações com outros grupos que dividiam o Morro da Polícia como espaço de atuação, bem como com outras organizações de *fora*. Esta parte correspondeu a um desafio, pois algumas associações não estavam mais funcionando, ou haviam mudado de liderança, o que me fez modificar a maneira pela qual eu conseguiria acessar tais relações. Foi aí que, além de minha principal interlocutora, resolvi olhar para este universo a partir das perspectivas de Rosa.

A escolha de seguir a biografia de Rosa não era minha ideia inicial, mas devido às circunstâncias da sede ser ao mesmo tempo a sua residência, foi com ela que tive maior contato, podendo acessar seu cotidiano para além do ativismo. Acompanhar uma única biografia dentro de um grupo de mulheres, não significa que considere Rosa como “a representante” (MINTZ, 1984; FLEISCHER, 2007), até porque a associação é formada por mulheres com uma pluralidade de posicionamentos políticos. Porém, Rosa é reconhecida nos *movimentos*, tanto os locais como de demais localidades, possuindo assim uma rede de relações com outros ativistas, pessoas do poder público e da política partidária.

Sendo assim, foram nas nossas conversas durante um almoço ou café da tarde que Rosa foi me contando sua história junto aos movimentos, seu dia-a-dia com os quatro filhos e netos, suas *andanças* como cabeleireira autônoma, cuidadora e faxineira. A partir da sua biografia me empenhei em construir um entendimento a respeito de suas motivações políticas, ou melhor, motivações de *luta* e como isso constitui significados sobre a política. Para esta tarefa, empreendi o que Goldman (2006) denomina de levar à sério as representações nativas sobre a política, ou seja, articular o que a política dever ser e o que ela representa de fato para as pessoas.

Tais representações foram apreendidas através dos relatos de Rosa juntamente com as observações participantes promovidas pela minha convivência junto ao grupo, o que permitiu meu acesso aos “[...] ritmos e espaços da vida cotidiana”. (ROCHA; ECKERT, 2013, p. 109). Em seus relatos, Rosa resgatava histórias contadas pelos seus pais, “lá no tempo dos escravos”, histórias sobre pedras que caíam do céu e que, segundo a lenda são “recheadas de ouro”. Estes relatos, embora possam parecer que não se relacionam com o objeto da pesquisa, compreendem, segundo Houle (2008), não apenas à história de vida singular, mas também a história da vida em sociedade, ou seja, como estas histórias **fazem sentido** e compõem suas práticas.

Ao dar ênfase às narrativas de vida de Rosa, desempenhei um esforço em tentar acompanhar e auxiliar no desenvolvimento de uma cronologia de fatos que pareciam aos meus ouvidos, serem descontínuos, pois ao procurar um diálogo aberto, o qual poderia ser considerado muito mais uma conversa do que entrevistas formais, os “tempos” eram diversos. Era comum em um assunto, virem à tona questões que ocorreram há muitos anos e no tempo presente simultaneamente, que de certa maneira possuía uma continuidade na reconstrução de narrativa nas suas experiências. (ROCHA; ECKERT, 2013).

Nas reorganizações das suas memórias, Rosa também reestruturava uma memória coletiva do grupo, ao relatar as participações em eventos, as parcerias com outras associações e ONGs e a relação com as instituições e representantes do Estado. De acordo com Rocha e Eckert (2013), este trabalho constante de construção de memórias individuais e coletivas, possibilita, por parte da pesquisadora, a identificação da recomposição social da vida cotidiana.

Optar pela utilização da narrativa biográfica acarretou em diversos desafios, adentrar na vida cotidiana de Rosa, estar junto com as demais mulheres do grupo, observando e principalmente ouvindo suas experiências e suas práticas dentro deste espaço que se mistura entre o privado, da residência, e o coletivo da Associação demandou um cuidado para que eu pudesse construir juntamente destas mulheres, o aglomerado de dados etnográficos para a presente pesquisa. Denomino este cuidado ao fato de não reduzir ou associar alguns relatos a “fococas”, buscando ir além do que, em um primeiro momento, poderiam ser considerados rumores da vida cotidiana e em família que caracteriza a organização.

A observação participante realizada durante minha convivência quase diária com Rosa foi intercalada com a realização de duas entrevistas semi-estruturadas com a mesma. A primeira foi realizada no nosso primeiro encontro, no qual foram elaborados alguns tópicos para apreender algumas questões que iriam nortear a minha observação no campo. A última entrevista foi realizada pouco tempo antes de encerrar o campo, que possuía o intuito de responder algumas inquietações minhas e completar as informações que eu considerava incompletas apenas com os dados produzidos na observação.

Foi durante esta interação promovida pela observação participante que pude acessar a vida cotidiana delas, bem como, segundo sugerem Rocha e Eckert (2008), aprender que ao buscar conhecê-las, simultaneamente, passo a me conhecer melhor, e isto foi comprovado durante minhas participações nas reuniões da Associação, nas quais passei a refletir não apenas sobre o que eu pretendia pesquisar, mas também sobre a minha presença neste meio e a reflexão que ela causou entre nós – elas e eu –, um exemplo disso foi durante a escolha do nome para o evento do Dia da Mulher Afro Latina e Caribenha, no qual uma das sugestões de nome seria “Mulheres Negras Podem”, o que foi discutido entre elas que o mesmo poderia “excluir” as mulheres brancas, ao questionarem o que eu achava disso, me vi mais uma vez entre o dilema de me posicionar no campo, não apenas como pesquisadora, mas como mulher branca.

Visto a minha negativa em se sentir excluída ou ofendida pelo fato exposto por Audre, nora de Rosa, de que “as mulheres brancas já podem”, ouvi de Rosa e Dona Lélia, que pelo fato de eu estar junto delas “dando uma força”, eu já era uma “quase negra”. No momento eu não esbocei nenhuma reação perante este novo “status” colocado pelo grupo, mas assim como o fazer *parte da família*, compreendi o mesmo como a construção de um laço que não pretende ser rompido pós-pesquisa.

Já o fato de não realizar muitas pesquisas gravadas, e sim, mais conversas, se deu pelo fato do objeto proposto. Ao falar sobre política, um tema que pode ser considerado como “delicado”, dependendo dos diferentes sentidos sobre a política e os fazeres políticos dos interlocutores (GOLDMAN, 2006; PALMEIRA; HEREDIA, 2010), pode acarretar em mal-estar entre entrevistadora e entrevistadas (BOBADILLA, 2016). Sendo assim, foi apenas nos relatos orais e na produção do diário de campo que pude acessar suas práticas e suas perspectivas sobre a política



relacionada com a prática do ativismo desempenhada por elas, nos quais as entrevistas serviram como um apoio extra de informações.

Meu campo teve uma curta duração, perante o que se espera de uma etnografia, durante três meses estive em contato constante com Rosa, seja indo até a casa/sede, seja através das redes sociais, como *facebook* e *whatsApp*, meios nos quais Rosa me mantinha informada quase que diariamente a respeito da agenda da Associação. A finalização do mesmo foi demarcada pela viagem ao Rio de Janeiro, realizada por Rosa e sua filha, Bell, para visitar seu filho que mora lá há seis anos e realizar contatos com associações e projetos sociais locais.

Além dos dados produzidos em campo, outros materiais foram coletados para a pesquisa, como notícias de jornais locais nos quais tratavam sobre a Associação, Rosa ou o Morro da Polícia. Estes materiais foram coletados na internet e as buscas se deram antes da minha entrada em campo e durante, com alguns destes materiais tendo sido me repassados diretamente por Rosa. As redes sociais também foram outro campo de pesquisa, principalmente na etapa exploratória, no qual foram coletadas informações no antigo *blog* da Associação e no perfil de Rosa no *facebook*, no qual, além de postar momentos com a família – festas de aniversário de netos, viagens para praia, casamentos – eram divulgadas fotos das festas realizadas pela organização – natal, dia das crianças –, doações e eventos que elas participavam.

A partir da produção e coleta de dados, organizei os mesmos por datas. As minhas idas no campo foram transcritas no diário de campo, como as observações e as conversas, que foram organizadas em planilhas que continham a data, o local, quem participou/ esteve no local no dia e os principais assuntos tratados.

O diário de campo foi organizado de forma digital, em arquivos *word*, que permitem a inserção de comentários, ou seja, os *insights* que foram aparecendo após a releitura dos relatos, das observações e entrevistas. A escrita do diário ocorria logo que eu retornava do campo, o mesmo era produzido a partir de anotações simplistas em uma caderneta, no qual busquei anotar frases e palavras ditas pela minha interlocutora como forma de acessar as categorias nativas. Este trabalho, de transformar os momentos vividos em campo em textos dependeu, quase que exclusivamente, da minha memória. Ao chegar em casa, muitas vezes cansada pela “viagem”, tinha que fazer o esforço de lembrar os acontecimentos, o

mais fiel a realidade, como quem apareceu naquele dia, qual foi o contexto de certas palavras anotadas no caderno, as relações estabelecidas, etc.

De acordo com Cardoso de Oliveira (2000), a memória consiste em um importante elemento da confecção do diário de campo, já que é neste momento que o passado e o presente misturam-se, pois é neste ponto que a pesquisadora transforma a memória em presente ao escrever, neste caso, a construção da inteligibilidade dos dados produzidos em campo.

Organizados os dados, o passo seguinte foi a transformação desta etapa em texto. A textualização dos dados etnográficos corresponde a “[...] um empreendimento bastante complexo”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 26). É no momento da escrita que os dados são retrabalhados sem a interferência do campo, que segundo Cardoso de Oliveira (2000), sofrem novamente com uma fragmentação ao serem elaborados em outro contexto, o ambiente acadêmico, que pode influenciar este momento que é simultâneo ao ato de pensar.

Por conta da produção dos dados ter se guiado pelo método etnográfico, ou seja, da observação participante e das narrativas da(s) interlocutor(a)s, os mesmos foram tratados a partir da “análise situacional” (GLUCKMAN, 1987; VAN VELSEN, 1987). Esta forma de análise permite de um ponto de vista analítico, a ampliação do contexto pesquisado, das relações entre as pessoas e de possíveis contradições, além disso, a pesquisadora também se faz presente no texto, pois representa a ligação entre os eventos ocorridos no campo e uma situação social. (GLUCKMAN, 1987).

A análise situacional possibilita, segundo Van Velsen (1987), que os registros de comportamentos específicos e de situações reais sejam transportados do diário de campo para o analítico, ou seja, que estes dados produzidos não se restringem apenas a pesquisadora, mas que componham a análise como forma de facilitar a compreensão dos processos sociais por ora pesquisados.

Ao usar este método, o etnógrafo não somente apresenta ao leitor abstrações e conclusões do seu material de campo, mas também lhe fornece parte considerável desse material. Isto proporciona ao leitor melhores condições para avaliar a análise etnográfica, não apenas do ponto de vista da coerência interna da argumentação mas, também, através da comparação dos dados etnográficos com as conclusões que foram extraídas desses dados. (VAN VELSEN, 1987, p. 360).

Além das vozes das minhas interlocutoras, trago também algumas imagens feitas por mim durante a pesquisa de campo, bem como cedidas pelas minhas interlocutoras, para compor o registro etnográfico. As imagens presentes nesta pesquisa foram utilizadas com a preocupação de representar a realidade social do grupo estudado e possibilitam, através da narrativa visual, informar o relato etnográfico com a mesma legitimidade que o texto escrito, acrescentando novos formatos no fazer etnográfico. (BITTENCOURT, 1998).

Enfim, gostaria de salientar que a construção do *corpus* etnográfico que possibilitou a realização da presente pesquisa contou com a intensa participação de Rosa, minha principal interlocutora. Isso deve-se ao fato da mesma estar, tanto quanto eu, engajada nesta pesquisa, me auxiliando com trocas de materiais, com levantamento de depoimentos, com a realização de eventos e, principalmente, com a acolhida da presente pesquisadora e pesquisa, que não seria realizada sem este empreendimento conjunto, no qual pretende-se a construção de uma narrativa do que presenciei neste encontro etnográfico, que busca, assim como Goldman (2006) aconselha, a reinserção daquilo que nós – pesquisadoras e pesquisadores – estudamos à cotidianidade.

## 4 “TEM O POLÍTICO E TEM NÓS...” AS CONCEPÇÕES SOBRE A POLÍTICA

O *movimento* se dividiu, porque tem o político e *tem* nós, que é o *prático*. (Rosa, integrante da Associação, DC, 18/07/2017).

O contexto no qual a epígrafe acima foi extraída consiste em uma fala de Rosa frente a um impasse da Associação. Elas iriam participar de um evento em alusão ao Dia da Mulher Negra que seria realizado em parceria com um coletivo de mulheres negras de outra organização social localizada no centro de Porto Alegre. Faltando duas semanas para o evento, Ângela, cunhada de Rosa e integrante da Associação, participou da reunião para organizar a atividade e ficou sabendo que não poderiam mais participar da abertura neste dia, e, se desejassem realizar o desfile, o mesmo seria transferido para o mês seguinte.

Diante dessa situação, Rosa estava chateada pelo fato de que foi a AMUE que iniciou este coletivo levando a *cultura negra* para esta outra organização e agora o movimento havia se dividido entre o *político* e o *prático*. (DC, 18/07/2017).

Neste capítulo apresento os dados etnográficos sobre quais são estes diferentes significados do fazer “prático” em contraposição ao “político” descrito por Rosa. Para isso, ao levar a sério as perspectivas nativas de Rosa e as demais integrantes (GOLDMAN, 2006), desconsidero a política como um sistema isolado, mas sim como parte do ativismo dessas mulheres que se articula com as diferentes dimensões da vida cotidiana, ou seja, “as representações sociais através das quais a política é pensada e vivida”. (PALMEIRA; BARREIRA, 2004, p. 12).

### 4.1 “Eu sou do movimento”: *encontrando Rosa*

Era um sábado de manhã. Como havíamos combinado, fui me encontrar com Rosa nas escadarias do Viaduto da Borges, na sede de uma organização social. No dia anterior ela havia me mandado uma mensagem de voz dizendo que estaria *dando uma força para o movimento*. Depois de vinte minutos de espera, ela chegou. Estava bem arrumada: calça preta, botas, uma blusa verde com decote, um blazer preto, brincos grandes combinando com a blusa e na cabeça um turbante preto com desenhos coloridos. Cumprimentamo-nos e começamos a conversar. (DC, 01/07/2017).

Este fragmento extraído do meu diário de campo corresponde a primeira interação “ao vivo” que tive com Rosa depois de dois anos no nosso primeiro encontro no SIM-Tudo Fácil.

Rosa é uma mulher negra de 56 anos, embora aparente ter menos. É casada, mãe de quatro filhos adultos (três homens e uma mulher), avó de seis netos (duas meninas, três meninos e um/uma que está a caminho). Nasceu em 1961 na cidade de Porto Alegre, foi criada por seus pais junto com seus nove irmãos – biológicos e adotivos. A história de sua família mistura-se com a história do Morro da Polícia.

O Morro era uma área de escravos. Minha família é daqui do morro. Minha avó materna era escrava e meu avô era alemão, lutou na Guerra do Paraguai. Minha mãe era daqui, nasceu aqui, era todo mundo negro e morava no meio do mato. Minha mãe alimentava os cavalos e os porcos da Brigada quando era pequena. Meu pai depois virou brigadiano, aí o pessoal começou a vir para cá, meu pai dizia que era neguinho metido, era músico, morava na [rua] Avaí e estudava na [Escola Técnica] Parobé. Aí o pessoal começou a vir, eles doaram terras para os brigadianos e depois o pessoal começou, mais recentemente, a ocupar pela moradia. (Rosa, integrante da Associação, DC, 08/07/2017).

O ativismo comunitário e a aproximação de Rosa com os movimentos sociais também vêm de uma história familiar. A mesma foi influenciada pela sua mãe, já falecida, e por uma irmã mais velha que hoje reside no litoral do estado do Rio Grande do Sul.

Minha história nos movimentos vem de família. Minha mãe acolhia os antigos catadores de jornais, ela ajudava muita gente, ajudava os presos que eram agredidos. Minha irmã também era meio revoltada desde nova. Ela começou no Julinho [Colégio Júlio de Castilhos] o movimento estudantil, depois ela foi do [Movimento] Palmares, que depois virou MNU [Movimento Negro Unificado], ela também fundou o PT [Partido dos Trabalhadores]. Agora ela largou de mão, cansou disso, agora ela é alquimista, mexe com plantas, essas coisas. Mas ela ainda me dá muitos conselhos. (Rosa, integrante da Associação, DC, 18/07/2017).

Além do movimento, Rosa divide-se em outras ocupações informais como cuidadora de idosos, *faxineira* e cabeleireira autônoma como forma de garantir uma renda que se complementa com a do marido que é mecânico.

Antes de começar o trabalho de campo eu não sabia das relações familiares no interior da Associação. Essa informação foi me passada por Rosa durante nossa primeira conversa. Ao questioná-la como sua família lidava com o fato da Associação funcionar na sua casa, ela me disse que a família toda participava.

De fato, quase todos os seus parentes realizam alguma atividade no meio comunitário. Seu marido, o qual ela chama pelo apelido de “Preto”, divide-se entre a oficina mecânica e a ajuda para a população em situação de rua. Seus filhos também estão inseridos neste meio. José, o mais velho que mora atualmente no Rio de Janeiro, divide seu tempo como ator e cantor de uma banda de pagode como voluntário do Grupo Cultural AfroReggae<sup>1</sup>. Pedro participava do movimento da luta pela moradia junto com a ex-esposa e Bell, a mais nova, além de integrar a Associação, faz parte do Mocambo<sup>2</sup>. Dessa forma, como menciona Rosa, *a família vive a ONG*.

Na Associação não é diferente, a mesma é composta por Rosa e algumas cunhadas, como Ângela - irmã de seu marido – e Dona Lélia - viúva de um irmão do mesmo –, sobrinhas, como Patrícia, filha de Dona Lélia e Audre, esposa de Pedro, filho de Rosa.

Quando há algum rompimento de laços familiares, o mesmo afeta a composição da Associação. Um exemplo disso foi quando um dos filhos de Rosa se separou da sua esposa, automaticamente ela se afastou da Associação. Quando ele iniciou um novo relacionamento, a sua atual esposa passou a fazer parte do grupo de mulheres.

O gosto pelo direito surgiu das suas *andanças* como *faxineira* e cuidadora de idosos em casas de advogados, juízes e professores universitários para que assim, sua filha Bell pudesse continuar os estudos. Foi enquanto trabalhava na casa de um advogado que Rosa *tomou* conhecimento das cotas raciais nas universidades. Sem pensar duas vezes, ela *botou* a filha para estudar para prestar a prova do vestibular no qual ela passou em quinto lugar em fonoaudiologia. (DC, 01/07/2017).

O ingresso da sua filha na Universidade é relatado por Rosa como um exemplo de *empoderamento*<sup>3</sup> através da informação. A partir da política de cotas,

---

<sup>1</sup> O Grupo Cultural AfroReggae foi criado em 1993 na comunidade Vigário Geral, no Rio de Janeiro, a ONG realiza atividades culturais e artísticas como forma de promover a inclusão social e geração de renda para os jovens moradores da periferia.

<sup>2</sup> O Mocambo faz parte da Associação Comunitária dos Moradores da Cidade Baixa que foi fundada entre as décadas de 1970 e 1980 por moradores negros do bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre. O mocambo possui participação em vários movimentos sociais e políticos, desenvolvendo atividades de formação literária sobre a história da população negra na história do Rio Grande do Sul. O movimento também possui um piquete no Parque Harmonia, durante o Acampamento Farroupilha, sendo o único comandado por uma mulher negra.

<sup>3</sup> Embora exista uma bibliografia que trate da questão do empoderamento como um conceito analítico, na situação apresentada o mesmo aparecerá como uma expressão êmica utilizada pelas minhas interlocutoras em várias ocasiões.

várias integrantes da Associação também ingressaram no ensino superior, formando-se em jornalismo, pedagogia, psicologia, história e fisioterapia. Algumas, inclusive, estão cursando pós-graduação.

O acesso ao Ensino Superior possui grande relevância para Rosa, que exibe com orgulho na sua sala, várias fotografias da formatura de Bell, pois a possibilidade de estudar consiste em uma forma da população do Morro, principalmente as crianças e os jovens, terem a chance de um *emprego melhor* para ter uma *vida melhor*, longe da criminalidade que faz parte do cotidiano da localidade. (DC, 08/07/2017).

Este papel que a educação possui para Rosa e as demais integrantes da Associação corresponde a uma difusão da ideia de que um dos critérios que aumenta as chances de ascensão social é a educação (SCALON, 2011). Sendo assim, o acesso ao Ensino Superior pelas integrantes da Associação é visto como uma conquista para Rosa, que também almeja fazer faculdade para ter o *poder da caneta*.

Eu fiz o ENEM e se as minhas notas forem boas eu quero entrar na faculdade. Eu queria Psicologia, mas já consegui para uma delas, agora eu tô entre Serviço Social e Direito, já pensou? Mas se der Serviço Social já tá bom, porque aí eu posso ter o *poder da caneta* de assistente social para dar acolhimento para as mulheres do Morro. Eu tendo o *poder da caneta*, me aguarde. (Rosa, integrante da Associação, DC 01/07/2017).

O *poder da caneta* era uma expressão que eu já havia escutado de Rosa. Durante nossa primeira entrevista, em 2015, ao me relatar sobre os impasses da cedência do terreno para construção da sede da Associação, ela utilizou o mesmo termo referindo-se ao poder que os representantes do Estado possuem para “resolver” os problemas da população por meio de mecanismos da burocracia estatal, tais como despachos, ofícios e decretos.

Rosa considera-se uma *multiplicadora* de conhecimento e informação no Morro da Polícia que *fiscaliza* o poder público. Por conta disso, ela realizou o curso de Promotora de Saúde da População Negra (PSPN), promovido pela Prefeitura de Porto Alegre e, em 2014, o curso de Promotora Legal Popular (PLP), projeto de formação da ONG feminista porto-alegrense Themis. Como PSPN e PLP, Rosa participou respectivamente da Campanha Ponto Final na Violência contra Mulheres e Meninas e integrou, até 2016, o Conselho Diretor da ONG Themis.



Embora ainda se apresente como uma PSPN e PLP, durante minha pesquisa de campo, Rosa estava afastada de ambas as atividades. Da primeira ela se afastou com a justificativa de que, como ela, através da Associação, denuncia o descaso do posto de saúde com a população do Morro, ela ficou “mau vista” pelos funcionários do serviço, já como PLP, ela se afastou do Conselho, indicando outra integrante da Associação e também moradora do Morro da Polícia.

Durante minhas observações, pude perceber que Rosa possui contato com vários movimentos sociais: o da luta pela moradia, o movimento negro e, mais recentemente, o movimento feminista quando Rosa realizou a formação como PLP. Porém, em nenhum momento ela se identificou como militante destes movimentos, inclusive ela e outras integrantes tecem algumas críticas a eles.

**Rosa:** No movimento pela luta da moradia entrou *política* e muita gente se afastou, eu ia antes para a rua bater panela, mas aí dividiu em quem era da *luta* e quem era da *política*, os partidos tomaram conta. Quem foi morar em ocupação do *movimento* se arrepende por causa disso e quer voltar para o Morro.

**Ângela:** Para ti vê, a corrupção tem em todo lugar.

[...]

**Ângela:** Tem uma menina que está fazendo uma pesquisa para saber o porquê que as mulheres vítimas de violência não chegam ao judiciário!

**Rosa:** Claro que não chegam! A gente sabe que elas não vão à delegacia, porque às vezes elas não têm dinheiro para o ônibus. Agora o SIM só tem na Restinga e só funciona na segunda e a violência não tem dia nem hora para ocorrer. Quem é da [região] Baltazar ou daqui não tem como ir à Restinga. Como as *feministas* não sabem disso?

**Ângela:** Esse é o problema de algumas feministas, elas não conhecem a realidade. Olha as empregadas domésticas. Elas vêm e dizem que *tá* tudo bem agora com a carteira e não *tá*, elas não conseguem emprego, *tão se virando*. (Rosa e Ângela, integrantes da Associação, DC, 08/07/2017).

Sendo assim, Rosa se define como parte do *movimento de mulheres negras do Morro*. Em outras palavras, é desde a articulação entre estes três movimentos sociais – da luta pela moradia, movimento negro e feminista – consolidados no cenário político local que emerge o ativismo das mulheres negras do Morro da Polícia a partir de uma ressignificação de suas experiências de vida em um projeto político de *resistência*.

**Rosa:** Agora do *movimento* mesmo, somos só nós e os da [Vila] Conceição, que ainda *tá na resistência*.

**Ângela:** Sim, eles não querem os *negros favelados* perto do Centro.

**Rosa:** Não querem, mas a gente fica aqui na *resistência*. (Rosa e Ângela, integrantes da Associação, DC, 08/07/2017).



Segundo Bernardino-Costa (2015) ao estudar a sindicalização das empregadas doméstica, eixos de poder como raça, gênero e classe podem provocar a formação de solidariedade política em torno de projetos decoloniais, dessa forma, “muitas vezes, e dependendo do contexto histórico, as categorias sociais de diferenciação que fundamentam a noção de interseccionalidade podem resultar em formas democráticas de agência política”. (BERDARDINO-COSTA, 2015, p. 155).

Rosa tem todos os documentos da Associação guardados em uma pasta de couro marrom: atas de reuniões, ofícios de solicitação de apoio para as festas, matérias de jornais, estatutos atualizados, caderno com o registro das entregas de ranchos, tudo devidamente registrado no cartório.

Dentre os documentos, há vários registros de projetos que a Associação realizou: “Divindade das Águas”<sup>4</sup>, em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde; o “Conscientizando na Desigualdade”<sup>5</sup>, em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre; o “Show do Quilo” que era organizado por Luiz Braz<sup>6</sup>; os passeios para o teatro e cinema com as crianças da comunidade; o projeto “Transformação Solidária”<sup>7</sup>, novamente em parceria com a Secretaria da Saúde e a ONG Eckart, entre outras atividades direcionadas para a produção de renda como corte e costura com materiais reciclados.

Durante nossas conversas sobre o cotidiano da Associação, as relações com as demais organizações locais, ONGs, poder público e a família, Rosa enfatizava que ela era do movimento e seu trabalho na Associação era mais que uma mera atividade, era parte de sua *maneira de viver*.

Eu sou do *movimento*, esse aqui é meu *chão*, e o Morro é o ar que eu respiro, porque é disso que eu sobrevivo, entendeu? Tem gente que fala assim para mim ‘ai, Rosa, eu não sei de onde tu consegue tanta bondade, para ti tudo *tá bom*, tudo *tá maravilhoso*, para ti tudo é *fácil*’. Mas essa é a minha *maneira de viver*, eu gosto de me sentir assim. Eu sou uma *multiplicadora do bem*, não é porque eu não tenho um carro, não é porque

---

<sup>4</sup> Projeto da Prefeitura de Porto Alegre e da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) para conscientização sobre a saúde ambiental.

<sup>5</sup> Este projeto foi realizado em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre e a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul na Semana da Consciência Negra de 2010. O evento consistia em palestras diversas voltadas para a população negra.

<sup>6</sup> Jornalista e advogado, Luiz Braz foi vereador de Porto Alegre durante 30 anos, seu primeiro mandato foi em 1983. Desde 1981 realiza o “Show do Quilo”, evento no qual arrecada alimentos a serem doados para entidades socioassistenciais e associações comunitárias.

<sup>7</sup> Projeto realizado em parceria com a ONG Eckart, no qual fora reformada uma casa de uma moradora da “zona da mata”, no Morro da Polícia, além de oficinas de educação ambiental.

eu não tenho uma carne para comer hoje, eu tô feliz igual, porque eu tô respirando, eu tenho água, eu caminho. Quantas mulheres estão sendo vítimas de violência, sendo agredidas dentro de casa? E eu tô aqui na rua, livre. Então, para quê eu vou me queixar da vida? Eu tenho mais é que ajudar os outros. (Rosa, integrante da Associação, DC 01/07/2017).

A partir desse meu “encontro” com Rosa (MINTZ, 1984), pude entrar no universo da Associação e, simultaneamente, na sua vida, pois foi exatamente isso que eu presenciei durante meu campo: **formas de vida**.

Dessa maneira, desassociar o que é trabalho comunitário com a vida de Rosa é uma tarefa impossível pelo fato da Associação ser formada por uma família e por conta das múltiplas funções que a casa de Rosa tem: casa, Associação, ponto de referência, local de acolhimento, etc.

Sendo assim, quais seriam as tramas que envolvem este *fazer movimento*? Como elas se articulam com essa *maneira de viver*? Dessa forma, procurei na experiência de Rosa desde um lugar como o Morro da Polícia, que corresponde a um território de práticas políticas, disputas e conflitos de vários níveis.

#### 4.2 O movimento *versus* a política

Nas narrativas sobre a prática da Associação, Rosa separa a política e o movimento. Para ela, a política relaciona-se diretamente com partidos, candidatos e eleições, neste conjunto, somam-se as promessas de campanha e o *poder público*.

Já o movimento é o que traz as melhorias para a comunidade, é o que *faz acontecer*, porém não é algo que se faz sozinho. Por isso, na busca por pessoas que *abracem* as suas causas e a da comunidade do Morro da Polícia, elas se aproximam de variados grupos – universitários, ONGs, movimentos sociais, políticos, etc. – como forma de dar sequência às atividades desenvolvidas que às vezes são descontinuadas dependendo das parcerias formadas em determinados momentos.

Por conta disso, estas parcerias não são fixas. As organizações podem sair ou voltar à rede de relações da Associação, conforme eu presenciei durante o campo. Nosso encontro em uma organização social de luta pela moradia ocorreu em um momento no qual Rosa estava se reaproximando da organização.

Ela participava do movimento de luta pela moradia responsável pela ocupação do antigo prédio do INSS que hoje é o assentamento. Um de seus filhos, sua ex-nora e uma sobrinha também faziam parte. Quando o mesmo foi regularizado, seu filho e sobrinha conseguiram um apartamento, mas ela não.

A gente participava do *movimento*, mas eu não peguei nenhum apartamento aqui. *Bá* imaginou se eu morasse aqui no centro? Mas o *Morro precisa de mim*, aqui eu não ia conseguir ajudar as mulheres que precisam de mim, que precisam tomar um banho antes e ir visitar o marido no presídio, aqui eu não ia conseguir. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Seu afastamento, ela conta, não se deu por este motivo, mas sim porque entrou *política* no *movimento*.

Me afastei porque entrou *política*, *entrou politicagem* no meio, aí perdeu o propósito. Pode ver [apontou quando saiu um rapaz do prédio, jovem, branco, roupas 'de marca'] aqui só *tá* quem não precisa esse aí é filho de político, tem muito filho de político, conhecido de político que tomou o lugar, por isso que *tá* assim, hoje não tem ninguém do movimento. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Esta diferenciação entre o movimento e a política também apareceu quando a mesma falou sobre a proximidade desta organização com o movimento negro.

Aqui [na organização] só a Maria [moradora do assentamento] e o marido dela são do *movimento*, o resto é tudo *politicagem*. Aí o que eles fizeram? Se aproximaram do movimento negro, a gente que criou o coletivo. Porque o movimento negro não é *política*, mas sim artistas, *cultura*. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Este envolvimento com partidos *esvaziou* a participação de pessoas do *movimento*, como Rosa, do local. Ela comentava este fato comigo, enquanto Maria, integrante da organização, saía para atender alguns possíveis clientes que paravam para olhar as camisetas e bolsas produzidas por ela.

Olha só, como isso tudo *tá* parado. O pessoal [que mora aqui] só entra e sai do prédio, ninguém veio ajudar. Eu vim lá do Morro para ajudar. Se a gente [AMUE] estivesse expondo aqui, tu ia ver, ia vender tudo, porque eu trago a minha gente e trago a imprensa. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Rosa tem uma amiga jornalista que trabalha em um jornal de grande circulação local. Não foram raras as vezes que eu me deparei com notícias nas quais ela era entrevistada, como quando subiu o valor do botijão de gás, a

documentação da preparação da festa de natal realizada no Morro da Polícia em 2015, a atividade do Dia Internacional da Mulher de 2016 e dicas de maquiagem para mulheres acima de 50 anos. Atualmente ela estava alguns meses sem entrar em contato com esta amiga por conta da *política*.

Eu dou dicas de matérias, tenho todas lá em casa, vou te mostrar, a última que eles pediram minha opinião foi do Bolsa Família, mas eu não gostei porque eles distorceram o que eu disse, não foi aquilo que eu falei para eles. Faz uns quatro meses que eu não dou mais opinião porque fiquei com receio deles usarem para a política, sabe né, o Lasier [Martins] e a Ana Amélia [Lemos] eram da Zero Hora, agora são políticos, aí não falei mais. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

O emprego da categoria *política* e seus derivados, como *politicagem*, por Rosa demonstra a relação de como a política **deve ser** para o que **de fato** ela representa para Rosa. Goldman (2006), ao desenvolver uma etnografia da política com o movimento afro-cultural em Ilhéus, na Bahia, também encontrou diferentes significados da palavra na localidade.

O autor assinala que o *fazer política* corresponde a uma atividade para os integrantes do movimento que possui uma carga negativa. Dessa forma a utilização do termo *cultura*, como utilizado por Rosa para designar o movimento negro, é uma forma de diferenciar a sua atividade daquelas desenvolvidas por pessoas envolvidas com a política partidária.

Diante deste olhar negativo em torno da política, questionei Rosa como ela descreveria a sua prática, esse *fazer e acontecer*. Ao me contar sobre o dia-a-dia da Associação ela era enfática: a sua prática está associada com uma *luta* contínua.

Mesmo com todas as dificuldades, a gente tá lutando, não é fácil, mas vamos chegar lá, se Deus quiser porque força não falta. A gente está lutando para garantir os direitos daquela população lá, que é esquecida pelo poder público. A gente luta pelo direito deles terem uma carteira de identidade, pelo direito de ter um comprovante de residência. Por isso eu bato na mesma tecla, eu sempre tô na luta pela informação, porque informação é tudo só que não chega até eles [moradores do Morro da Polícia], estão anestesiados que nem querem saber do direito deles. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

A utilização da categoria *luta* é permeada por sentidos que vão desde as dificuldades enfrentadas pela mesma para dar continuidade ao seu trabalho no Morro, até o próprio surgimento da Associação que é demarcado pela *luta* por direitos que não são cumpridos pelo *poder público*.

Comerford (1999), ao explorar os variados sentidos da categoria luta em contextos de mobilizações coletivas, aponta que a mesma dentro destas narrativas representa uma forma de manifestar o valor e a resistência de um determinado grupo para manter o seu espaço diante de agentes “poderosos”, que no caso do Morro da Polícia é o poder público. Além disso, ao expor que mesmo com as dificuldades enfrentadas pelo grupo elas continuam lutando, a categoria reflete sobre o sentido da comunidade, da união e, também, do sofrimento, que não é individual, mas sim de um coletivo localizado, ou seja, da *comunidade* do Morro da Polícia.

Embora Rosa associe a sua prática ao movimento que *faz luta* e considere a política partidária como algo negativo, ela conhece muitas pessoas ligadas a partidos por conta da sua irmã e também pelo seu ativismo comunitário, inclusive fazia campanha nas eleições para o Partido dos Trabalhadores (PT). Mas, desde os acontecimentos recentes, principalmente após o impeachment<sup>8</sup> da presidenta Dilma Rousseff, Rosa conta que se afastou.

Minha irmã dizia: ‘vamos lá, vamos fazer campanha’. E aí a gente acreditava, vinham as promessas e a gente ia, eu fiz a última para a Dilma, em 2014. Ela disse que se ganhasse, ia subir aqui no Morro e fazer um churrasco, ela ganhou e não veio. O pessoal começou: ‘e aí Rosa? Quando ela vai subir?’. Ela não veio, ficou chato isso aí, aí depois quando deu tudo aquilo lá, o impeachment, ela veio para Porto Alegre, aí queria vir aqui e eu não deixei. Eu disse que não queria me envolver com isso aí, foi por isso que eu me afastei da [ONG] Themis, elas queriam fazer ato [em apoio a Dilma] e eu não quis. (Rosa, integrante da Associação, 05/07/2017).

O fato de promessas não serem cumpridas pelos políticos é um fator recorrente no ceticismo da política que Rosa demonstrava. Uma delas havia sido a cedência de um terreno para a construção da sede, prometida pelo ex-governador Tarso Genro, também do PT.

Eu gostava muito dele, chamava de *meu Tarsinho*, não deixava ninguém falar mal, mas aí, olha o que ele fez? Ficou enrolando e não assinou lá a cedência do terreno [para a sede]. Se o Olívio [Dutra] tivesse aí ainda, ele dava a sede para nós porque esse era *bom*, ele ajudou a gente de verdade, o Tarso não. Estava tudo certinho, a gente até cercou lá na caixa d’água, e

---

<sup>8</sup> A presidenta eleita Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, foi impedida de terminar seu segundo mandato após a abertura e julgamento de um processo com vistas de destituir a presidenta devido acusações de improbidade administrativa, no que ficou midiaticamente conhecido como “pedaladas fiscais” e as edições de decretos sem a autorização do Congresso. Em agosto de 2016, Dilma teve seu mandato cassado, porém, não perdeu seus direitos políticos, podendo, caso queira, concorrer e assumir cargos eletivos. O impeachment da presidenta Dilma foi considerado por alguns grupos ligados à esquerda como golpe político.

ele não assinou o termo. Mas até foi bom porque eles iam ficar com 50%. (Rosa, integrante da Associação, DC, 08/07/2017).

A promessa, de acordo com Palmeira e Heredia (2010), corresponde a forma mais antiga de relacionamento político-eleitor. Nos casos relatados por Rosa, ela descreve duas promessas que não foram cumpridas pelos candidatos para os quais ela fez campanha eleitoral: o churrasco no Morro e a sede para a Associação. Ou seja, as promessas foram direcionadas a coletividades – os moradores do Morro e as integrantes da Associação.

Dessa forma “[...] as acusações são dirigidas publicamente a individualidades ou, para ser mais preciso, a reputações individuais”. (PALMEIRA; HEREDIA, 2010, p. 51). Isto fica claro quando Rosa coloca os nomes dos candidatos – Dilma e Tarso – e não o partido deles em questão, visto que o Olívio, figura importante também do PT, se fosse candidato, iria cumprir a promessa.

Rosa conta que em 2016, na eleição municipal, não fez campanha para nenhum candidato, mas apoiou o Sebastião Melo, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) por conta da sua relação histórica com o Partido Democrático Trabalhista (PDT), na qual possui alguns conhecidos.

**Rosa:** Tem um vereador que vem aqui, ele é do PDT. Eles vieram aqui e me levaram de carro em uma reunião. Aí falaram que o [Sebastião] Melo ia tá com a gente, que ele era menos pior que esse que ganhou [Marchezan].

**Thaís:** Tu acha que eles querem que tu entre no partido [PDT]?

**Rosa:** Eu acho né, mas eu penso assim: o partido não é ruim, o ruim são os deputados e os aliados que pegam esse dinheiro todo aí. Eu queria fazer um ofício que coloque lá que esse dinheiro todo aí que roubaram tem que vir para as entidades, nem que seja uma porcentagem. Queria fazer um documento que vire lei, porque eles pegam essas pessoas e viram tudo massa de manobra. Então tem que ter uma lei que diga que o dinheiro venha para as entidades e aí os políticos não precisam vir aqui no Morro. (Rosa, integrante da Associação, DC, 18/07/2017).

Ao colocar que o *partido não é ruim*, mas sim os deputados e seus aliados e a categoria *massa de manobra*, termo recorrente do vocabulário político partidário, Rosa expõe a diferenciação entre aqueles que *fazem política*, no caso os políticos profissionais, de quem não *faz política*, como ela que se autodenomina como sendo do *movimento*.

Rosa narra que já foi “tentada” por conta das suas relações com políticos em conseguir, por exemplo, algum cargo comissionado (CC) em alguma pasta, seja municipal ou estadual, mas ela não aceita.

Tem gente que diz que eu sou burra de ser pobre ainda, que eu podia trabalhar em outro lugar, como um posto de saúde. Mas eu falo que não quero, porque as pessoas acabam se *corrompendo* e eu não quero isso, além do mais, não iam me deixar participar do *movimento*, porque eles não gostam de quem trabalha com *política*. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Este receio em aceitar um cargo político por conta da sua rede de relações que poderia “facilitar” a sua vida financeira, se dá pela carga negativa que Rosa atribui a tudo o que envolve a política partidária, visto que, se faz presente uma “[...] concepção da política como algo poluído e poluente capaz de afetar e transformar mesmos as melhores pessoas.” (GOLDMAN, 2006, p. 292).

Mesmo que haja entre as integrantes da Associação debates sobre os limites da intervenção da política e dos partidos na localidade, Rosa coloca-se na posição de quem *faz movimento* e por conta disso, aqueles que *fazem política*, ou seja, os políticos *usam* pessoas como ela como forma de conseguir votos.

Eu me considero uma liderança de respeito em Porto Alegre. O [Pepe] Mujica veio em Porto Alegre, eu fui quando ele veio aqui [em 2014]. O Tarso [então governador do RS] me puxou para tirar foto junto, foi até capa de jornal, fui capa junto, eu, Mujica e Tarso. A minha irmã disse para eu não deixar, *eles estavam me usando* porque era ano de eleição. (Rosa, integrante da Associação, DC, 18/07/2017).

Ao questionar Rosa como ocorrem estas aproximações dos políticos com a Associação, ela me contou que é nos anos eleitorais que os candidatos procuram a Associação para apresentarem suas propostas para o Morro em troca de apoio.

**Rosa:** Eles vêm sempre aqui, usam a gente, usam a Associação, querem *fotinho*. Eles prometem tudo que *tu* pode imaginar. Esse nosso beco aqui, há 20 anos esperamos eles arrumarem e nada. Ia e vinha eleição, mudou prefeito, vereador e nada deles arrumarem.

**Ângela:** Aqui no Morro a Associação é muito cobiçada pela política na época de eleição. (Rosa e Ângela, integrantes da Associação, DC, 08/07/2017).

As relações da Associação com os políticos são intensificadas em épocas específicas quando ocorrem eleições. Palmeira e Heredia (2010) denominam os anos eleitorais como o “tempo da política”: período que não se restringe apenas aos candidatos e aos eleitores, mas amplia-se para toda a população que tem sua rotina alterada.



Este fato pôde ser visível durante minha permanência em campo, que ocorreu em um ano não eleitoral, no qual não houve a “visita” de pessoas ligadas a partidos políticos como candidatos ou assessores à Associação.

Após a denominada “crise política” começar a dar sinais nos principais canais midiáticos no país, ainda em 2015, Rosa apagou grande parte das fotografias nas suas redes sociais em eventos, campanhas políticas e demais espaços ligados ao universo político para não se comprometer ou comprometer a Associação.

Diante destas concepções entre *política* e *movimento*, fiquei intrigada em conhecer como ocorrem as relações entre a Associação e demais organizações do Morro da Polícia. Esta disputa entre *política* e *movimento* também paira sobre este tipo de relação? Como são as disputas por espaço e recursos dentro do Morro? Quais as estratégias utilizadas pela Associação frente a isso? Foi em cima destas dúvidas que busquei me aproximar de possíveis respostas.

#### **4.2 Os jogos de honra: as relações com as organizações do Morro da Polícia**

As práticas de Rosa e, conseqüentemente, da Associação, são demarcadas pelos projetos de participação popular implementadas pela administração municipal de Porto Alegre, no final da década de 1980, no governo de Olívio Dutra, do PT (BONETTI, 2000). Iniciativas como o Orçamento Participativo (OP) e os Conselhos Tutelares (CT), fazem parte do ativismo do Morro da Polícia.

Rosa participava de organizações locais antes da fundação da Associação, seja como parte da diretoria ou apenas como apoio, realizando campanhas para estas entidades garantirem repasses de verbas.

Eu era da diretoria da [Associação] Clara Nunes<sup>9</sup>, também ajudava a [Associação] do Campo da Tuca, eu ajudei eles a conseguirem a creche e a praça com o dinheiro do OP. A gente ajudou, fez campanha e tudo. Aí eu precisei de um comprovante de que eu já havia trabalhado com crianças, porque eu ajudei na creche, aí eles [do Campo da Tuca] não quiseram me dar e eu não consegui ir para o Conselho Tutelar. (Rosa, integrante da Associação, 18/07/2017).

Estes *apoios* dados por Rosa expõem uma dinâmica das práticas políticas internas no Morro da Polícia. Ao *fazer campanha* no OP para as entidades próximas, Rosa esperava que quando precisasse de algo, como o comprovante de que havia

<sup>9</sup> Rosa saiu da diretoria da Associação Clara Nunes por conta de divergências internas, logo em seguida, ela e as demais integrantes fundaram a AMUE.



realizado trabalho junto às crianças para conseguir concorrer ao cargo de conselheira tutelar, ela receberia em troca o *apoio* dessas associações.

O que em um primeiro momento pode ser visto como uma espécie de *clientelismo* por conta dessas “trocas de favores”, demonstra as dimensões subjetivas como obrigações morais e reciprocidade presentes nas *práticas políticas* de grupos populares urbanos (BOBADILLA, 2016).

Ao falar sobre a Associação e as relações com as demais organizações, seja dentro ou fora do Morro, Rosa classificava seu trabalho como *transparente*. Por conta disso, quem se aproximava da Associação também deve ter um trabalho do mesmo nível.

Eu *trabalho com transparência* e a AMUE é um trabalho com *transparência*, então quem está com a gente faz um trabalho ótimo, pois nós fazemos um trabalho sério. (Rosa, integrante da Associação, DC, 15/07/2017).

Ao classificar o trabalho desenvolvido pela Associação como transparente, Rosa coloca a si mesma e a Associação em uma posição diferenciada das demais organizações locais. Estas medições de posicionamento entre entidades e lideranças fazem parte, de acordo com Fonseca (2000), de um “jogo de honra”.

Neste jogo, “[...] o indivíduo mede constantemente sua posição em relação a outros, pois, como nos lembra Pitt-Rivers (1973) a honra representa um sistema ‘absoluto’: é quase impossível duas pessoas estarem no mesmo nível. (FONSECA, 2000, p. 27). Dessa forma, para manter este “padrão”, Rosa e as demais integrantes passaram a “selecionar” as organizações parceiras e os espaços de participação.

Agora a gente está selecionando aonde vai e não vai, quem está e quem não está junto para não criar uma imagem negativa a respeito do nosso trabalho. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Esta seleção faz parte de uma “nova fase” da Associação. Com o lançamento da *vaquinha online* e da nova página em uma rede social, Rosa e as demais integrantes buscam *filtrar* as parcerias para que não se repita situações nas quais a mesma se coloca na posição de ter sido *usada* por outras lideranças locais.

Eu fiz campanha para a atual presidenta de uma associação aqui perto, a gente foi, no sol, dizendo para votar nela. Ela ajudava a gente, emprestava o espaço, a gente usava o espaço para fazer oficinas de costura. Aí depois que ganhou, acho que *subiu para a cabeça*, ela fechou as portas para nós. Outro lugar era a igreja aqui perto, eles emprestavam o espaço, agora

não querem mais, a gente ajudou lá também. Eu me senti usada com tudo isso. (Rosa, integrante da Associação, DC, 08/07/2017).

O argumento utilizado por Rosa de “subir a cabeça” para uma possível explicação da mudança de comportamento da atual presidenta desta associação que era parceira é recorrente em contextos de disputas de espaço, como sugere Goldman (2006), em sua pesquisa em Ilhéus, a expressão era comumente utilizada como uma forma de manifestar que alguém havia esquecido seus preceitos leais e estaria apenas pensando e agindo em benefício próprio. Ou seja, ao fechar o espaço para a Associação, a mesma deixara de lado a parceria em prol de um coletivo.

Estes tensionamentos entre as organizações locais relacionam-se com a demarcação de disputas e interações no qual o Morro da Polícia torna-se um território gerido por diversos grupos que em determinados momentos entram em conflito por domínio, pertencimento e fixação no mesmo (BODADILLA, 2016).

Nestas disputas, novamente aparecem os “jogos de honra” que fazem parte das dinâmicas políticas no Morro, como quando algumas organizações locais “acusam” a Associação de mulheres de ser “assistencialista”. Este foi um dos motivos apontados por Dona Lélia, uma das integrantes da Associação, durante uma “roda de conversa” promovida pela AMUE junto à comunidade.

Enquanto estava sentada na roda, Dona Lélia conversava comigo.

**Dona Lélia:** Eu não sei qual o motivo da associação ter fechado as portas para nós, a gente usava, limpava e entregava direitinho. Disseram que iam fazer uma reforma e mandaram a gente tirar as máquinas de costura. Depois disse que não queriam se envolver com a gente porque lá é política e nós assistencialismo, e as crianças podiam estragar o salão. Para a população daqui não pode, mas para fazer chá para os políticos dá.

**Rosa:** Mas se entrar no site deles a gente ainda aparece como parceira. (Dona Lélia e Rosa, integrantes da Associação, DC, 15/07/2017).

Esta relação entre o político e o assistencialismo é visto de diferentes formas pelas integrantes da Associação. Para Rosa, o assistencialismo não é algo negativo.

O assistencialismo é a única *arma* que nós temos para dar educação para esse *povo*, porque tu resgata a autoestima dessa pessoa através da ajuda ‘ah, eu não tenho como tomar um banho’, eu digo ‘vem aqui, toma um banho’, ‘ah, eu não tenho café’, eu digo ‘toma aqui um café’, ‘ah, eu tenho que ir lá no cartório e não tenho uma caneta para preencher o documento’, eu digo ‘pega essa caneta e preenche’, tu entendeu? O assistencialismo ajuda, porque é dar assistência ao outro, é a união né? O pessoal tem que ser mais solidário. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Já Dona Lélia, tem outra perspectiva quanto o assistencialismo.

Eu fico indignada com isso, esse assistencialismo que eles [população do Morro] esperam é uma *moeda de troca* do poder público, do *político* para ganhar voto, vai lá e dá depois não tem mais, quanto tempo dura um *rancho*? Isso é uma cultura muito ruim. (D. Lélia, integrante da Associação, DC, 18/07/2017).

Enquanto Rosa vê a assistência como uma “ajuda”, D. Lélia vê a mesma como uma *prática* realizada pelos políticos, um *clientelismo*, já que, segundo ela, a Associação não espera nada em troca ao realizar as doações de roupas e alimentos, mas sim, busca melhorias de condições de vida dessa população.

Estas visões divergentes, segundo Auyero (2011), envolvem duas dimensões sobre esta prática. A primeira, mais difundida, é a da sua utilidade como estratégia eleitoral e dominação por parte do poder político sobre as populações das camadas populares, já a segunda, é a ideia de pensar esta prática como uma estratégia de grupos populares para solucionar seus problemas para além das “trocas de favores”.

Um exemplo dessa estratégia de solução de problemas pode ser visto na relação da Associação com as eleições dos conselheiros tutelares da região.

O Conselho Tutelar [da região] do Partenon foi eleito pelo Morro, porque quem quer ser conselheiro vem aqui, quem pede o nosso apoio ganha, mas eles têm que ajudar a gente, a Associação, dar um retorno para a comunidade e, realmente, eles estão dando um retorno, as nossas crianças não vão mais para abrigo nem nada, entendeu? Eles estão encaminhando para cursos e escolas. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

O apoio ao candidato a conselheiro tutelar é dado para aquele que se comprometer em “ajudar” a Associação. Mas, essa ajuda não é direcionada a mesma e sim voltada para a resolução de um problema encontrado em bairros populares de Porto Alegre.

Este contato com o Conselho Tutelar faz com que Rosa, desde a Associação, seja uma mediadora entre o Estado e o Morro da Polícia. Pois é Rosa a pessoa que as mães procuram como forma reverter situações como as descritas por Fonseca (2000): a “perda” da guarda materna das crianças para os abrigos do Estado.

Eu sou testemunha das mães. Teve um caso de uma mãe aqui, o marido está preso e o pessoal veio aqui e levou os filhos dela para o abrigo. Eu fui testemunha dela e agora as crianças estão aqui de novo. Eu acho assim, se a mãe teve que sair e deixou o filho sozinho ou porque não levou na escola ou não deu vacina, chama a mãe e *dá uma atenção* nela, mas não leva para o abrigo. Agora, se for caso de abuso sim, aí eles têm que intervir, mas

mesmo assim, tem que ver se tem outra pessoa da família para ficar com a criança. (Rosa, integrante da Associação, DC, 08/07/2017).

Ao acompanhar as concepções de Rosa em torno da política, percebi que, embora a mesma faça uma distinção entre quem faz política e quem faz movimento, estas disputas se diluem no cotidiano da Associação, borrando as fronteiras entre um e outro na medida em que elas se relacionam com demais agentes nesta experiência de ativismo comunitário.

Além disso, a figura de Rosa também se mescla com a Associação, mesmo incluindo nas suas falas as demais integrantes da AMUE, é visível uma personalização da mesma desde Rosa que é quem traz, a partir da sua história de vida e de suas relações pessoais, as pautas e os engajamentos que a Associação irá incluir nas suas práticas.

Diante deste repertório de *luta*, existem semelhanças com outros contextos já pesquisados de grupos populares. Assim como Bonetti (2000) encontrou no universo das PLPs inseridas no cenário político porto-alegrense uma construção de projetos de vida, há também na Associação um projeto de *mudanças de vida* marcado principalmente pelo acesso ao Ensino Superior por parte de muitas integrantes. Também há os jogos de quem *faz* e *não faz política* no Morro, assim como encontrado por Bobadilla (2016) na Favela de Vila Prudente. Da mesma maneira, são perceptíveis as diferentes concepções sobre a política e suas relações com políticos, promessas e campanhas, tal como Goldman (2006) descreve em Ilhéus.

Neste conjunto de semelhanças, quais seriam as distinções deste *fazer e acontecer* de Rosa e suas parceiras de *luta* no Morro da Polícia? Quais são os outros elementos que se articulam neste *movimento de mulheres do Morro da Polícia*? Visto que o feminismo negro pertence a um movimento decolonial, seria possível considerar este movimento como pertencente a um projeto decolonial? Como forma de visualizar tais elementos, no próximo capítulo passo a discutir em torno das relações no interior da Associação e da mesma com as moradoras e os moradores do Morro da Polícia.

## 5 PELO DIREITO DE TER VOZ: AS INTERSECCIONALIDADES NAS PRÁTICAS DA ASSOCIAÇÃO

A ONG faz parte da *minha família*, porque aqui é a realidade do dia-a-dia. Onde a gente leva *chicotada*, a gente é desprezada, chamada de ‘as *negrinhas*’. Eu não sei se é pela questão econômica ou pelo racismo. Nós sofremos muito racismo aqui no início dessa *luta*. Porque as mulheres negras não tinham o direito de defender a sociedade e nós fomos discriminadas por sermos mulheres negras, pobres e do Morro, muitas vezes nos negavam a própria fala. Em vários encontros que nós tivemos, nos negaram o *direito de ter voz*. (Dona Lélia, integrante da Associação, DC, 08/07/2017).

Lélia também é uma figura importante da Associação, ela também é integrante desde a fundação sendo considerada o “braço direito” de Rosa. Com 61 anos, sendo chamada por todos pelo pronome de “dona”, Lélia é uma mulher negra, magra, de baixa estatura. Dona Lélia fala de uma forma cativante e nas horas vagas escreve poemas. É mãe de quatro filhos adultos (duas mulheres e dois homens) e avó de seis netos (três meninos e três meninas) uma de suas filhas, a Patrícia, também integra a Associação.

A fala acima corresponde a uma das minhas conversas com Dona Lélia. Nela, ela me conta o que a Associação representa para ela e quais as principais dificuldades enfrentadas neste percurso de *luta* que é demarcado pelas interseccionalidades entre gênero, raça e classe.

Desde as minhas conversas com Rosa e das minhas observações e percepções construídas no campo, busquei compreender como certas interseccionalidades eram visíveis no engajamento das ativistas.

Neste capítulo descrevo, a partir dos dados etnográficos, a articulação de certos elementos presentes no ativismo das *mulheres do Morro*, tal como modelos familiares, relações intergeracionais e raciais que fazem parte do cotidiano dessas mulheres e nas suas formas de mobilização.

Logo em seguida, apresento os bastidores do evento realizado em homenagem ao Dia da Mulher Afro-latina e Caribenha, também conhecido como Dia da Mulher Negra, que foi realizado pela Associação no final de julho de 2017 e que tive oportunidade de realizar uma gravação audiovisual.

### 5.1 Por dentro da Associação: as interseccionalidades entre gênero, raça e geração

Em todas as atividades em que as integrantes participam representando a Associação, elas levam consigo a bandeira da AMUE. Quando encontrei Rosa pela primeira vez nas escadarias da Borges, ela desembulhou a mesma e pediu que eu tirasse uma foto dela e Maria, integrante da organização na qual estávamos, segurando a bandeira como uma forma simbólica de dizer que haviam retomado a parceria e que as duas organizações *estavam juntas*.

A bandeira foi confeccionada por um vizinho de Rosa que faz grafite e deu-a de presente para a Associação. Nela aparecem três mulheres negras, vestindo túnicas brancas, cada mulher representa uma geração: uma idosa, uma jovem adulta e uma jovem. A idosa, com *dreadlocks* nos cabelos, segura nas mãos um vaso com espadas de São Jorge, enquanto a jovem adulta que está grávida, segura o ventre, os cabelos, em estilo *black power*, estão enfeitados com uma rosa vermelha e, a mais jovem, que despeja um jarro de água de onde as três parecem surgir, usa um turbante que esconde seus cabelos que parecem estar trançados.

As três mulheres negras da bandeira demonstram serenidade em suas faces, enquanto a idosa e a jovem estão viradas uma de frente para a outra, a mulher grávida, no centro, está de frente, mirando quem visualiza a bandeira.

Ao fundo das mulheres, aparece um céu durante o pôr do sol, as nuvens douradas acima e a água aos pés dessas mulheres representam as cores e os elementos da natureza conectados com uma religiosidade afro. Bem abaixo no centro, a sigla da Associação, escrita em vermelho “AMUÊ”.





Imagem 8: A bandeira da AMUE.  
Fonte: Autora, 2017.

Neste símbolo da Associação os elementos religiosos dividem espaço com os corpos dessas mulheres que são marcados por raça, gênero e geração. No interior da Associação estes mesmos elementos são visíveis.

Todas as integrantes da Associação consideram-se mulheres negras e sendo que as idades das mesmas variam: as mais novas estão na faixa dos 20 anos, como sua nora, Audre, enquanto as mais velhas já passaram dos 60, como Dona Lélia.

As crianças também fazem parte da Associação por conta das netas e netos das integrantes ou das crianças que circulam pela vizinhança. Como Rosa mesmo diz: “o que mais tem no Morro é criança e cachorro”. (DC, 15/07/2017).

Em decorrência desta presença de crianças, algumas atividades desenvolvidas pela Associação são voltadas para a população infantil do Morro. Além das festas comemorativas – Páscoa, São João, Dia das Crianças e Natal – que possuem grande número de crianças como participantes – Rosa, com o auxílio de ONGs, realiza passeios para teatro e cinema, desfile de carnaval infantil e entrega de material escolar, todas estas atividades possuem o objetivo de apresentar um *mundo além do Morro*. (DC, 08/07/2017).

Rosa e as demais integrantes preocupam-se com o *futuro do Morro*. Há uma grande incidência de evasão escolar na região, cerca de 30%<sup>1</sup> das crianças estão fora da escola. Esse problema é agravado pela falta de atividades de lazer dentro do

<sup>1</sup> Este dado me foi repassado por Rosa, em registro no Diário de Campo no dia 01/07/2017.

Morro, como parques, ginásios ou demais espaços que possam receber crianças e adolescentes no período do contraturno escolar.

As duas escolas que ficam no Morro, uma municipal e outra estadual, enfrentam dificuldades por conta da precarização do ensino público, uma inclusive está cotada para ser fechada por falta de funcionários e remanejamento de alunos.

Sendo assim, constatei que há uma falta de iniciativas do poder público com enfoque para o lazer de crianças e adolescentes do Morro e esta situação reflete principalmente nos jovens da região. Rosa conta que muitos dos meninos jovens, os quais ela viu crescer, passaram para o *caminho do mal*, ou seja, acabaram se envolvendo com o tráfico de drogas da região. Já no caso das meninas, o problema que mais as atinge é a *gravidez na adolescência*.

Estes problemas são discutidos pelas integrantes da Associação em reuniões de organização de atividades, como forma de inserir estratégias nas oficinas e rodas de conversa que visam mudar esta situação.

**Rosa:** Aqui tem as *guriazinhas* de 13 e 14 anos com filho. Elas são iludidas pelo *cara* que diz que ama e que vai cuidar do filho, depois que ela engravida ele *dá no pé* e aí quem cuida são as avós.

**Audre:** As avós nada, quem cuida é o *beco*.

**Rosa:** Por isso a gente tem que fazer atividades sobre planejamento familiar para *empoderar* os adolescentes.

**Dona Lélia:** Sim, falar que não é só a mulher, o homem também deve ser responsável. Isso é um machismo tão grande achar que só a mulher é responsável. A gente tem que falar disso e como isso *tá* envolvido com a classe, com a cultura e a educação. (Rosa, Audre e Dona Lélia, integrantes da Associação, DC, 18/07/2017).

Como já mencionado na descrição do Morro da Polícia, a maioria dos domicílios do Morro são chefiados por mulheres, principalmente nas casas situadas na zona da mata. Durante a minha presença no campo pude confirmar este dado e conhecer alguma destas mulheres, como Dona Sara, mulher negra já idosa. Enquanto eu estava na casa de Rosa, presenciei as várias visitas que Dona Sara fazia à Associação para buscar doações de alimentos e roupas para sua família.

Dona Sara é quem gerencia a sua família composta por filhos, netos e bisnetos. A sua casa, por estar em uma área de ocupação irregular, não possui energia elétrica e o abastecimento de água só passou a ser realizado em março de 2017, depois de muita *luta* de Rosa e Dona Lélia.



A Dona Sara começou a fazer festinhas para as crianças *lá de cima* e eu fui levar uns pãezinhos e molho de cachorro quente, porque lá eles não têm nada mesmo. Chegando lá, eles estavam numa *faceirice*, tinha uma mulher da prefeitura dando uma palestra para as crianças e todo mundo estava contente. Tinha um bolo que foi doado também, mas sabe qual era o motivo que eles estavam felizes? Porque iam finalmente ligar a água. A água gurial! Isso foi o presente de natal deles e olha que demorou porque era ano de eleição e só em março desse ano que ligaram mesmo a água. Foi a gente que fez o ofício e se mobilizou, conseguimos depois de muita *luta*. Agora é uma nova *luta* para ligar a luz. (Dona Lélia, integrante da Associação, DC, 15/07/2017).

Por conta das festas que faz na sua vizinhança, localizada na parte mais alta do Morro, Dona Sara conta com a ajuda da Associação para realizá-las, proporcionando assim a distribuição de alimentos como bolos e cachorros quentes. Atualmente ela é considerada uma integrante “extraoficial” da Associação.

Dona Lélia também tem um papel central na sua casa. Junto dela, que é viúva, moram dois de seus quatro filhos – Patrícia e Lucas, o mais novo e que é deficiente – e dois de seus netos filhos de Patrícia. Seus outros dois filhos residem no Morro, próximos à residência materna.

Rosa, embora seja casada, também demonstra ser o centro da sua família. Isto similarmente reflete no fato da casa servir como sede da Associação, tornando-se um local central tanto para sua família como para os agregados e vizinhos, na qual a ampla presença de seus filhos, que moram perto e de seus netos, é também um local onde os moradores de diversas localidades do Morro circulam, consistindo assim em uma característica que demarca também as práticas desenvolvidas por estas mulheres conectadas com a matriarcalidade.

Segundo Hita (2014), em uma família matriarcal, as mulheres assumem o centro do seio familiar, no qual muitas vezes, mesmo com a presença de um parceiro, como Rosa, são responsáveis por toda a manutenção da família, seja na “administração do lar” (chefes da casa), como também na questão financeira quando há a ausência masculina (chefes de família).

Para a autora, este tipo de organização doméstica é resultado de duas variáveis. A primeira consiste no déficit de políticas habitacionais, o que levou um contingente populacional a ocupar de maneira irregular áreas urbanas, e, a segunda corresponde a uma herança cultural negra oriunda da população negra que fora escravizada até o final do século XIX, que também criou uma interdependência entre o racismo e a pobreza.

Dessa forma, se desconstrói a ideia de “família desestruturada” atribuída às famílias negras de classes populares ao conceber tal sistema como não exclusivo destas famílias na qual sua presença nestes locais deve-se a vários tipos de arranjos domésticos.

Nas famílias marcadas pela matriarcalidade, há uma intensa circulação de pessoas, principalmente crianças. Existe a inter-relação com mais de uma casa, não apenas de familiares consanguíneos, como também de vizinhos, esta relação extensa formam as rede sociais.

É normal filhos casados continuarem morando com os pais ou se mudarem para uma casa nas redondezas, facilitando, assim, o contato contínuo e as trocas de favores. Das redes de parentesco, os pobres podem obter apoio material em momentos de crise, apoio moral, troca de serviços e cuidado com crianças. Nessa importante estrutura de solidariedade e reciprocidade, as mulheres são as peças centrais. São quem principalmente cultivam e mantêm vivas as relações com parentes e vizinhos mediante visitas e troca de pequenos favores. Estas redes de relações funcionam como estratégias sociais, como importantes *redes sociais* que permitem enfrentar estressores da pobreza de forma mais efetiva. (HITA, 2014, p.55, grifos da autora).

No mês de novembro, em decorrência da Semana da Consciência Negra, Rosa ministra oficinas de turbantes e de bonecas abayomi em escolas públicas da região do Partenon e Restinga. As oficinas são uma forma de mostrar a história do povo negro do mesmo modo que estimula a autoestima das crianças para que se reconheçam como negras, como presenciei em um curto diálogo entre Rosa e uma de suas netas, Aurora.

**Rosa:** As crianças adoram principalmente os turbantes, eu levo uns bonitos, bem coloridos, né Aurora?

Aurora, uma de suas netas de 5 anos, assistia um programa de televisão no qual a pauta era representatividade dos brinquedos, enquanto auxiliava a sua mãe, Audre, em organizar os kits com pasta de dente e fio dental para serem distribuídos pela vizinhança.

**Rosa:** Qual é a tua cor, Aurora?

**Aurora:** Eu sou *café com leite* [risos].

**Rosa:** Não, não existe essa cor de *café com leite*. Tu é negra, negra que nem a vó.

**Aurora:** Sim, sou negra, vó. (Rosa, integrante da Associação e Aurora, sua neta, DC, 18/07/2017).

Sua neta, mesmo pequena, participa das atividades da Associação e “ajuda” em alguns casos, seja separando os *kits*, seja montando o “cantinho” para as crianças nos dias de atividades da Associação para que as mães possam participar das oficinas de sabão ou das rodas de conversa.

O pertencimento racial das integrantes e, principalmente de Rosa, transparece na forma como elas constroem seus engajamentos, seja pela questão das mulheres, seja em atividades feitas para “*espantar a crise*” (DC 15/07/2017). O apoio que Rosa dá ao movimento Mocambo é um deles.

Durante o mês de setembro, no qual se comemora a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul, Rosa participa das atividades do piquete do Mocambo. O piquete busca resgatar a história dos negros que lutaram nesta guerra, os denominados Lanceiros Negros<sup>2</sup>.

Quem gerencia o piquete é Dona Ivete, a única mulher negra “patroa” no acampamento. Rosa me conta que várias vezes houve a tentativa de tomarem o piquete, com a desculpa que o mesmo era “deslocado” dos demais e por isso não atraía tanto público quanto os outros. Como forma de reverter isso, Rosa passou a fazer oficinas de tranças e turbantes para atrair público.

A gente vai lá no piquete e faz um sucesso. Porque a gente leva uma coisa nova para lá. Tem gente que pensa que a Semana Farroupilha é só gaúcho, só homem branco e não é. Eu levei a história do povo negro, fiz tranças, fiz oficina de turbante que tem toda uma história sobre os Lanceiros Negros, foi *show*. O piquete enchia de gente porque era uma coisa diferente do meio de tudo aquilo. (Rosa, integrante da Associação, DC, 05/07/2017).

Em 2017, Rosa participou novamente das comemorações farroupilhas junto de Dona Ivete e, dessa vez ela solicitou minha ajuda para pesquisar sobre os Lanceiros Negros e, se possível, encontrar os nomes daqueles que lutaram e morreram no Massacre dos Porongos.

A gente tem que ajudar a Dona Ivete, ela é uma mulher idosa, tem mais de 70 anos, negra, única mulher que tem piquete ali. Eles lá quase tiraram o piquete dela no ano passado, mas a gente foi e deu uma força e ela até ganhou um prêmio. Agora esse ano ela precisa de patrocínio, mas para isso tem que ter um tema. Ela pediu para pesquisar sobre os Lanceiros, mas eu não sei mexer direito na internet, aí se *tu* puder dar uma força. A gente vai fazer carreteiro, tranças e turbantes. A gente tem que ajudar porque ela é uma mulher negra que *tá lá, resistindo*, a única mulher negra com piquete. (Rosa, integrante da Associação, DC, 19/08/2017).

---

<sup>2</sup> Os Lanceiros Negros era um agrupamento militar formado por escravos que lutaram durante a Guerra dos Farrapos (1935-1945) em troca de liberdade. Em 14 de novembro de 1944 houve um massacre do grupo, que ficou conhecido como Massacre dos Porongos, este episódio é alvo de questionamento até os dias atuais por conta de evidências históricas que apontam a traição do general farrapo David Canabarro que realizou um acordo com as tropas imperiais ao desarmar os Lanceiros na noite anterior. (JUSTINO, 2008).





deixar elas aí na porta que *elas me dão força*. O pessoal de *religião* vem aqui tocar nelas. (Rosa, integrante da Associação, DC, 05/07/2017).

Confesso que não havia notado a presença de tais pedras até ficar sabendo da sua história, porém, depois disso, todas as vezes que chegava até a casa/sede da Associação, conferia as mesmas, que permaneciam em seus devidos lugares, “guardando” a porta de entrada de Rosa.



Imagem 10: As pedras na porta de Rosa.

Fonte: Autora, 2017.

A conexão de Rosa com as pedras se dá muito além de uma história contada por sua mãe que por sua vez fora contada por sua avó “no tempo dos escravos”. As pedras são elementos da natureza e também possuem grande significado nas religiões de matriz africana. Segundo Sansi (2013), as pedras, conhecidas como *otã* no candomblé fazem parte dos *fundamentos* – objeto que personifica o santo – mais comuns da religião. Cada orixá possui o seu *otã* de acordo com aquilo que representam as pedras de Rosa, que caíram do céu, são consideradas pedras de Xangô, o orixá deus do trovão e da justiça.

Sendo assim, estas pedras que “guardam” a porta de sua casa, fazem parte da sua **forma de vida**, pois constitui em um elemento que se agrega ao seu jeito de ser e de agir como uma liderança comunitária.

Por conta da sua rede de contatos Rosa realiza capacitações, além de ser Promotora Legal Popular e Promotora de Saúde da População Negra, ela participou recentemente de um curso de empreendedorismo negro. Após a realização do curso o próximo passo é repassar estes conhecimentos para as mulheres da comunidade como forma de *empoderar* as mesmas do ponto de vista econômico.

Eu tô tentando passar o que eu aprendi no curso para elas, porque elas são umas artistas, fazem um artesanato lindo, mas não sabem colocar preço. Elas vendem panos de prato todo bordado muito barato, elas fazem 3 por 10 reais, mas só a linha custa 11! Elas não sabem tirar o lucro. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Mas, de acordo com Rosa, esta questão relaciona-se com o contexto do Morro. Pelo fato de muitas mulheres chefes de família terem a venda de artesanato como principal fonte de renda, quanto mais baratos os produtos, mais rápido elas vendem garantindo assim a compra de produtos para suprir suas necessidades básicas como alimentos, já que a *fome não é brincadeira*. (DC, 01/07/2017).

Por conta disso, Rosa guarda na estante dos livros da biblioteca da Associação vários materiais de costura como botões, linhas e fitas, para doar para as mulheres que fazem artesanato, como tapetes e cobertores com sobras de tecido.

As moradoras do Morro veem na Associação e, principalmente na figura de Rosa, uma forma de solucionar os problemas do cotidiano, que vão desde empréstimos de objetos e as doações até a fiscalização dos serviços públicos prestados aos moradores da região.

Uma das nossas principais atividades é a fiscalização do posto de saúde porque eles não estão capacitados para lidar com a nossa comunidade, que é uma comunidade negra. A gente conscientiza o pessoal do posto de que eles têm que tratar todo mundo igual, não é porque mora no Morro ou pela cor da pele que eles vão ser tratados diferentes. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Na sala de Rosa, permanecem duas placas confeccionadas para uma reunião junto à Secretaria de Saúde do município que planejava transferir o posto de saúde da região para outro local, esta medida foi aprovada, segundo Rosa, sem o consentimento dos moradores e usuários do posto.

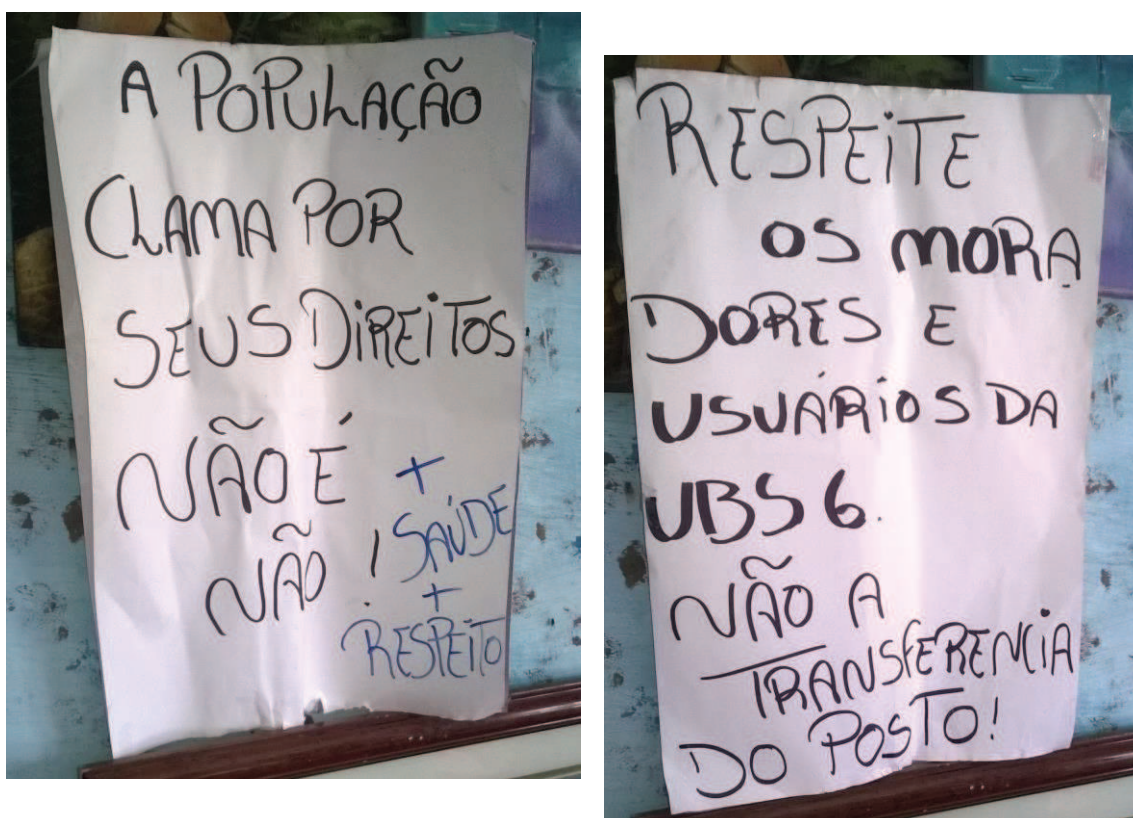


Imagem 11: Cartazes do protesto dos moradores do Morro.  
Fonte: Autora, 2017.

Bonetti (2000), ao pesquisar as PLPs, que inclusive eram da região do Partenon como Rosa, não encontrou dentro desse grupo de mulheres que se autodeclararam como negras a questão racial como central, mesmo algumas delas

sendo pertencentes do movimento negro porto-alegrense. Ao invés disso, as questões que envolviam gênero e classe eram mais perceptíveis nas suas práticas.

Este cenário provavelmente era decorrente da conjuntura da época na qual a pesquisa foi realizada. No final dos anos de 1990, a redemocratização era recente e a Constituição Federal havia completado sua primeira década de promulgação. O sentido do direito como universal era hegemônico e a agenda pública voltava-se, principalmente em Porto Alegre, para políticas públicas de redistribuição, como o exemplo do Orçamento Participativo.

Já as circunstâncias que eu encontrei no Morro da Polícia foram diferentes: as questões que envolvem o pertencimento racial são muito presentes. Este fato também pode ser por conta das institucionalizações das agendas sobre igualdade racial e gênero na esfera pública que motivaram a criação de espaços e iniciativas sobre estas questões (RIOS, 2016).

No começo dos anos 2000, com o surgimento da Secretaria da Igualdade Racial e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, ao se contestar o ideal universalista, novos sentidos sobre os direitos surgiram, principalmente ao se demandar o reconhecimento das diferenças.<sup>3</sup> Este novo contexto se reflete em toda Associação, não apenas em suas práticas, mas, por toda a casa/sede há elementos que remetem a este pertencimento, como fotos, quadros e livros

---

<sup>3</sup> Como alguns exemplos destas demandas, podem-se citar a promulgação da Lei 10.639/2003 que inclui a História e a Cultura Afro-brasileira em sala de aula; a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, em 2006; a Lei de Cotas para o Ensino Superior, que mesmo já adotada em algumas Universidades, tornou-se uma Lei no ano de 2012, entre outras intervenções dos movimentos negros na agenda pública.



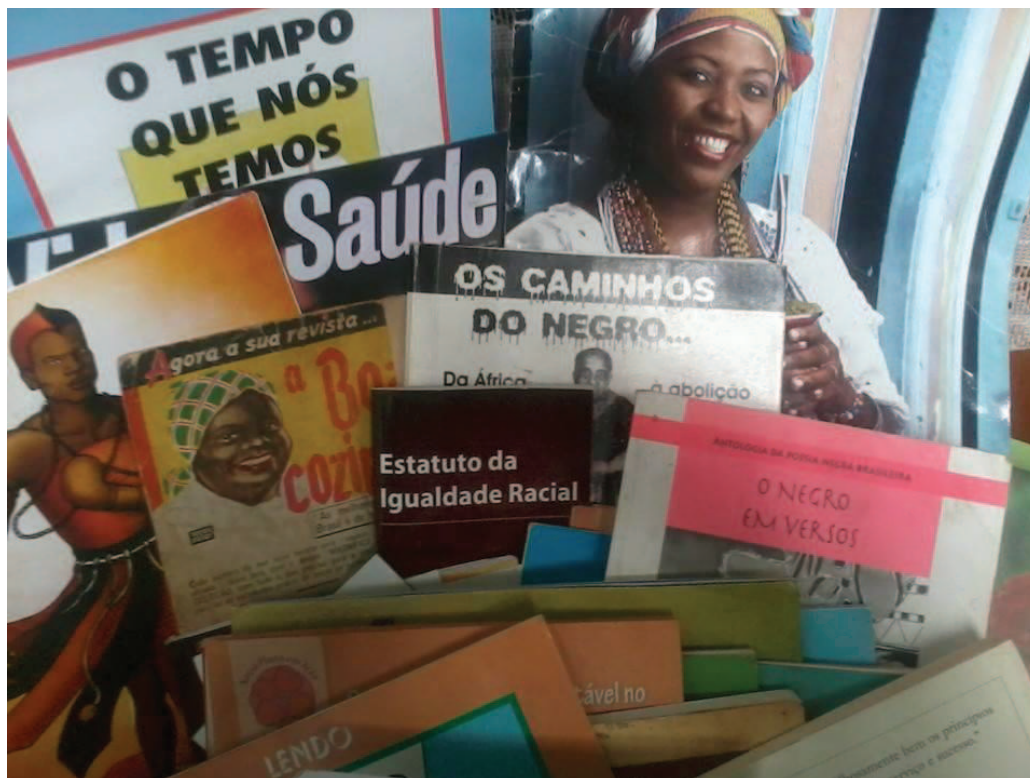


Imagem 12: Livros da biblioteca da Associação.  
 Fonte: Facebook da Associação, 2015.

Embora exista esta maior evidência das questões raciais, as questões de gênero e classe também fazem parte do cotidiano da Associação e não são separadas, pois as mesmas estão articuladas neste *fazer prático*, tanto que a Associação também funciona como um local de acolhimento que muitas mulheres procuram para resolver conflitos de gênero.

Enquanto Rosa foi até a cozinha esquentar água para o chá, Ângela conversava comigo.

**Ângela:** A Rosa *empoderou* essas mulheres, elas têm que te dar o relato, cozinham com fogão de tijolos, na rua, hoje estão tudo *empoderadas*. Nisso, Rosa volta e continua.

**Rosa:** A gente *conscientizou* elas sobre os direitos, agora elas sabem que podem tudo. Ontem mesmo, eu ouvi a vizinha brigando com o namorado, dizendo “sai daqui, deu, chega, vai embora”, e ele quietinho, nem um pio, mas eu fiquei com o telefone na mão, qualquer *pio* dele e eu ia ligar para a polícia.

**Ângela:** Que horror.

**Rosa:** Eu acho que ele quis bater nela e ela, *tá empoderada*, não deixou, mas ela *tá* com medo dele, ele pode voltar. . Falei com ela, disse que qualquer coisa minha casa *tá* 24 horas aberta. Ela teve outro namorado que *intitava* comigo porque eu defendo os direitos humanos e as mulheres. (Rosa e Ângela, integrantes da Associação, DC, 08/07/2017).

Rosa orgulha-se de dizer que, de acordo com os dados divulgados do primeiro semestre do ano de 2017<sup>4</sup>, nenhuma mulher do Morro da Polícia havia sido vítima de violência. Isso se deve ao fato da *conscientização sobre os direitos* que vem sendo feita pela Associação, independente das condições financeiras.

Mesmo sendo uma *classe menos favorecida*, essas mulheres têm o conhecimento dos direitos porque a gente serve como uma multiplicadora. Vou te dar um exemplo: tem o caso de uma senhora que vivia sendo agredida pelo marido, aí ela foi até a minha casa e pediu ajuda, eu disse para ela que a única forma que eu podia ajudar era com um livro, dei para ela ler e pedi que tivesse bastante atenção no que *tava* escrito ali. Ela leu e depois de uma semana o marido quis bater nela de novo e ela disse assim para ele: “não, a partir de hoje *tu* não toca mais em mim, *tu* vai me respeitar porque eu sei da lei Maria da Penha e dos meus direitos”. Ele foi até minha casa, dizer que eu tinha *feito a cabeça* dela, mas eu só dei o livro e ela foi *empoderada*. Hoje ela *tá* maravilhosamente bem, terminou o Ensino Médio e *tá* trabalhando, vai fazer o Enem e tentar entrar na faculdade. Ela era uma mulher que vivia lá, enclausurada, numa conchinha porque ela não conhecia os direitos, não tinha a informação. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Meu intuito não é de classificar se as práticas da Associação são feministas ou não, visto que as integrantes não consideram-se “feministas” e utilizam o termo como forma de identificar e diferenciar as técnicas de ONGs especializadas em gênero que realizaram algum projeto junto à Associação. Porém, não se pode negar que há dentre os objetivos da Associação ideais em torno dos direitos das mulheres concebidos desde a mobilização dos movimentos feministas acrescido das experiências ou, segundo Collins (2012), dos pontos de vista das mulheres do Morro que ressignificam e adaptam tais modelos desde as suas realidades.

O projeto do SIM - Tudo Fácil, da ONG Themis, o qual Rosa fez parte e local no qual nos conhecemos é um exemplo disso. O espaço de atendimento tinha como objetivo informar as mulheres sobre seus direitos e encaminhar aquelas que estivessem em situação de violência para Centros de Referência, porém, na prática, o serviço foi além de ser um balcão de informações.

O SIM era uma coisa que *tava* dando certo, aí o governador viu que *tava* funcionando, *negras na cabeça*, na *ponta*, não quis mais, disse que não tinha mais orçamento para este projeto. A gente *tava empoderando* as mulheres lá, não era só caso de violência, era tudo. Eu ajudava o pessoal a tirar a carteira de identidade, ajudava com o *atestado de pobreza*. Nós,

---

<sup>4</sup> Este dado me foi repassado por Rosa, em registro no Diário de Campo no dia 01/07/2017. Embora sabe-se que nos casos que envolvem violência contra as mulheres, principalmente aquelas que ocorrem no âmbito doméstico, ainda são passíveis de subnotificação. (WAISELFISZ, 2015).

*mulheres da ponta*, somos vítimas do sistema, do Estado que não nos dá suporte. (Rosa, integrante da Associação, DC, 08/07/2017).

De acordo com Vieira (2011), estas práticas correspondem às perspectivas em torno da violência contra as mulheres que vão além da dimensão de direitos individuais, inserindo-se nestes casos questões econômicas e sociais que também impedem o exercício da cidadania das *mulheres da ponta*, como Rosa menciona acima.

As moradoras do Morro reforçam a personalização da Associação desde Rosa, quando a procuram diretamente como uma via para solucionar problemas do cotidiano, como no caso do posto de saúde e do já mencionado Conselho Tutelar, pois sabem que o trabalho da Rosa é de “fiscalizar” os serviços públicos.

A origem da própria Associação relaciona-se com este aspecto de “denúncia” sobre a forma como o Estado lida com a população do Morro da Polícia. De acordo com Segato (2012), o Estado moderno se mantém colonizador e intervencionista, acarretando assim na debilitação das autonomias, rupturas da vida constitucional e comunitária. Ou seja, o Estado opera em duas vias: de um lado possui uma construção de discurso sobre direitos universais, porém de outro, estabelece princípios individualistas.

O polo modernizador da República, herdeira direta da administração ultramarina, permanentemente colonizador e intervencionista, debilita autonomias, irrompe na vida constitucional, rasga o tecido comunitário, gera dependência e oferece com uma mão a modernidade do discurso igualitário, enquanto com a outra introduz princípios do individualismo e a modernidade instrumental da razão liberal e capitalista, conjuntamente com o racismo [...]. (SEGATO, 2012, p. 110).

No meio disso tudo, as minorias sociais e políticas, como as mulheres e as crianças, são as mais afetadas pela modernidade. Sendo assim, o fato do público alvo das ações da Associação ser de mulheres e crianças corrobora com a crítica a este papel do Estado através das suas instituições nesta localidade: enquanto há a presença de um forte aparato de segurança pública, há a falta de serviços que são considerados como direitos, como saúde, educação e moradia.

Aonde houver o conhecimento do direito e se a porta estiver aberta para mim eu vou lá e me informo *direitinho*. Mas o direito que a gente mais quer e nos é negado, é o direito a uma creche para as crianças e um direito de casa para aquelas mães que vivem na área de risco, esse direito nos é negado. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/08/2017).

Então, quando Rosa ou Dona Lélia assumem a postura de fiscalizar e de denunciar a forma como o Estado nega os direitos da população do Morro da Polícia, elas questionam a ordem estatal hierárquica que organiza o mundo desde a matriz da colonialidade (SEGATO, 2012).

Depois que uma moradora foi até a Associação pedir ajuda para comprar um leite especial para um de seus bebês, Rosa virou para mim e disse:

**Rosa:** Essa mãe tá precisando de ajuda. Ela é uma mulher negra batalhadora, uma supermãe e se ela subiu até aqui com os bebês é porque está precisando.

**Dona Lélia:** É por isso que tem gente que se corrompe, muitas mães se corrompem, mas nós não vamos deixar isso acontecer com ela. As mães fazem isso porque não vêem uma solução. Mas aqui a *gente pensa diferente*. Até as dificuldades são para a gente aprender a viver. Ela e tantas outras aqui são mulheres sobreviventes de uma violência do Estado, do poder público. (Rosa e Dona Lélia, integrantes da Associação, DC, 15/07/2017).

Quando Dona Lélia ressalta o *pensar diferente*, remeti ao que Segato (2012) aponta com a noção de “entre-mundos”, no qual há a mediação entre a realidade estatal e sua ordem moderna/colonial e o mundo-aldeia que consiste na realidade pré-colonial transformada pela colonização. Neste “entre-mundos” há situações que podem possibilitar um “habitar decolonial” à medida que comunidades organizadas adentram a esfera pública criando redes corporativas e parentais e moldando a ordem moderna de acordo com suas percepções.

Ou seja, a Associação, que de certa forma se organiza em um espaço no qual a lógica colonial do Estado atua, com todo seu aparelho repressivo representado pelas instituições de segurança pública, funciona como uma via pela qual elas conseguem, mesmo que de forma esporádica, adentrar em espaços de poder, como na sede do governo estadual. Outro exemplo foi a própria atuação de Rosa dentro do SIM-Tudo Fácil, no qual a lógica de atendimento às mulheres em situação de violência foi ampliada para resoluções de problemas que não estavam pautados pelo serviço.

## **5.2 Por dentro da festa: os bastidores da homenagem ao Dia da Mulher Negra**

No começo do capítulo anterior mencionei uma situação envolvendo a Associação com um coletivo de mulheres negras de outra organização com relação ao evento do Dia da Mulher Negra, comemorado no dia 25 de julho. Neste item, desenvolvo como este evento foi idealizado e realizado pelas mulheres da AMUE,



momento em que suas práticas tornaram-se visíveis durante a minha presença no campo, como também, momento em que eu pude presenciar boa parte das integrantes da Associação juntas.

Comemorado no dia 25 de julho, o Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha originou-se em 1992 quando ocorreu na República Dominicana o 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas. Na ocasião foi designada a criação de uma Rede de Mulheres Negras Latino-americanas e o Dia da Mulher Afro-latina e Caribenha (OLIVEIRA, 2016).

No Brasil, apenas em 2013 a data foi reconhecida pela presidenta Dilma Rousseff como o Dia da Mulher Negra: dia de dar visibilidade à luta e resistência das mulheres negras no enfrentamento ao sexismo e racismo (GELEDÉS, 2016).

Desde 2015, além das atividades realizadas na Semana da Consciência Negra em novembro, as integrantes da AMUE passaram a organizar uma homenagem ao Dia da Mulher Negra, na qual promovem atividades culturais e políticas como poesia, teatro, dança, roda de conversa e desfile com enfoque nas vivências das mulheres negras do Morro da Polícia.



Imagem 13: Homenagem ao Dia da Mulher Negra 2015

Fonte: *Facebook* da AMUE, 2015.

A escolha por focar os “bastidores” deste evento é por conta de que na sua preparação e realização, elementos que se articulam e formam o fazer prático dessas mulheres saltaram-me aos olhos.

A dinâmica das práticas desenvolvidas pela Associação possui duas dimensões importantes: o cultural e o econômico. Esta bidimensão fica explícita nesta atividade dedicada em homenagear o Dia da Mulher Negra, pois está dentro de uma perspectiva de gênero e raça. De acordo com Fraser (2006), gênero e raça correspondem a coletividades híbridas, em que as injustiças são tanto de ordem econômica quanto cultural, pois “[...] contém uma face de economia política, que o insere no âmbito da redistribuição. Mas também uma face cultural-valorativa, que simultaneamente o insere no âmbito do reconhecimento.” (FRASER, 2006, p. 234).

Em 2017, depois de um ano “afastadas” de determinada organização social ligada ao movimento de luta pela moradia, Rosa propôs a participação das mulheres do Morro com um desfile de roupas étnicas e com a exposição e venda de produtos artesanais da Associação, como lençóis, bolsas, panos de prato bordados e sabão, como forma de reaproximação com o local. Este evento iria ocorrer na sede desta entidade, localizada no Centro Histórico de Porto Alegre, com a organização do coletivo de mulheres negras desta entidade, cuja origem foi a AMUE.

Durante minhas visitas, Rosa estava empolgada com o evento e tudo estava praticamente pronto para o desfile: Ângela iria trazer as roupas que havia comprado em uma viagem a Angola, uma vizinha iria emprestar a máquina de costura para a confecção dos turbantes que seriam lançados no evento e o grupo de modelos, formado pelas mulheres do Morro, no qual fui incluída por já ser *parte da família*

Uma semana antes da data do evento, Ângela participou de uma reunião realizada pelo grupo organizador no dia 17 de julho, para os ajustes finais do evento. Porém, neste dia, ela ficou sabendo que o coletivo não estava sabendo da participação da AMUE, já tendo feito o material de divulgação sem a presença das mulheres do Morro da Polícia.

Como alternativa, foi dada uma nova data para a realização do desfile, no mês de agosto, e, para as vendas, a organização gostaria de receber uma porcentagem das vendas que seriam realizadas, como forma de “aluguel” do espaço.

Para decidir se a Associação iria participar ou não do evento, Rosa convocou uma reunião na sua casa/sede com as demais integrantes.

Eu não posso pensar negativo, a gente vai ter que decidir o que fazer. Mas eu tô com uma ideia: a gente pode fazer o evento na escola aqui perto, eles

sempre abrem as portas para gente, mas isso tem que ver na reunião. (Rosa, integrante da Associação, DC, 18/07/2017).

A reunião foi realizada com a presença de Rosa, Dona Lélia, Patrícia, Ângela e Audre. Além das integrantes da Associação, duas moradoras que estavam na casa de Rosa para buscar doações de roupas ficaram para participar e eu, que fiquei encarregada de realizar a ata do encontro.

Sentamos todas em uma roda na pequena sala da casa/sede, Ângela começou o relato sobre a reunião do dia anterior, expondo que a data disponível para o desfile seria apenas 14 de agosto, uma segunda-feira, para não dar “conflito” com o evento do outro coletivo. Rosa pediu que eu desse “meu relato” sobre o dia do convite para a Associação participar do evento.

Thaís pode dar o relato, eu não tô louca, a Maria disse para a gente fazer junto porque eu não *tava* indo mais lá e isso era uma forma de reaproximar, não foi Thaís? (Rosa, integrante da Associação, DC, 18/07/2017).

Ao ser colocada na posição de “testemunha”, dei o relato sobre o que aconteceu no dia do meu primeiro encontro com Rosa, na ocasião houve o convite para participação deste evento por parte de Maria como forma de reaproximação.

Diante da afirmação de que realmente havia um acerto entre as duas organizações, abriu-se a votação para saber qual seria a atitude a ser tomada. Todas aceitaram, mesmo sem ter o desfile, de irem ao evento prestigiar o coletivo e participar da roda de conversa. Rosa então deu a ideia de fazer uma comemoração no Morro, como em 2015, com oficinas, roda de conversa sobre saúde e o desfile.

As duas moradoras que estavam acompanhando a reunião, aproveitaram o momento de abertura para as pautas do evento e utilizaram o momento para expor os problemas com relação ao acesso ao posto de saúde.

Aqui no posto não temos médicos e no posto [do Campo] da Tuca não quiseram atender minha filha por causa do endereço, ela *tava* com muita tosse. (Moradora 1, DC, 18/07/2017).

Eu tô com problema por causa dos remédios. Eles fecharam a farmácia [pública] e nos postos eu não encontro todos os meus remédios. Alguns meses eu fico sem tomar os que são mais caros porque eu não tenho condição de comprar. (Moradora 2, DC, 18/07/2017).

Todas escutaram e Rosa prontamente comentou que há um posto de saúde que está atendendo “todo mundo”, como o Sistema Único de Saúde deve ser, pois o

mesmo é universal (DC 18/07/2017). Ângela se prontificou em ver a medicação da moradora 2, que é uma senhora idosa, no posto de saúde perto de sua casa, que fica na zona norte de Porto Alegre.

Com a promessa de encaminhamento das questões postas pelas duas moradoras, Dona Lélia se posicionou quanto ao evento do Dia da Mulher Negra. A mesma concordou com Rosa em fazer a homenagem no Morro, mas com uma condição, o mesmo teria que ser realizado na Associação, pois é ali que é a *realidade*, não no centro da cidade, já que é difícil para muitas moradoras do Morro deslocarem-se até o a região central, devido empecilhos como passagem de ônibus.

Vamos fazer aqui na ONG, aqui na rua. A *união* tem que ser feita na rua, porque é sem restrição, sem formalidade, aonde as pessoas são *livres*. Tem que ser aqui [na ONG] para mostrar o trabalho, sempre foi aqui, a gente coloca umas mesas no pátio. (Dona Lélia, integrante da Associação, DC, 18/07/2017).

Decidido que o local do evento seria a Associação, era preciso decidir a programação do evento que, segundo Dona Lélia, deveria trazer assuntos pertinentes que estimulassem o *empoderamento* e *autonomia* das mulheres do Morro de acordo com os recursos e possibilidades da Associação.

**Dona Lélia:** Aqui é a nossa Rua da Praia, a nossa Esquina Democrática<sup>5</sup>. Eu quero fazer uma homenagem para as mulheres, soltar uns balões brancos pela paz, falar umas frases de paz. Temos que trazer temas pertinentes para as nossas mulheres para elas se *empoderarem*.

**Rosa:** Vamos comprar os balões. Outra coisa, nós temos que trazer as falas das mulheres, das mulheres como protagonistas, porque cada uma tem a sua vivência. (Dona Lélia e Rosa, integrantes da Associação, DC, 18/07/2017).

Ao tocar na questão das vivências, Dona Lélia e sua filha Patrícia resolveram dar seus relatos sobre experiências no qual haviam sofrido racismo.

**Patrícia:** Eu passei por racismo no emprego. Disseram que eu era perfeita para a vaga, mas o contratante não me quis por causa da cor da minha pele.

**Dona Lélia:** Eu tenho vários relatos de racismo. Eu passei um quando era bem novinha, recém tinha vindo para Porto Alegre. Vi *num* jornal vaga para aluguel, eu fui com o jornal na mão e disseram na minha cara que não tinha vaga. Eu mostrei o jornal e disseram que não aceitavam negros morando lá. Outra vez, eu peguei uma indenização e fui comprar um aparelho de DVD,

---

<sup>5</sup> A Rua da Praia e a Esquina Democrática são locais tradicionais localizados no Centro Histórico de Porto Alegre por serem locais demarcados por ativismo político nos quais são realizadas atividades políticas e culturais.



aí o vendedor nem olhou na minha cara, ficou de braços cruzados e saiu conversando com outro homem. Eu fui atrás do gerente, pedi ajuda, outro vendedor veio e me atendeu e eu comprei à vista o DVD, eu disse: 'não sei o que aconteceu com teu colega que não quis me atender', mas eu sei o que era, era racismo. Eu me senti mal com isso, eu queria entrar num buraco, por isso a gente tem que falar. Eu me senti envergonhada, fragilizada, uma ninguém! Porque o racismo é assim, pior que câncer. Por isso não podemos deixar de falar, temos que falar dessa indignação e para isso não precisa ninguém de *fora*. (Patrícia e Dona Lélia, integrantes da Associação, DC, 18/07/2017).

Mesmo relatando situações diferentes, todas vivenciaram casos de racismo e, por isso, não precisam que alguém de *fora*, como algum especialista, para falar sobre este assunto, já que o mesmo faz parte das suas vivências como *mulheres negras do Morro*.

Além de uma roda de conversa para falar sobre o racismo e a saúde da mulher negra, outros elementos que remetem aos vínculos de pertencimento racial foram sugeridos para o evento: oficina de abayomi, oficina de turbantes que seria uma parte do “momento de beleza”, conversa sobre religiões afro, no qual um parceiro da Associação e pai de santo no Morro iria ser chamado para palestrar e, principalmente, a comida que iria ser servida na festa.

Para comer vamos fazer pipoca, canjica e bolo de milho porque tem um significado e o pessoal gosta. O milho é um símbolo importante do povo negro e para beber um chazinho e chimarrão. (Rosa, integrante da Associação, DC, 18/07/2017).

No final, as pautas ficaram as seguintes: poesia com Dona Lélia; monólogo com uma atriz amiga-parceira da Associação; roda de conversa sobre o Dia da Mulher Negra e a saúde da mulher negra, na qual indiquei uma grande amiga minha, Carolina Montiel (2017), pesquisadora sobre o assunto e mulher negra para ser a facilitadora; momento de beleza como um *mimo* para as mulheres, (DC, 18/07/2017) e, para finalizar, o desfile. Como forma de participar, eu me ofereci para filmar todo o evento.

Com a pauta do evento organizada, faltava apenas o nome. Rosa lançou a sugestão de repetir o nome da última festa: “mulheres negras podem”. D. Lélia não gostou, achou repetitivo e que não abarcaria as outras mulheres que também moram no Morro e são brancas. Nisso, Audre, nora de Rosa, respondeu que as mulheres brancas já podem, agora era vez de *empoderar* as negras. (DC, 18/07/2017).

Neste momento da reunião, Ângela pediu para não falar assim, pois eu poderia me sentir mal. Todas as presentes olharam para mim, por ser a única branca no momento. Respondi que não me senti mal e que Audre estava certa, afinal de contas, o evento era para comemorar as mulheres negras. Nisso, Rosa respondeu que eu era uma *quase negra*, por já ser do grupo e riram. Eu não respondi e permaneci registrando a reunião.

Já era final da tarde quando a reunião terminou. Alguns dias depois, recebi uma mensagem de Rosa com o convite do evento feito por sua filha Bell, ela ainda contou que estavam tentando outro espaço, para um *plano B* caso chovesse, mas a princípio a festa seria no pátio da sua casa/sede como acordado no encontro.



Imagem 14: Convite para a Homenagem ao Dia da Mulher Negra 2017  
Fonte: Facebook da AMUE, 2017.

No dia do evento, um sábado de muito calor atípico para o mês de julho, cheguei como o combinado para filmar a homenagem. Havia muitas mulheres e crianças no local, já acomodadas em cadeiras de plástico brancas. As cadeiras foram alugadas com um dinheiro doado pelo irmão de Rosa que sempre dá um

*apoio* para a Associação com diversos tipos de doações, desde dinheiro até materiais.

Mesmo a Associação sendo composta oficialmente apenas por mulheres negras de uma família, os homens também atuam “nos bastidores” das atividades realizadas pela Associação. Esta presença masculina na colaboração de mulheres foi observada por Fonseca (2000) sobre o cotidiano familiar em bairros de camadas populares de Porto Alegre.

Para a autora esta presença constitui uma rede de ajuda mútua, esta mesma ideia pode ser vista na Associação, visto que as mulheres são centrais na organização e a presença dos homens da família – marido, filhos, irmãos – é recorrente para a efetividade destas atividades e a continuação do trabalho desenvolvido.

O pátio, enfeitado com balões coloridos que estouravam por causa do sol, já anunciava que ali ia ter festa e por isso o movimento era grande. Rosa não estava em casa, tinha ido comprar frutas. As demais integrantes estavam terminando de arrumar a sala que receberia o “momento de beleza” propiciado por Bell e uma amiga vendedora de produtos cosméticos que dariam dicas de maquiagem para mulheres negras.



Imagem 15: Momento mais que beleza.  
Fonte: Autora, 2017.

Na cozinha, as panelas borbulhavam com a canjica de coco com leite condensado, a pipoca já estava em saquinhos para serem distribuídas e os bolos

cortados, mas os mesmo só iriam para a mesa posta no pátio depois do desfile, se não o pessoal *come e vai embora*, alertou Dona Lélia quando perguntaram que já podiam pôr a mesa. (DC, 29/07/2017).

Pouco antes de começar a comemoração, Rosa chegou com uma sacola cheia de frutas: bergamotas, maçãs e bananas. Colocou todas em uma cesta de vime, estilo de piquenique. Com tudo pronto, Rosa realizou a abertura do evento ao agradecer a presença de todas as mulheres e anunciar as atrações: poesia, monólogo, roda de conversa sobre a mulher negra e a saúde e, para fechar, o desfile com o lançamento da linha de turbantes da marca “Mulheres do Morro”.

Dona Lélia, mesmo afônica, foi para o tapete que fazia o papel de palco e começou a declamar o poema que havia escrito para este dia. Assim como havia dito na reunião, Dona Lélia escreveu um poema sobre o racismo e o preconceito enfrentados pela população negra.



Imagem 16: Declamação do poema “As *negrinhas*”  
Fonte: Autora, 2017.

*As Negrinhas*  
Aonde moras?  
Qual teu grau de estudo?  
Eu tenho estudo.  
Eu sou formada em doutorado, mestrado.  
Sim, eu tenho estudo!  
Essa *negrinha* pensa que é gente? E ainda fala de cotas!  
Cotas não é estudo!  
Cotas: entrou pela porta do lado.  
Mas eu, eu sim tenho, porque entrei pela porta da frente.  
Mal sabe falar, mal consegue sorrir.  
Nem tem chão para pisar!



Ainda querem falar de direitos  
*Suas negrinhas*  
 Se colocarem de cabeça para baixo  
 Não tem um tostão furado!  
 (Dona Lélia, integrante da Associação, DC, 29/07/2017).

Após a declamação, que tinha como tema central a questão das cotas raciais no Ensino Superior, Dona Lélia, que foi muito aplaudida, fez uma breve fala sobre o Dia da Mulher Negra.

Quero homenagear todas as mulheres, mulheres da *ponta*. E dizer que *temos chão*, sim. Somos negras, sim! Negras valorizadas, ninguém vai nos calar. Anastácia<sup>6</sup> que nos perdoe, mas nós não somos Anastácias que temos que andar com mordança na boca porque a sociedade nos discrimina, tem preconceito com a nossa cor. Aqui, nós somos unidas pela esperança, trabalhamos para esta associação de mulheres negras, para uma sociedade que nos aceita. E nós jamais ficaríamos de boca calada. Até porque, *nós temos chão para pisar!* E eles pensam que nos calam. Jamais! Eu quero homenagear todas as mulheres: negras, loiras, índias e as demais. Porque somos, acima de tudo, mulheres. Nós somos maravilhosas, autênticas. E até porque, nós estamos nessa corrente de luta, jamais vamos desistir das nossas causas, porque somos unidas. Eu quero homenagear a todas as mulheres, até as Anastácias, porque nós somos os exemplos delas, porque nós não aceitamos que a sociedade nos cale. Parabéns para todas nós que somos maravilhosas e estamos na resistência. E ninguém vai dizer o que devemos fazer ou por onde devemos andar, *porque esse chão é nosso*, somos livres e as algemas nós já arrebatamos há muito tempo: a algema do preconceito, do racismo, da discriminação. Jamais ficaremos caladas, nós somos uma família unida. Viva a ancestralidade e viva a todas as mulheres! (D. Lélia, integrante da Associação, DC, 29/08/2017).

Na fala e na poesia declamada por Dona Lélia, a expressão “*negrinhas*” apareceu. Esta expressão corresponde a um fato vivenciado pelas minhas interlocutoras no começo da Associação. Como me relatou Rosa e Dona Lélia, há alguns anos, Rosa solicitou para sua ex-nora, que também fazia parte da Associação e de movimentos sociais, escrever uma carta com o relato dos problemas do Morro.

Ela escreveu tudo que eu disse que as crianças estavam com a barriga roncando de fome. Eu fui lá no Palácio [Piratini] entregar a carta para o governador. Eles não queriam que eu entregasse a carta porque tinha que protocolar, fui lá protocolei e entreguei. (Rosa, integrante da Associação, DC, 15/07/2017).

---

<sup>6</sup> Refere-se à Escrava Anastácia popularizada pela figura de uma mulher negra que, por ter resistido à escravidão, fora castigada com uma máscara flandres tapando-lhe a boca, o que acabou lhe levando à morte. (SOUZA, 2001).

A atitude de Rosa teve reação, segundo ela veio advogados e assistentes sociais averiguar a situação do Morro e saber os motivos que a levaram a escrever a carta.

Guria, eles vieram furiosos para cima de mim. Um deles entrou aqui em casa e disse: “quem vocês pensam que são? *Umas negrinhas* do Morro, não têm nem chão para pisar, mandando carta para o governador, passando por cima da gente”. Eu não fiquei quieta, e disse: “eu dou acolhimento para as crianças e para as mulheres vítimas”. Aí eles fizeram um monte de coisa aqui. (Rosa, integrante da Associação, DC, 15/07/2017).

Este ocorrido foi apenas uma das vezes que elas foram chamadas assim, já que depois deste episódio, as mulheres da AMUE ficaram conhecidas nos espaços políticos como “as *negrinhas* do Morro”.

A gente vai na Assembleia [Legislativa], no Palácio [Piratini] e a gente já escuta: “chegaram as *negrinhas* do Morro da Polícia”. A gente chega mesmo e eles têm que nos ouvir, a gente tem voz e tem que falar. (Rosa, integrante da Associação, DC, 05/07/2017).

Percebi pelas situações relatadas que este termo fora utilizado para depreciar a presença delas em espaços de poder, como no Palácio Piratini sede do governo estadual, porém, o mesmo passou a ser ressignificado quando elas afirmam serem mulheres negras do Morro. Dessa forma, elas transformaram as interseccionalidades entre os eixos de poder na forma como elas se apresentam e se posicionam na sociedade e frente ao Estado: mulheres negras do Morro da Polícia.

O evento continuou com a apresentação do monólogo. A atriz, Glória, que é amiga das integrantes, representou um de seus monólogos premiados. Todos ficaram atentos à sua fala sobre o “desamor”.



Imagem 17: Apresentação do monólogo  
Fonte: Autora, 2017.

Vestindo um pijama, estilo macacão, cor de rosa, Glória iniciou o monólogo.

O desamor  
Sabe o que me deixa mais indignado no mundo? É o desamor.  
O ser humano esqueceu o sentido da palavra amor.  
Nos agarramos de tal forma nesse nosso mundinho, né?  
Esquecemos que somos todos irmãos.  
A palavra amiga, tão difícil de ser escutada.  
Abraço?  
Nunca se recebe.  
Um aperto de mão! Impossível!  
Aquele abraço!  
O ser humano tem sede e fome.  
Fome, nem sempre de comida.  
Sede de palavras que elevam a autoestima  
Que, na maioria das vezes, está lá embaixo.  
Aquele abraço!  
Como seria bem-vindo para quem precisasse.  
O ser humano está fraco!  
Anêmico!  
E na maioria das vezes, sem forças para gritar: Eu to aqui!  
Eu preciso de ti!  
Sendo assim, estamos perdendo a oportunidade maior do mundo:  
Só o amor constrói!  
Só o amor constrói!  
Esse sim é o maior lucro de todos nós, seres humanos. (Glória, atriz, DC, 29/08/2017).

Ao final da apresentação, a atriz contou sobre a sua relação com o Morro da Polícia e a Associação.



Muito obrigada! Eu estou muito feliz de estar aqui, porque eu adoro esse povo daqui e adoro esse morro. Toda vez que elas me chamam e minha agenda permite, eu venho. Hoje eu cancelei um ensaio para poder vir aqui e ver todas vocês. Muito obrigada. (Glória, atriz, DC, 29/07/2017).

Seguido do monólogo, Ângela tomou a palavra para dar início à roda de conversa, como forma de introduzir o assunto, Ângela falou sobre o racismo institucional.

A gente tá aqui hoje, ao ar livre, graças a Deus e aos orixás, para quem acredita, cada um na sua religião, nesse tempo maravilhoso que está nos dando essa oportunidade. Porque vocês sabem que o racismo institucional ele é muito grande no Brasil, na nossa sociedade. Aqui, é um exemplo disso, a gente percorreu a igreja que poderia abrir o espaço para a gente ficar lá dentro para fazer o evento, não abriu, fechou as portas. Aqui também, a associação ali de baixo, também fechou as portas. Ninguém quis saber desse encontro, mas a gente é forte, é resistente e a Rosa é uma mulher guerreira e disse: não, eu vou fazer lá no pátio, na rua! E a gente tá aí, construindo esse evento que é muito importante para nós. (Ângela, integrante da Associação, DC, 29/07/2017).

Ângela, que é historiadora e mestranda em Sociologia, aproveitou a ocasião para falar sobre duas mulheres negras importantes na história: a escritora Carolina Maria de Jesus e a filósofa Angela Davis, que estivera no Brasil recentemente.

A Carolina Maria de Jesus era uma escritora e a gente não escuta falar muito dela, mas ela falava da realidade que vivia e que muitas de nós aqui conhecemos. Ela era uma mulher *favelada*, negra e *papeleira*. Através do lixo que ela juntava, em vez de desabafar, ela escrevia. Tem o livro Quarto de Despejo que é a *favela* onde a sociedade despeja as pessoas, vai empurrando as pessoas do centro para lugares bem longe. Outra mulher importante é a Angela Davis que veio para o Brasil, eu quero encerrar a minha fala com uma frase dela: quando uma mulher negra se movimenta, todo mundo se movimenta ao redor. Eu vou dar um exemplo, a Rosa se movimenta, a Lélia se movimenta, então consegue trazer lá de baixo, vocês que estão aqui hoje. (Ângela, integrante da Associação, DC, 29/07/2017).

Mesmo sendo integrante da Associação, Ângela, em sua fala ao exemplificar a citação de Angela Davis sobre o movimento de mulheres negras, nomeia Rosa e Dona Lélia, ao invés de trazer o coletivo da Associação da qual faz parte como um exemplo mobilizatório. Isso demonstra que até no interior da Associação, há o reconhecimento da personalização de figuras como Rosa e Dona Lélia, embora a primeira seja mais predominante, nas práticas da Associação.

Enquanto eram servidas as pipocas e a canjica, Carolina, que fora no evento na companhia de sua madrinha e avó, que reside próximo ao Morro, iniciou sua fala

sobre a saúde da mulher negra, em especial das grávidas que foram foco da sua pesquisa de mestrado (MONTIEL, 2017).

A fala de Carolina inspirou as mulheres presentes, aos poucos elas foram dando seus relatos com relação aos atendimentos no posto de saúde da região. Houve muitas críticas, como a falta de médicos e o sistema de marcação de consultas, mas também houve elogios, principalmente por conta de uma equipe do Programa de Saúde da Família que realiza visitas quinzenais nas casas das grávidas que fazem o pré-natal.

O momento da roda de conversa foi encerrado com os relatos de algumas moradoras e ex-moradoras do Morro.

Eu morei há muito tempo atrás aqui. Mas *tô* sempre na *luta*, sempre levando a nossa *raça* para frente. Eu faço tranças para as negras ficarem lindas. Eu aprendi isso faz muitos anos, eu tinha 15 anos quando comecei a trançar para deixar todo mundo lindo. (Ex-moradora 1, DC, 29/07/2017).

Eu queria dar uma palavra, queria dizer que o racismo é a pior ignorância que pode existir no ser humano. Porque o que corre aqui [nas veias] e o que bate aqui [coração] é igual o de todo mundo, não tem diferença. Isso é a maior burrice do ser humano, porque *tu* conviver com a pessoa seja da cor que for, quando tu cortar [a carne] o que vai pingar é a mesma coisa, é sangue igual o de todo mundo. Para mim, quem pratica o ato do racismo é o ser humano mais ignorante que existe. Não adianta estudar, ter faculdade, dizer que tem *cultura*, que é formado, se *tu* não tem a *cultura da vida* e do *amor*, do que tu traz do teu pai e da tua mãe de saber que o ser humano é ser humano.[...]. Quando falam em racismo para mim eu me sinto muito doente, porque eu detesto injustiça, eu sou muito *guerreira*. Então, eu sou uma pessoa que nunca vai aceitar, nós somos todos irmãos, somos todos filhos de Deus e é um só, independente da religião. (Moradora 3, DC, 29/07/2017).

Eu moro da zona norte e na nossa vila não tinha esgoto, não tinha nada e com o passar dos anos a gente foi aprendendo a *correr atrás* dos direitos como o posto de saúde, então, hoje a gente tem médico. Eu fiquei apavorada com o depoimento de vocês que não tem atendimento ginecológico. A gente tem que ir atrás dos nossos direitos. Eles dizem que não tem, mas é só falar em Ministério Público e num instante eles ficam com medo, porque o Ministério Público é uma instância maior e eles ficam com medo de denúncia. A gente tem o direito de viver bem, de circular, ter saúde, mercado de trabalho a questão do racismo é muito forte, nós sentimos isso na pele. A gente pode fazer as coisas, não essa de “eu nasci assim”, a gente pode mudar, não dá para aceitar o não. Se *tá* faltando a gente tem que se unir e vamos colocar um ginecologista no posto, uma mulher não pode ficar sem atendimento ginecológico. Vamos usar este espaço maravilhoso para a gente se reunir e discutir nossos direitos e cidadania para ir atrás. A gente vai conseguindo tudo aos poucos, tudo é conquista. A gente tem que ir atrás e acreditar que tudo a gente pode, não é só os ricos, todo mundo pode, basta querer. (Ex-moradora 2, DC, 29/07/2017).

As falas da moradora e das ex-moradoras também carregam sentidos que envolvem o ativismo com uma luta, seja na prática de trançar cabelos, que envolve a questão da estética negra, seja na questão da luta contra a injustiça, como o caso da moradora do Morro, branca, que relata seu ponto de vista sobre o racismo e, por último, na fala da ex-moradora que traz um sentido de luta juntamente com o “correr atrás”.

Algumas participantes haviam ido embora, mas o espaço continuava cheio de mulheres e crianças para apreciarem a atração final do dia: o desfile de roupas étnicas. Enquanto os presentes lanchavam, Audre se posicionou próximo ao portão no pátio e anunciou que iria começar o desfile. Na passarela improvisada segurando balões e vestindo túnicas coloridas e turbantes na cabeça, Rosa, Dona Lélia e Patrícia junto de algumas mulheres vizinhas da Associação e crianças, desfilaram pelo beco sendo muito aplaudidas. Durante a reunião de organização, Dona Lélia e Patrícia propuseram convidar algum grupo para tocar tambores durante o desfile, porém, o mesmo não pôde comparecer, sendo assim, foi ao som de um CD com músicas africanas, trazido por Ângela, que as mulheres desfilaram pelo beco.

Muitos vizinhos foram para o portão de suas casas ou para o beco prestigiar o momento final, aplaudindo e lançando elogios para as modelos. Ao retornarem para o pátio da casa/sede da Associação, as mesmas soltaram os balões, que caíram ao chão e pediram paz para as mulheres negras.



Imagens 18 e 19: Desfile em homenagem às mulheres negras.

Fonte: Facebook da AMUE, 2017.

Ao buscarem trazer nos seus corpos elementos que remetem à ancestralidade como as túnicas e os turbantes, o desfile remontou a ideia de um pertencimento muito mais amplo e localizado nas origens africanas, em uma “nação imaginada”. (ANDERSON, 1989), pois mesmo sem conhecer fisicamente os países africanos pertencentes aos seus ancestrais, elas reconstroem imagens que as conectam com este território imaginado e compartilhado.

E, foi a partir dos seus corpos que o evento foi encerrado. Segundo López (2014), é no corpo que as opressões sofridas pelas mulheres negras tornam-se visíveis. Por isso, passa a ser considerado território político a partir do entendimento de que as mulheres negras compartilham uma perspectiva única, devido às particularidades que compõem seus corpos, desde a diáspora e das experiências racializadas.

Ao longo da tarde pude acompanhar uma das ações da Associação. A realização de uma festa em homenagem às mulheres negras no Morro da Polícia, que é uma localidade demarcada por questões raciais, possui um peso político ao dar visibilidade para este território que compõe as suas práticas e as suas vivências como *mulheres negras do Morro da Polícia*.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa busquei me aproximar das perspectivas de mulheres negras ativistas de camadas populares em torno da política, reconhecendo a mesma como um processo vivido pelas minhas interlocutoras no cotidiano das suas práticas desde a Associação de Mulheres Unidas pela Esperança – AMUE, localizada no Morro da Polícia, em Porto Alegre.

Para isso, o primeiro capítulo trouxe duas vertentes teórico-epistemológicas que pudessem amparar tanto as concepções políticas como também o tipo de ativismo praticado neste espaço: a antropologia da política e o feminismo negro. Dessa forma, no primeiro capítulo apresentei a perspectiva da antropologia da política para, logo em seguida, desde a revisão bibliográfica, inserir o ativismo político de mulheres de camadas populares e, para fim, chegar à abordagem do feminismo negro como forma de compreender as práticas das minhas interlocutoras que são mulheres negras e se reconhecem dessa forma no cenário político local.

No capítulo dois, discorri sobre as questões metodológicas da pesquisa, e das situações proporcionadas pelo trabalho de campo que me levaram a focar nas concepções políticas de uma integrante em especial, Rosa, devido as seguintes circunstâncias: já havíamos nos conhecido em um momento anterior e pelo fato de ser na sua casa que a Associação “funciona”. Dito isto, procurei explorar seu ponto de vista em torno deste fenômeno e como o mesmo estava presente – ou não – nas suas práticas.

O capítulo três abordou Rosa e as suas concepções políticas. Logo no início da pesquisa, reparei que suas concepções sobre a política carregavam sentidos negativos sendo praticada por pessoas específicas: os políticos. Por conta disso, como forma de separar o *fazer política* com suas práticas, a mesma denomina-se como parte do *movimento*. Este *fazer movimento* carrega em si a articulação com outros movimentos sociais reconhecidos no cenário político mobilizatório, como luta pela moradia, o movimento negro e o feminismo, acrescido de questões próprias dessas mulheres, constituindo assim o autodenominado *movimento de mulheres do Morro da Polícia*, no qual as interseccionalidades vividas por estas mulheres transformam-se em *luta e resistência*.

Esta disputa entre política e movimento permeia a relação da Associação, através das relações estabelecidas principalmente por Rosa, com os vários agentes

presentes no ativismo comunitário. A Associação possui uma rede de relações com outras associações locais, movimentos sociais, universitários, ONGs e, também, políticos. Estes relacionamentos não são estáveis e revelam alguns tensionamentos comuns neste tipo de ativismo demarcado pelas disputas por visibilidade, recursos e espaço neste quadro de movimentos populares.

Diante desse conjunto de fatores, refleti em torno desse *movimento de mulheres do Morro* e como o mesmo se diferencia e se destaca das demais experiências comunitárias presentes no Morro da Polícia. Para isso, a minha imersão no interior da Associação como a participação em reuniões e eventos promovidos pelas mesmas, foi imprescindível para compreender as práticas das minhas interlocutoras, para tanto, o capítulo quatro apresenta as interseccionalidades presentes nas suas vidas como mulheres negras moradoras do Morro que transparecem nos seus *fazeres* práticos.

Mesmo tendo contato com políticos e representantes do Estado, a Associação assume uma função de fiscalizar os serviços públicos ao utilizar estes mesmos contatos como um canal de participação informal para levar as demandas dos moradores e pressionar medidas para solucionar os principais problemas do Morro que se assemelham às questões encontradas nas periferias urbanas relacionadas ao déficit habitacional, falta de saneamento básico, falta de serviços públicos, etc.

As relações da Associação com os diversos agentes se dá desde relações pessoais. Esta característica mais personalista deixa em um segundo plano as instituições do Estado e as organizações comunitárias, ao atribuir às pessoas determinadas ações e situações, sejam positivas ou negativas, como o atendimento ou não de determinada solicitação feita através de ofícios em nome da Associação.

Este tipo de relacionamento em um nível pessoal por parte das ativistas também é um fator que está presente nos engajamentos das integrantes da Associação. Um exemplo são as atividades relacionadas às questões de moradia, raça e gênero, que foram incorporadas pela Associação a partir das vivências de Rosa que possui contato com estes movimentos locais.

Ao trazer as vozes e as percepções dessas mulheres para a presente pesquisa, outros aspectos gravitam em torno das práticas da Associação: questões raciais, de gênero, de classe e geracionais que fazem parte do cotidiano e das atividades realizadas pelas ativistas.



Desde a Associação, o *movimento de mulheres do Morro* constrói um ponto de vista coletivo, mas não hegemônico. Há muitas heterogeneidades no Morro: têm as mulheres em situação de violência, mas também têm as “empoderadas”. Têm as mulheres brancas, têm as mulheres negras e não-brancas. Têm mulheres com “estudo” e que permanecem no Morro, têm as que não tiveram oportunidade de estudar, mas lutam para que os filhos entrem na Universidade. Têm as chefes de família, mas também têm as mulheres casadas. Têm mães e as que não são mães. Têm quem se envolve com política e quem é do movimento.

Mesmo nesta diversidade, todas as participantes da Associação, sejam integrantes ou não, consideram-se mulheres do Morro e apresentam-se dessa forma nos diferentes espaços em que circulam.

Entendo que ao trazer as perspectivas dessas mulheres sobre a política, juntamente com as suas práticas desde a Associação insiro esta pesquisa em um conjunto de trabalhos que passam a levar à sério, assim como Goldman (2006) nos aconselha, o que diferentes grupos sociais têm a nos dizer. Em outras palavras, este trabalho faz parte de um movimento que busca acolher no espaço acadêmico os diferentes saberes daqueles e daquelas que nos acolhem em suas vidas e tornam a produção de conhecimento possível.

Para finalizar, gostaria de remeter a Mintz (1984), quando ele traz que seu encontro com Taso permitiu que o mesmo se descobrisse. Ao encontrar Rosa também me descobri em vários aspectos.

Primeiramente, descobri que, mesmo assumindo a posição de pesquisadora de fora, haviam semelhanças entre nós, estas semelhanças correspondem principalmente a questão da valorização da educação. Vivenciei isto em minha trajetória de vida ao crescer em uma família de classe popular que me incentivou ao caminho dos estudos para viabilizar uma mudança de vida econômica e social.

Porém, mesmo esta experiência compartilhada pela situação de classe não apaga as assimetrias entre elas e eu. Pois, não sei o que é morar no Morro, subir em dias de sol ou chuva as lombas íngremes, não ter energia elétrica ou luz encanada em casa, ter que depender de doações para vestir os filhos e se alimentar, passar por situações de racismo quando estão “no asfalto” ou na procura por um emprego. Estar junto delas me fez rever muitas coisas em mim, não apenas como pesquisadora, mas como mulher feminista.

Conectei-me com as minhas interlocutoras e, mesmo com o fim da pesquisa de campo, continuo em contato direto com elas, vínculo este que não espero romper, pois como Dona Lélia me informou em um de nossos encontros, eu já sou *parte da família*.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Brasília – DF: UNESCO, 1998.
- ACMUN – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MULHERES NEGRAS. *Quem somos*. Porto Alegre, [2017?]. Disponível em: < <http://www.acmun.org.br/historico.asp#ancora>>. Acesso em: 26 set. 2017.
- ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In STEPAN, A. (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 315-380.
- ALVES, Thaís da Rosa. *Entre a faculdade da vila e o direito: as práticas de justiça das Promotoras Legais Populares no SIM-Tudo Fácil*. 2015. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2015.
- ANDERSON, Benedict. Introdução. In: *Nação e consciência nacional*. Porto Alegre: Ática, 1989, p. 9-16.
- AUYERO, Javier. Vidas e políticas das pessoas pobres – as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, n. 28, p. 126-164, set. – dez. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/06.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>>. Acesso em: 22 set. 2017.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília – DF, v. 30, n. 1, p. 147-163, jan.-abr. 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00147.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.
- BITTENCOURT, Luciana Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FIELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. M. (Org.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Paurus, p. 197-212, 1998.
- BLAY, Eva. A Participação das mulheres na redemocratização. In: Fleischer, David. (org.). *Da distensão a abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Editora da UnB, 1988, p. 185-206.
- BOBADILLA, Kássia B. *Nas tramas da política: uma etnografia da ação coletiva na Favela de Vila Prudente*. 2016, 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2016. Disponível em: <

[http://www2.unifesp.br/ciencias\\_sociais/dissertacoes-defendidas-versao-final/kassia-bobadilla](http://www2.unifesp.br/ciencias_sociais/dissertacoes-defendidas-versao-final/kassia-bobadilla)>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BONETTI, Alinne. L. *Entre feministas e mulheristas: uma etnografia sobre Promotoras Legais Populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre*. 2000, 195 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/79146/174287.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. *Não basta ser mulher, tem que ter coragem*. Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife-PE. 2007, 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000430418>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

CALDWELL, Kia. Fronteiras da diferença: raça e mulheres no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922/11177>>. Acesso em: 22 set. 2017.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: \_\_\_\_\_. *O trabalho do antropólogo*. Brasília- DF: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000, p. 17-35.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 209-214, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11639>>. Acesso em: 26 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 ago. 2017.

CHANEY, Elsa. *Supermadre: la mujer dentro de la política en américa latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

COLLINS Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e reflexão. In: MORENO, Renata (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015, p. 13-42. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2016/01/20/reflexoes-e-praticas-de-transformacao-feminista>>. Acesso em 20 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Traficante de Sueños, 2012, p. 99-131.

COMERFORD, John. *Fazendo a luta*. Sociabilidades, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 1999.

\_\_\_\_\_; BEZERRA, Marcos O. Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. *Análise Social*. Lisboa, v. 48, n. 207, p. 466-489, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n207/n207a09.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “antropological blues”. *Boletim do Museu Nacional*, n. 27, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FLEISCHER, Soraya. *Parteiras, buchudas e aperreios*. Uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo*. 2017. Disponível em: < <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. *Bonecas Abayomi*: símbolo de resistência, tradição e poder feminino. São Paulo, 2015. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

\_\_\_\_\_. *Missão institucional*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/#gs.EvNZiME>>. Acesso em 14 set. 2016.

\_\_\_\_\_. *Mulher negra*. São Paulo, 1993. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>>. Acesso em 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. *25 de julho dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe*. São Paulo, 2016. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/25-de-julho-dia-da-mulher-negra-da-america-latina-e-do-caribe-2/>>. Acesso em 28 out. 2017.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global universitária, 1987. p. 227-344.

GODINHO, Tatau. Construir a igualdade combatendo a discriminação. In: \_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria L. (Org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

\_\_\_\_\_; SANT'ANA, Ronaldo dos Santos. Teorias, representações e práticas. In: GOLDMAN, Marcio. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 1999, p. 123-142.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista ISIS Internacional*, Santiago, v. 9, p. 113-141, 1988.

HITA, Maria Gabriela. *A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador, Bahia*. Salvador: EDUFBA. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16999>> . Acesso em 10 abr. 2017.

\_\_\_\_\_; GLEDHILL, John E. Antropologia na análise de situações periféricas urbanas. *Cadernos Metrôpole*. São Paulo, v. 12, n. 23, p. 189-209, jan. – jun. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br//index.php/metropole/article/view/5930/4283>> . Acesso em: 15 maio 2017.

HOULE, Gilles. A sociologia como ciência e vida: a abordagem biográfica. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa*. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 317-334.

JABARDO, Mercedes. Introducción. Construyendo puentes: en diálogo desde /con el feminismo negro. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Traficante de Sueños, 2012, p. 27-56.

JOBIM, Douglas J. dos Santos; KLAUCK, Evaldo Rosa. *Movimento popular da grande Glória*. Porto Alegre: SMC, 2000.

JUSTINO, Guilherme. Os escravos que lutaram em troca de liberdade. *Repórter*: Revista Eletrônica de Jornalismo Investigativo da UFRGS. Porto Alegre, ano 3, 2008. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/ensinodareportagem/cidades/lanceirosnegros.html>>. Acesso em: 07 set. 2017.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política: uma perspectiva brasileira*. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2005. Disponível em: <<http://www.lac.ox.ac.uk/sites/sias/files/documents/Karina%2520Kuschnir%252064.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Antropologia e política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 22, n. 64, p. 163-167, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a14v2264.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.



LINDAU, Heloisa G. L.; ROSA, Aline. Monitoramento e educação ambiental nas encostas do Morro da Polícia: uma proposta de ensino de geografia. In: *Jornada de Educação em Sensoriamento Remoto no Âmbito do Mercosul*, 4., 2004, São Leopoldo. Anais eletrônicos...São Leopoldo: Unisinos, 2004. Disponível em: <[http://www.inpe.br/unidades/cep/atividadescep/jornada/programa/t-12\\_trab\\_59.pdf](http://www.inpe.br/unidades/cep/atividadescep/jornada/programa/t-12_trab_59.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2016.

LÓPEZ, Laura C. “O que me tornou tão invisível?”: políticas da vida e saúde reprodutiva na interseccionalidade de raça gênero. In: RUSCHEINSKY, Aloísio; MÉLO, José L. B.; LÓPEZ, Laura C. (Org.). *Atores sociais, conflitos ambientais e políticas públicas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014, p. 153-178.

\_\_\_\_\_. A mobilização política das mulheres negras no Uruguai: considerações sobre interseccionalidades de raça, gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad* – Revista latino-americana, n. 14, 2013, p. 40-65. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293328000003>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

LOZANO, Betty Ruth L. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a um feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres del Pacífico colombiano. *La manzana de la discordia*. Cali, v. 5, n. 2, p. 7-24, jul. – dez. 2010. Disponível em: <[http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la\\_manzana\\_de\\_la\\_discordia/articulo/view/1516](http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la_manzana_de_la_discordia/articulo/view/1516)>. Acesso em: 30 maio 2017.

\_\_\_\_\_. *Tejiendo com retazo de memorias insurgências epistémicas de mujeres negras/afrocolombianas*. Aportes a um feminismo negro decolonial. 2016, 269 f. Tese (Doctorado en Estudios Sociales y Globales). Área de Estudios Sociales y Globales. Universidad Andina Simón Bolívar (UASB), Cali, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/4895/1/TD063-DECLA-Lozano-Tejiendo.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

MARIA MULHER – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS. *Sobre nós*. Porto Alegre, [2016?]. Disponível em: <<http://www.mariamulher.org.br/index.php/sobrenos>>. Acesso em: 14 set. 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 75-88.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.

MONTIEL, Carolina Pereira. *Saúde e direitos reprodutivos: uma abordagem interseccional de gênero e raça*. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2017.

BOBADILLA, Kassia B. *Nas tramas da política: uma etnografia da ação coletiva na Favela de Vila Prudente*. 2016, 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2016. Disponível em: <

NUAP – Núcleo de Antropologia da Política. Uma antropologia da política: rituais, representações e violência. *Cadernos NUAP 1*, Rio de Janeiro: NAU, 1998. Disponível em: <[http://www.marizapeirano.com.br/artigos/1998\\_uma\\_antropologia\\_da\\_politica.pdf](http://www.marizapeirano.com.br/artigos/1998_uma_antropologia_da_politica.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2016.

OLIVEIRA, Fátima de. *O estilo inconfundível de Luiza Bairros e o Dia da Mulher Negra*. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/f%C3%A1tima-oliveira/o-estil%C3%A3o-inconfund%C3%ADvel-de-luiza-bairros-e-o-dia-da-mulher-negra-1.1343937>>. Acesso em: 28 out. 2017.

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. Introdução. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 2004, p. 9-22. Disponível em: <[http://nuap.etc.br/content/uploads/2013/06/politica\\_no\\_brasil.pdf](http://nuap.etc.br/content/uploads/2013/06/politica_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2016.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. Alasia. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 2010.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* [S.l.], 24 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/quem-tem-medo-do-feminismo-negro-1920.html>>. Acesso em: 19 nov. 2016. Blog: Escritório Feminista, de Djamila Ribeiro.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, ano 16, v. 3 n. 424, p. 987-1004, set. – dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/17.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

\_\_\_\_\_. O feminismo em novas rotas e visões. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, ano 14, v. 3 n. 272, p. 801-811, set. – dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a12v14n3.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

RIOS, Flávia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: BLAY, Eva A.; AVELAR, Lúcia. (Org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2017, p. 227-253.

ROCHA, Ana L. C; ECKERT, Cornelia. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. In: \_\_\_\_\_. *Etnografia da duração*. Antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas. Porto Alegre: Marcavisual, 2013, p. 105-128.

SAAVEDRA, Lina P. R. *A construção da cidadania e defesa dos direitos da população em situação de vulnerabilidade social: a mediação social de uma ONG local numa zona da periferia de Porto Alegre*. 2013, 114 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal

do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77736/000897309.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 set. 2016.

SANSI, Roger. A vida oculta das pedras: historicidade e materialidade dos objetos no candomblé. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos; PINHEIRO, Nina Bitar; GUIMARÃES, Roberta Sampaio. (Orgs.). *A alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2013.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Contemporânea*. São Carlos, n. 1, p. 49-68, jan. – jun. 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/20/5>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-Cadernos CES*, Coimbra, v. 18, p. 106-131, 2012. Disponível em: <<http://eces.revues.org/1533#text>>. Acesso em: 14 set. 2017.

SINGER, Paul. O feminino e o feminismo.. In SINGER, P. e BRANT, V. (Orgs.). *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980, pp. 109-142.

SOUZA, Mônica Dias de. *Escrava Anastácia: construção de um símbolo e a reconstrução da memória e identidades de membros da Irmandade do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos*. 2001, 205 f. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2001. Disponível em: <<http://www.categero.org.br/wp-content/uploads/2010/12/27.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.

URASSE, Anin. *Feminismo negro X mulherismo africana*. [S. l.], 28 maio 2016. Disponível em: <<https://pensamentosmulheristas.wordpress.com/2016/05/28/feminismo-negro-x-mulherismo-africana/>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

VAN VELSEN, Jaap. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global universitária, 1987, p. 335-374.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: \_\_\_\_\_. *Individualismo e Cultura*. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.14-37.

VIEIRA, Miriam Steffen. *Categorias jurídicas e violência sexual: uma negociação com múltiplos atores*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 107- 125.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015*. Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília – DF: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: <<https://apublica.org/wp->

content/uploads/2016/03/MapaViolencia\_2015\_mulheres.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.